



vida pastoral

setembro-outubro de 2020 – ano 61 – número 335

LIVRO DO DEUTERONÔMIO



Nova Bíblia Pastoral

Edição Especial - Preço mais acessível

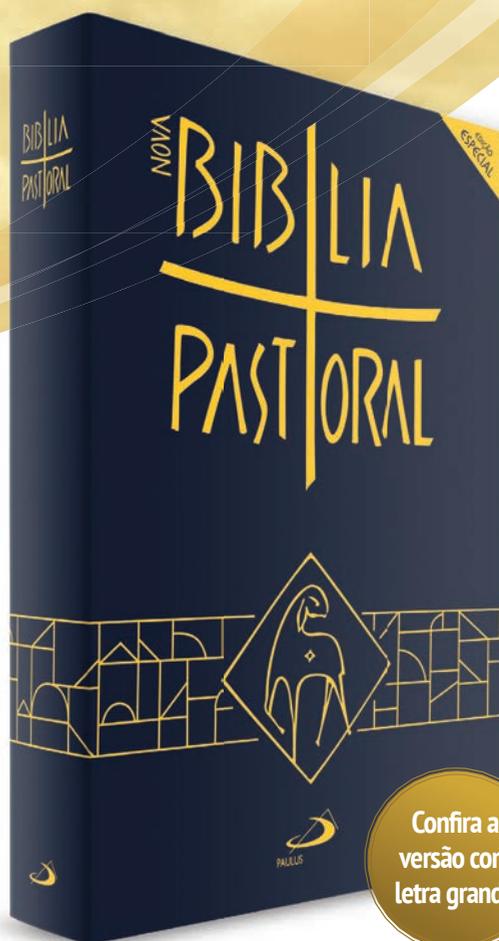
Fidelidade aos originais e linguagem atualizada

Levar a Palavra de Deus ao maior número de pessoas possível: esse é o centro da missão que a PAULUS abraçou no Brasil e no mundo.

A **Nova Bíblia Pastoral** – Edição Especial é fruto desse compromisso. Com a mesma qualidade da versão tradicional, ela traz a excelência em tradução por um preço ainda mais acessível.

Garanta já a sua!

- Tradução dos idiomas nos quais a Bíblia foi escrita: hebraico, aramaico e grego
- Linguagem simples e acessível, sem descuidar da fidelidade ao texto
- Notas explicativas, títulos, subtítulos e mapas que ajudam a compreender o conteúdo
- Introdução a cada livro, apresentando contexto e tema central
- Ideal para animação bíblica da pastoral, catequese e grupos de estudo



Confira a
versão com
letra grande

paulus.com.br/loja
11 3789-4000 | 0800-164011
vendas@paulus.com.br

  
@editorapaulus


PAULUS

Prezadas irmãs, prezados irmãos, graça e paz!

vida
pastoral

Ao entardecer do dia 27 de março de 2020, o papa Francisco promoveu uma liturgia na praça São Pedro, no Vaticano, intitulada: “Momento extraordinário de oração em tempo de epidemia”. A praça estava vazia, em virtude das restrições sanitárias ocasionadas pela pandemia do novo coronavírus. O vazio da praça, no entanto, é provável que tenha sido um dos mais eloquentes e emocionantes meios de comunicação naquelas vésperas doloridas. Tudo transmitido ao vivo, acompanhávamos pelos nossos *smartphones* ou pela TV. Nosso coração ardia. Os planos de câmeras, a fotografia, a música, o crucifixo de São Marcelo, a chuva transformaram o ato de Francisco em um grande quadro de beleza, dor e também esperança. Trata-se de um dos gestos mais proféticos de Francisco. Diante de um mundo carente de líderes próximos de seu povo, o papa se faz presença na travessia das incertezas. À semelhança do Crucificado, ele parecia carregar nos ombros as dores do mundo.

Esta edição de *Vida Pastoral* foi preparada numa atmosfera de muita dor. Desde o anúncio do primeiro caso positivo para Covid-19 no Brasil, em 26 de fevereiro de 2020, a realidade do país ficou envolta ainda mais por uma névoa de incerteza. Nem haviam cessado os tambores do carnaval, o brilho das purpurinas e as ruas ainda respiravam o clima da maior festa popular brasileira; de repente, o cinza se abateu sobre nós e as palavras “pandemia” e “coronavírus” passaram a fazer parte de nosso vocabulário cotidiano, quase à exaustão.

Em poucos dias, com o alto número de infectados e de óbitos, a população foi convocada ao isolamento social. Decretos estaduais e municipais suspenderam as aulas e as adaptaram ao sistema de ensino remoto;

igrejas e templos tiveram de fechar as portas; no comércio, funcionaram somente os chamados serviços essenciais, como farmácias e supermercados. Nesse contexto, enquanto a população temia o presente e as consequências futuras, a autoridade do Executivo Federal minimizava os efeitos do vírus, omitindo-se no enfrentamento da crise e colaborando para uma divisão entre os seus adeptos e as outras parcelas da população.

Esta revista foi escrita, portanto, em um clima de efervescências políticas, econômicas, sociais, de provas, vazios, medos e mortes. Certamente também em um momento de transição, uma vez que a pandemia nos obriga a tomar novas rotas. O mundo pós-Covid-19 será diverso daquele vivido e exigirá o resgate de uma nova humanidade, capaz de conviver e cuidar da casa comum, considerando que tudo está interligado, como lembra o papa na *Laudato Si’*.

Nada melhor para nos iluminar nestes tempos de noites escuras do que a Palavra de Deus. É dela que nos vem força e inspiração para seguirmos o caminho com esperança. Como recorda a *Dei Verbum*: “O ministério da palavra, isto é, a pregação pastoral, a catequese e toda a instrução cristã, na qual a homilia litúrgica deve ter lugar principal, encontra alimento sã e vigor na palavra da Escritura” (DV 24). É nessa perspectiva que está em nossas mãos este precioso estudo sobre o Deuterônomo, livro escolhido para estudo e meditação neste ano. Além disso, os roteiros homiléticos nos oferecem possibilidade de aprofundamento e vivência da Palavra de Deus na liturgia e na vida.

Boa leitura!

Pe. Antonio Iraildo Alves de Brito, ssp
Editor

Editora

PIA SOCIEDADE DE SÃO PAULO

Jornalista responsável

Valdir José de Castro, ssp

Editor

Antonio Iraldo Alves de Brito, ssp

Conselho editorial

Antonio Iraldo Alves de Brito, ssp

Darci Luiz Marin, ssp

Paulo Sérgio Bazaglia, ssp

Sílvio Ribas, ssp

Ilustrações

Patrícia Campinas (artigos)

e Luís Henrique Alves Pinto

(Roteiros Homiléticos)

Imagem da capa

Patrícia Campinas

Diagramação e projeto gráfico

Elisa Zuigeber

Revisão

Alexandre Santana

Tiago José Risi Leme

Assinaturas

assinaturas@paulus.com.br

(11) 3789-4000

WhatsApp: 99974-1840

Rua Francisco Cruz, 229

Depto. Financeiro • CEP 04117-091

São Paulo/SP



PAULUS

Redação

© PAULUS – São Paulo (Brasil)

ISSN 0507-7184

vidapastoral@paulus.com.br

paulus.com.br / paulinos.org.br

vidapastoral.com.br

Periódico de divulgação científica.

Área:

Humanidades e artes.

Curso: Teologia.

Sumário

A LEI EM FAVOR DA VIDA? 4

Shigeyuki Nakanose e Maria Antônia Marques

REVELAR O AMOR DE DEUS: UMA CHAVE
PARA O LIVRO DO DEUTERONÔMIO 14

Carlos Mesters e Francisco Orofino

AS LEIS DEUTERONÔMICAS E A QUESTÃO
DO PODER: UMA LEITURA DE Dt 16,18-18,22 23

Pedro Lima Vasconcellos e Rafael Rodrigues da Silva

COMUNIDADE: CASA DA PALAVRA 32

Leomar Antônio Brustolin e Maria Aparecida Barboza

ROTEIROS HOMILÉTICOS 41

Francisco Cornélio Freire Rodrigues

Assinaturas

A revista **Vida Pastoral** é distribuída gratuitamente pela Paulus.

A editora aceita contribuições espontâneas para as despesas postais e de produção da revista.

Para as pessoas que moram em cidades onde não há livreria Paulus e desejam receber a revista, as assinaturas podem ser efetuadas mediante envio dos dados para cadastro de assinante (nome completo, endereço, telefone, CPF ou CNPJ) e de contribuição espontânea para a manutenção da revista. Para os que já são assinantes e desejam renovar a assinatura, pede-se acrescentar aos dados também o código de assinante.

Para contato:

E-mail: assinaturas@paulus.com.br

Tel.: (11) 3789-4000

WhatsApp: (11) 99974-1840

Para a efetuação de assinaturas, enviar dados e cópia de comprovante de depósito da contribuição para despesas postais para:

Revista Vida Pastoral – assinaturas

Rua Francisco Cruz, 229 – Depto. Financeiro

04117-091 – São Paulo – SP

Contas para depósito de contribuição para despesas postais:

Banco do Brasil: agência 300-X, conta 105555

Bradesco: agência 0108-2, conta 324139-4

APARECIDA – SP

Centro de Apoio aos Romeiros
Lojas 44,45,78,79
(12) 3104-1145
aparecida@paulus.com.br

ARACAJU – SE

Rua Laranjeiras, 319
(79) 3211-2927
aracaju@paulus.com.br

BELÉM – PA

Rua 28 de setembro, 61 – Campina
(91) 3212-1195
belem@paulus.com.br

BELO HORIZONTE – MG

Rua da Bahia, 1136
Ed. Arcângelo Maleta
(31) 3274-3299
bh@paulus.com.br

BRASÍLIA – DF

SCS – Q.1 – Bloco
Edifício Central – Loja 15 – Asa Sul
(61) 3225-9847
brasil@paulus.com.br

CAMPINAS – SP

Rua Barão de Jaguará, 1163
(19) 3231-5866
campinas@paulus.com.br

CAMPO GRANDE – MS

Av. Calógeras, 2405 – Centro
(67) 3382-3251
campogrande@paulus.com.br

CAXIAS DO SUL – RS

Av. Júlio de Castilho, 2029
(54) 3221-7797
caxias@paulus.com.br

COTIA – RAPOSO TAVARES

Av. das Acácias, 58 – Jd. da Glória
(11) 3789-4005
raposotavares@paulus.com.br

CUIABÁ – MT

Rua Antônio Maria Coelho, 180
(65) 3623-0207
cuiaba@paulus.com.br

CURITIBA – PR

Pça. Rui Barbosa, 599
(41) 3223-6652
curitiba@paulus.com.br

FLORIANÓPOLIS – SC

Rua Jerônimo Coelho, 119
(48) 3223-6567
florianopolis@paulus.com.br

FORTALEZA – CE

Rua Floriano Peixoto, 523
(85) 3252-4201
fortaleza@paulus.com.br

GOIÂNIA – GO

Rua Seis, 201 – Centro
(62) 3223-6860
goiania@paulus.com.br

JOÃO PESSOA – PB

Rua Peregrino de
Carvalho, 134 – Centro
(83) 3221-5108
joaopessoa@paulus.com.br

JUIZ DE FORA – MG

Av. Barão do Rio Branco, 2590
(32) 3215-2160
juizdefora@paulus.com.br

MANAUS – AM

Rua Itamaracá, 21, Centro
(92) 3622-7110
manaus@paulus.com.br

NATAL – RN

Rua Cel. Cascudo, 333
Cidade Alta – (84) 3211-7514
natal@paulus.com.br

PORTO ALEGRE – RS

Rua Dr. José Montauray, 155
Centro – (51) 3227-7313
portoalegre@paulus.com.br

RECIFE – PE

Av. Dantas Barreto, 1000 B
(81) 3224-9637
recife@paulus.com.br

RIBEIRÃO PRETO – SP

Rua São Sebastião, 621
(16) 3610-9203
ribeiraopreto@paulus.com.br

RIO DE JANEIRO – RJ

Rua México, 111–B
(21) 2240-1303
riodejaneiro@paulus.com.br

SALVADOR – BA

Rua Direita da Piedade, 75 – Barris
(71) 3321-4446
salvador@paulus.com.br

SANTO ANDRÉ – SP

Rua Campos Sales, 255
(11) 4992-0623
stoandre@paulus.com.br

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – SP

Rua XV de Novembro, 2826
(17) 3233-5188
riopreto@paulus.com.br

SÃO LUÍS – MA

Rua do Passeio, 229 – Centro
(98) 3231-2665
saoluis@paulus.com.br

SÃO PAULO – PRAÇA DA SÉ

Praça da Sé, 180
(11) 3105-0030
pracase@paulus.com.br

SÃO PAULO – VILA MARIANA

Rua Dr. Pinto Ferraz, 207
Metró Vila Mariana
(11) 5549-1582
vilamariana@paulus.com.br

SOROCABA – SP

Rua Cesário Mota, 72 – Centro
(15) 3442-4300 3442-3008
sorocaba@paulus.com.br

VITÓRIA – ES

Rua Duque de Caxias, 121
(27) 3323-0116
vitoria@paulus.com.br

A LEI EM FAVOR DA VIDA?

Entendendo o livro do Deuteronômio



Judá



Israel



LEI de DEUS

O livro do Deuteronômio contém várias leis: leis sociais em favor dos pobres (Dt 24,19-21); leis desumanizadoras que justificam a opressão e a escravidão de mulheres e crianças (Dt 20,10-14); leis de centralização a serviço do poder e do lucro (Dt 12,2-7); a lei do Deus violento e castigador (Dt 13,7-12). Para encontrar a Palavra de Deus nesse livro, precisamos entender cada lei em seu contexto e sempre nos questionar: essa lei está a favor da vida?

*Shigeyuki Nakanose, svd, é assessor do Centro Bíblico Verbo e professor no Instituto São Paulo de Estudos Superiores – Itesp. E-mail: shigenakanose@ig.com.br

*Maria Antônia Marques é assessora do Centro Bíblico Verbo e professora no Instituto São Paulo de Estudos Superiores – Itesp. E-mail: ma.antoniacbv@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Ao abrir o livro do Deuteronômio (Dt), o leitor atento percebe estar diante de um texto complexo, fruto de longo processo redacional e com diferentes imagens de Deus, por exemplo:

- “Ele (Javê) faz justiça ao órfão e à viúva e ama o migrante (estrangeiro), dando-lhe pão e roupa. Portanto, amem o migrante, porque vocês foram migrantes na terra do Egito” (Dt 10,18-19).
- “Javê, o nosso Deus, o entregou diante de nós, e nós o derrotamos, como também a seus filhos e a todo o seu povo. Nessa ocasião, capturamos todas as suas cidades e consagramos cada uma delas ao extermínio. De homens, mulheres e crianças, não deixamos nenhum sobrevivente (estrangeiros)” (Dt 2,33-34).

As contradições presentes, as variações de estilo, as repetições, os diferentes cenários, a presença de unidades autônomas, as várias frases introdutórias (Dt 1,1; 4,44; 6,1; 12,1; 28,69; 33,1) e a mudança de pronomes (“vós”: 1,6-5,5; “tu”: 5,6-21 etc.) indicam que o livro do Deuteronômio se formou aos poucos. Conforme estudos mais recentes, o processo de redação desse livro durou quase quatro séculos: de Jeroboão II até a reforma de Esdras (750 a.C. a 400 a.C.).

O título “Deuteronômio” origina-se de uma interpretação equivocada feita pela tradução grega chamada Setenta (ou Septuaginta), na qual a expressão “cópia da Lei” foi traduzida por “segunda Lei” (Dt 17,18). Na Bíblia hebraica, esse livro se chama *Debarim*, que significa “Palavras”. É assim que ele começa: “São estas as palavras que Moisés dirigiu a todo Israel” (Dt 1,1). De fato, o livro é composto de três discursos de Moisés e suas últimas palavras: o primeiro (1,1-4,43), o segundo (4,44-26,19), o terceiro (28,69-30,20) e as palavras finais de Moisés (31,1-

34,12). É uma narrativa que cobre o período da chegada do grupo de Moisés às planícies de Moab após a saída (êxodo) do Egito.

No entanto, analisando o texto em seu contexto histórico-social, percebemos que as leis sociais, em suas formas orais mais antigas, contidas no núcleo legislativo (Dt 12-26), têm sua origem no período pré-estatal de Israel (1200-1000 a.C.). Essas leis foram retrabalhadas e redigidas na monarquia do Reino de Israel Norte, em meados do século VIII a.C., especialmente pelo movimento profético em sua denúncia contra a exploração e a dominação do Estado.

Com a queda de Samaria (722 a.C.), grande número de israelitas do Norte refugiou-se em Judá, levando consigo suas tradições. Entre elas, o material que serviu de fundamento para a reforma do rei Ezequias, em 716-701 a.C. (2Rs 18), que estava preparando a guerra contra a Assíria. O material foi revisto e ampliado pelos escribas do rei, chamados de “deuteronomistas”. Eles produziram Dt 12-26, que provavelmente corresponde ao “livro da Lei” (2Rs 22,8), mencionado na reforma de Josias em 620-609 a.C. (2Rs 22-23). Na mesma reforma, esses escribas revisaram, ampliaram e reeditaram Dt 12-26, transformando-o em 4,44-28,68, o chamado “livro da Aliança” (2Rs 23,2), o qual legitimou a política nacionalista e expansionista do rei Josias.

Mais tarde, no período do exílio e do pós-exílio, esse texto foi retrabalhado, recebendo uma introdução (capítulos 1-4) e uma conclusão (capítulos 29-34), com o objetivo de responder às novas situações e ser incluído no conjunto do Pentateuco. A partir de então, o Deuteronômio se tornou uma espécie de “ponte”: é o ponto final do Pentateuco e o começo da Obra Histórica Deuteronomista, composta dos livros de Josué, Juízes, 1 e 2 Samuel e 1 e 2 Reis.

“NA BÍBLIA HEBRAICA, ESSE LIVRO SE CHAMA *DEBARIM*, QUE SIGNIFICA PALAVRAS”

1. AUTOR E CONTEXTO HISTÓRICO

O livro do Deuteronômio não tem um autor único, mas vários autores ou grupos sociais, com diferentes interesses, situações, locais e momentos históricos. Não é possível precisar com exatidão cada momento desse processo. Apresentaremos, em linhas gerais, alguns marcos de cada período.

1.1. Período pré-estatal

O livro do Êxodo narra a opressão dos escravos no Egito (Ex 3,7-9). Mais do que o fato histórico da saída dos escravos do Egito, esse livro reflete um longo processo de releitura e reinterpretação teológica dos êxodos de vários grupos. Historicamente, teriam ocorrido inúmeros êxodos (saídas) ou fugas de grupos de camponeses, de pastores, de operários, de marginalizados (*hapirus* – hebreus) etc., que viviam nos centros urbanos (planícies), estavam sendo explorados e submetidos ao domínio dos reis das cidades-estado de Canaã e do faraó do Egito. Esses grupos lutaram pela sobrevivência e saíram das planícies para a região montanhosa no centro-norte de Canaã, região menos habitada e fora do controle das cidades-estado e do império.

A partir de 1200 a.C., o êxodo da população empobrecida e sofrida foi acelerado por causa da crise dos centros urbanos, causada por alguns fatos históricos, como: a instabilidade política do império egípcio no final da Era do Bronze (por volta de 1200-1150 a.C.), provocando conflitos e guerras entre as cidades-estado cananeias, vassalas do Egito; as invasões dos povos do mar, posteriormente chamados de filisteus, aumentando as guerras e as instabilidades da região; uma prolongada seca no final da

Era do Bronze na terra de Canaã, causando a diminuição da produção de alimentos.

Os grupos de refugiados em busca de vida e de liberdade ampliaram as pequenas aldeias já existentes nas montanhas de Canaã ou abriram novos assentamentos para experimentar uma vida livre, organizando-se em aldeias e vivendo um projeto igualitário: partilha e uso comunitário da terra, partilha dos bens, lei da solidariedade, assembleia, confederação de tribos na autodefesa dos diversos grupos, culto sem templo, sem sacerdote e sem luxo. Assim foi o nascimento do núcleo inicial do povo israelita (não do Estado nacional), formado por pequenas aldeias comunitárias com as famílias ampliadas (clãs), a sociedade tribal em busca de condições mais adequadas de vida.

A semente das leis sociais mais antigas, presentes no Dt, provavelmente nasceu no período pré-estatal, na terra fértil da vida das famílias, clãs e tribos. Em algumas leis presentes nesse texto, transparecem as características da organização comunitária, por exemplo: “Abre a mão em favor do seu irmão, do seu pobre e do seu necessitado, na terra onde você está” (Dt 15,11); “Quando você entrar no pomar do seu próximo, pode comer à vontade, até ficar satisfeito, mas não pode carregar nada no cesto” (Dt 23,25). A experiência da opressão e libertação cria no povo uma sensibilidade especial pelos pobres: estrangeiros, órfãos e viúvas (Dt 24,19).

Com o passar do tempo, uma norma ou lei social surgida em um grupo foi sendo partilhada e aplicada em outros (Dt 22,6-7). Essas leis eram guardadas nas famílias e nos santuários, onde se faziam as reuniões, discutia-se a prática jurídica e resolviam-se os problemas das famílias, aldeias e tribos. São as

leis antigas presentes no Código da Aliança (Ex 20,22-23,33), que o Dt relê e retoma, por exemplo: Ex 23,10-11 – Dt 15,1-11 (ano sabático); Ex 21,2-11 – Dt 15,12-18 (leis acerca dos escravos); Ex 22,28-29 – Dt 15,19 (primícias e primogênitos) etc.

Os cultos na família e no santuário, onde se recitavam as leis e se manifestava a fé em divindades protetoras, eram espaços privilegiados para manter a memória das tradições. Segundo as recentes pesquisas, a maioria dos primeiros israelitas eram cananeus e prestavam culto a várias divindades, cultuadas na sociedade de Canaã: El (o Deus supremo), Elohim (o Deus dos pais), Baal (o deus da chuva), Aserá (a deusa da fertilidade). E Javé? Ele, provavelmente, era o Deus dos exércitos e da guerra (Ex 15,2-3) e fazia parte do panteão das aldeias e tribos camponesas como El e Baal.

Ganhando maior realce, Javé foi reconhecido como o Deus libertador do êxodo – o Deus dos hebreus em Ex 3,18; 5,3; 7,16; 9,1.13; 10,3 –, uma divindade sensível à realidade de violência e de injustiça, que vê e escuta as pessoas exploradas e se levanta para libertá-las (Ex 3,7-8a). O êxodo dos hebreus que fugiram do Egito, considerado o maior de todos os opressores no mundo antigo, tornou-se o evento fundante da fé de Israel, a qual se manteve sempre viva ao longo de sua história.

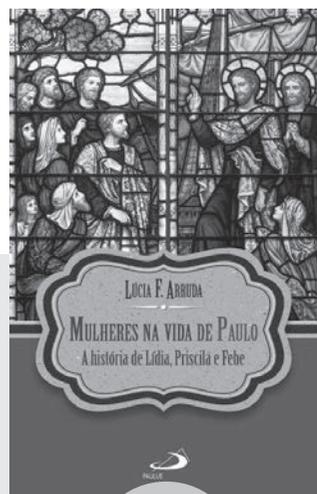
1.2. Reino de Israel Norte

Com Jeroboão II (783-743 a.C.), Israel Norte teve um desenvolvimento sem precedentes. Reconquistou desde Lebo-Emat até o mar de Arabá, conhecido como mar Morto (2Rs 14,25), e intensificou o comércio internacional, exportando principalmente azeite e vinho em grande quantidade para a Assíria e para o Egito. Foi o tempo de maior prosperidade da história de Israel Norte, sustentando a opulência da elite de Samaria (Am 6,4.6a).

Mulheres na vida de Paulo

A história de Lídia, Priscila e Febe

Lúcia F. Arruda



96 págs.

Imagens meramente ilustrativas.

**CONFIRA
VERSÃO
E-BOOK**

Ao narrar, em forma de romance bíblico, a vida dessas três mulheres, o objetivo da obra é destacar a importância da contribuição das mulheres na propagação da fé cristã, no início da Igreja; e, também, mostrar como o apóstolo Paulo valorizava a participação delas na evangelização, na profecia, na liderança e na diaconia das várias comunidades por ele fundadas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011

paulus.com.br

“O ÊXODO DOS HEBREUS QUE FUGIRAM DO EGITO, CONSIDERADO O MAIOR DE TODOS OS OPRESSORES NO MUNDO ANTIGO, TORNOU-SE O EVENTO FUNDANTE DA FÉ DE ISRAEL”

Para manter o desenvolvimento da indústria e do comércio e a prosperidade em favor de seus interesses, a corte precisou do produto do campo, intensificando assim uma política de centralização. Um dos meios foi a centralização do culto, das festas e do sacrifício no santuário de Betel, chamado “santuário do rei” (Am 7,13), dentro do sistema de coleta de tributos (Am 5,21-22).

Com a centralização do culto no santuário do rei, a religião sofreu mudanças; por exemplo, Javé tornou-se o Deus oficial do Estado. Essa divindade já era reconhecida desde o reinado de Jeú (2Rs 9-10), mas agora se consolidou como o Deus protetor da casa real e das instituições que sustentavam a monarquia. Em nome da apostasia da fé em Javé, um Deus oficial forte, o Estado condenou as outras divindades principais, como El e Baal, cultuadas nos santuários do interior (Dt 13,13-16).

No reinado de Jeroboão II, ocorreu o apogeu político e econômico. O progresso, contudo, só favoreceu a elite de Samaria (famílias ligadas à corte, grandes proprietários de terras etc.). A maioria da população camponesa sofria com injustiça, violência e exploração pela elite no processo do desenvolvimento (Am 2,6-7a).

A reação a todo esse processo de centralização veio da parte do grupo profético popular, portador da tradição do êxodo (Am 9,7b-8a; cf. Os 11,1-4). O grupo fez forte oposição à monarquia e às suas bases de sustentação, fortalecendo as leis sociais em defesa dos pobres, realidade que transparece no núcleo do Decálogo (Ex 20,1-21) e do Código da Aliança (Ex 20,22-23,33), redigidos primeiramente no Reino de Israel Norte.

Após a morte de Jeroboão II, por volta de 743, o cenário de Israel Norte mudou completamente. Foi o início do expansionismo do Império Assírio. Diante da pressão assíria, o poder central de Israel Norte ficou cada vez mais enfraquecido e viveu um momento de forte crise: a guerra siro-efraimita (735-734 a.C.), as contínuas intrigas na corte, as guerras internas (Os 4,1-3; 7,3-7) e a queda de Samaria (722 a.C.). Tudo isso fez que grande número de pessoas fugisse para Judá, levando consigo as diversas tradições de Israel Norte: o movimento (leis) da centralização; Javé como o Deus oficial do Estado; as leis sociais do movimento profético popular; Javé como o Deus libertador do êxodo etc. São essas tradições que fazem parte dos elementos básicos do Dt.

1.3. Reforma de Ezequias (716-701 a.C.)

Em 716 a.C., Ezequias subiu ao trono de Judá, uma nação afetada pela destruição do seu vizinho, Israel Norte, e iniciou a chamada “reforma de Ezequias” ou “reforma deuteronomista” para enfrentar a crise e, ao mesmo tempo, expandir a nação.

- *As leis sociais aplicadas no momento de crise.* A guerra e a queda de Samaria provocaram a ida de grande número de refugiados para Judá, o que obrigou o governo de Ezequias a decretar leis sociais para amenizar a grave crise de explosão demográfica envolvendo estrangeiros, órfãos e viúvas (Dt 14,28-29; 16,11).
- *O florescimento e a consolidação de Judá como Estado.* Com a destruição do seu concorrente Israel Norte, Judá foi integrado ao comércio internacional assírio, aumentando o lucro com o comércio do mundo árabe. Judá começava a florescer com o surgimento de uma elite ambiciosa e corrupta (Mq 3,9-10).

- *Política nacionalista e expansionista.* A Assíria entrou em crise após a morte do imperador Sargão II (705 a.C.). Aproveitando a instabilidade da Assíria, Ezequias, instigado pelo Egito (2Rs 18,21), entrou no movimento antiassírio, preparando-se para a guerra mediante o fortalecimento da muralha da cidade de Jerusalém, a construção do canal subterrâneo para levar água à cidade (2Rs 20,20) etc. Tudo isso testemunhava a necessidade de o Estado centralizar a riqueza e o poder, promovendo para isso a reforma da nação.
- *A lei da centralização e a fé no Javé oficial.* Para aumentar a riqueza e o controle da nação, o rei Ezequias fortaleceu o poder de Javé como o Deus nacional de Judá, destruiu os santuários do interior, centralizou o culto em Jerusalém, “lugar escolhido pelo Senhor” (Dt 12,5.11.14.18.21.26; 14,24.25; 15,20; 16,2.6.7.11.15; 17,8; 26,2), e perseguiu as outras divindades (Dt 13,7; 2Rs 18,4; 21,3; 2Cr 31,1). Era a consolidação da religião oficial de Javé (Mq 2,6-7; 3,11).
- *O livro da Lei e a aliança com Javé, o Deus do Estado.* Os escribas da corte coletaram e aprimoraram as leis sociais e religiosas para legitimar a reforma de Ezequias em nome do Javé oficial do Estado. Escreveram a “primeira edição” do Dt: capítulos 12-26, o núcleo legislativo ou o Código Deuteronomista. O texto recebeu a estrutura do tratado assírio (Tratado de vassalagem de Asaradon), no qual Javé assume a posição do rei da Assíria e faz aliança com o povo de Israel (Dt 13).

A reforma de Ezequias foi bruscamente interrompida pela invasão da Assíria, por volta do ano 701 a.C. Restava a Judá humilhação e submissão à Assíria.

1.4. Reforma de Josias (620-609 a.C.)

Em torno do ano 620 a.C., a Assíria entrou em crise por causa da guerra contra a Babilônia e perdeu o domínio sobre a Palestina. Por sua vez, o Império Egípcio

estava enfraquecido e a Babilônia ainda não tinha forças suficientes para a conquista militar. Havia um vácuo de poder na Palestina. Aproveitando esse momento, o rei Josias retomou e executou a reforma de Ezequias: a política nacionalista de centralização do culto em Jerusalém e de fortalecimento de Javé como a divindade oficial do Estado.

- *Perseguição contra a religiosidade popular dos camponeses.* Josias radicalizou a centralização do culto a Javé, o Deus nacional (Dt 12,13-28; 2Rs 23,4-14). Fez o Estado apropriar-se da festa familiar da Páscoa (Dt 16,1-8; 2Rs 23,21-23) e perseguiu a prática religiosa dos camponeses (2Rs 23,24).
- *A destruição dos santuários do interior e dos objetos de culto às outras divindades.* Os sacerdotes (“levitas”) do interior foram mortos ou reduzidos a uma categoria inferior – cantores, porteiros, escribas etc. (2Rs 23,8-9; Dt 12,2-3; 13,1-19), beneficiando os sacerdotes de Jerusalém, da família de Sadoc. De fato, tanto a reforma de Josias como a de Ezequias tinham o objetivo político de centralizar o poder e a riqueza em benefício da elite de Jerusalém.
- *A política expansionista e militar.* O objetivo político da reforma se evidenciava na conquista de territórios do antigo Reino de Israel Norte (2Rs 23,19). Provavelmente, o rei Josias tinha estendido o seu domínio até Meguido, onde enfrentou o faraó Neco e morreu na batalha de Meguido, por volta do ano 609 d.C. (2Rs 23,29).
- *O livro da Aliança.* Para orientar e legitimar a reforma de Josias, os deuteronomistas revisaram, ampliaram e reeditaram Dt 12-26, transformando-o em 4,44-28,68 e chamando-o de “livro da Aliança” (2Rs 23,2). O texto ampliado retoma a história passada de Israel para salientar a fidelidade à Lei com o culto exclusivo a Javé (Dt 5,6-10).
- *Javé, o Deus do êxodo e o Deus nacional de Judá.* A aliança entre Javé e seu povo foi

“TANTO A REFORMA DE JOSIAS COMO A DE EZEQUIAS TINHAM O OBJETIVO POLÍTICO DE CENTRALIZAR O PODER E A RIQUEZA EM BENEFÍCIO DA ELITE DE JERUSALÉM”

fortalecida (Dt 5,2-3; 7,9.12; 9,11). Por exemplo, em Dt 28, seguindo a mesma forma dos tratados assírios, Javé, o Deus nacional de Judá, vai amaldiçoar e destruir o povo de Israel – Judá, seu vassalo, se este não cumprir as normas estabelecidas pelo Estado. Ainda no contexto de conflito com o faraó do Egito, os deuteronomistas mostravam Javé como o Deus do êxodo para legitimar a política expansionista e militarista do rei (Dt 5,6; 6,12; 8,14).

- *Obra Histórica Deuteronomista (OHD)*. Os deuteronomistas começaram a elaborar uma obra historiográfica, chamada OHD (Josué até 2Rs), para fundamentar a identidade histórica do povo de Judá e mostrar a superioridade de Judá em relação a Israel Norte. É compreensível que Ezequias (2Rs 18,3-6) e Josias (2Rs 22,2) sejam elogiados sem restrições nessa historiografia.

Temendo perder a independência e os territórios, Josias enfrentou as forças egípcias e morreu na batalha contra o faraó Necao (609 a.C.), que estava subindo pelo litoral para a Assíria (2Rs 23,29). Com a morte de Josias, Judá foi engolido pelos invasores: Egito e Babilônia. Foi o fim da reforma e o início dos desastres nacionais.

1.5. Redação exílica (587-538 a.C.)

Joaquim (609-597 a.C.) e Sedecias (597-587 a.C.), sucessores de Josias, maltrataram o povo (cf. Hab 1,2-4; Ez 34,1-10), foram instigados pelo Egito e se rebelaram contra a Babilônia, provocando o desastre nacional (2Rs 23,36-25,21). A segunda invasão promovida pela Babilônia (587 a.C.) provocou a destruição de Jerusalém e o exílio. Em meio ao sofrimento e desespero, os sobreviventes da cidade de Jerusalém se

perguntavam: quem foi o culpado? Javé, o Deus nacional de Judá, abandonou o seu povo? Ou Javé foi derrotado por Marduque, o deus dos babilônios, de acordo com a teologia da época? As respostas estão na redação exílica do Dt, textos escritos por escribas levitas, outrora a serviço do templo de Jerusalém.

- *Revisão e ampliação do Dt*. Os escribas levitas revisaram e ampliaram Dt 4,44-28,68 para confirmar que o desastre nacional do exílio foi causado pelo rompimento da aliança por parte do povo, sobretudo dos governantes, desencadeando a cólera e o abandono por parte de Javé (Dt 4,21-31; 28,47-68; 29,20.24.27-28; 31,16-17.20). O povo devia arrepender-se, converter-se e voltar ao caminho de Javé (Dt 30,15-20).
- *A monarquia a serviço de Deus e do seu povo*. O Dt menciona o rei uma única vez em Dt 17,14-20. Trata-se de crítica direta contra a monarquia, apontando as normas e os limites da autoridade dos governantes. As normas visavam impedir os abusos do rei (Dt 17,16-17).
- *A obediência total a Javé e à sua Lei*. Os escribas salientaram a importância do arrependimento e da obediência à Lei para restabelecer a aliança com Javé (Dt 17,18-19).
- *Não servir a outros deuses*. Os escribas levitas começaram a organizar as atividades religiosas na ruína de Jerusalém (Jr 41,5), confirmando e exaltando a presença de Javé e sua Lei em Sião (Mq 4,2). Combatiam os outros deuses, como Baal e Aserá, que novamente estavam sendo cultuados no interior de Judá (Dt 29,25-26). Da mesma forma que as reformas de Ezequias e Josias, os escribas propagaram que Javé era o único Deus que Israel

devia adorar, mas a existência de outras divindades não estava, em absoluto, sendo contestada, o que é característico de um contexto de monolatria.

Na realidade de destruição e de deportação, com o povo sem rei, sem templo e já sem esperança, os escribas levitas tentaram animá-lo e orientá-lo para a vida e a felicidade mediante o arrependimento, a conversão, a obediência à Lei e a volta a Javé (Dt 30,15-16).

1.6. Redação pós-exílica (538-400 a.C.)

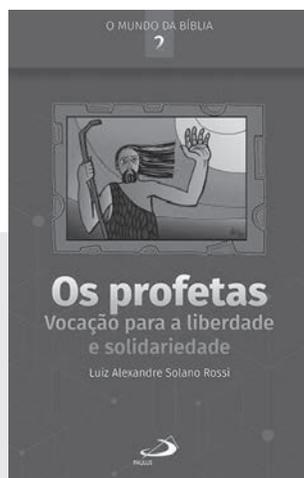
O Império Persa, que dava liberdade religiosa aos povos dominados, garantindo para si a submissão política e o tributo, transformou Yehud, a província do império, em uma teocracia com o templo e a Torá. O templo, restaurado sobretudo pelo grupo que retornou do exílio babilônico – a elite judaíta exilada (*golah*: Ag 1,1-2,19; Esd 1,1-6,22) –, estava repleto de membros sacerdotais (sadoquitas: Ml 1,6-2,9) e escribas da *golah*, que voltara para reassumir suas funções no templo. Jerusalém tornou-se o centro religioso e administrativo, explorando e oprimindo o “povo da terra”, a população rural que permanecera na Palestina durante o exílio (Is 56,10-57,2; 58,1-7).

Por volta do ano 460 a.C., período de incertezas e lutas pela sucessão no trono da Pérsia (o imperador Xerxes fora assassinado em 465 a.C.), surgiu uma revolta no Egito, a qual contou com o apoio dos gregos, e mais tarde na província do Transeufrates (Síria, Fenícia, Palestina e Chipre). Por volta do ano 400, o Egito, já livre do Império Persa, ameaçava avançar sobre a região siro-palestinese. Nessa grande instabilidade, entre 450 e 400 a.C., o Império Persa, de olho no corredor siro-palestinese e na rota Jericó-Amon-Moab, enviou Neemias e Esdras para reorganizar e fortalecer a Judeia, região que fazia limite com o Egito. O império, sobretudo em virtude da preocupação com

Os profetas

Vocação para a liberdade
e solidariedade

Luiz Alexandre Solano Rossi



88 págs.

Imagens meramente ilustrativas.

A obra analisa a literatura profética do Antigo Testamento a partir de duas palavras-chave, importantes tanto no passado como no presente: liberdade e solidariedade. Nesse sentido, os leitores são convidados a refletir sobre a identidade dos profetas de Deus, como pessoas que souberam ser sensíveis à maldade e à injustiça tomando-as como um golpe mortal na existência. Eles seguiram o caminho e a vontade de Deus pelo caminho dos pobres.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011

paulus.com.br

“O LIVRO DO DEUTERONÔMIO EXALTA A FIDELIDADE À LEI DE DEUS. UM LIVRO ESCRITO EM ÉPOCAS E CONTEXTOS DIFERENTES. LEIS E ENSINAMENTOS EM DIVERSOS PERÍODOS DA HISTÓRIA DO POVO DE ISRAEL”

o avanço dos egípcios e gregos, precisou instalar as guarnições militares e fortalecer as cidades de apoio no corredor siro-palestinese. A cidade de Jerusalém, com o seu templo, consolidou-se como o centro do poder sociopolítico.

O sistema do templo, com a lei do puro e do impuro, foi reforçado. A pessoa impura ficava impedida de participar da vida comunitária e do culto no templo, considerado a morada exclusiva de Javé, Deus único. A única forma de voltar a participar da sociedade e do templo era fazer o sacrifício de purificação, que incluía a entrega de ofertas (Lv 11-16). Dessa forma, o templo e a Lei tornaram-se os principais mecanismos de arrecadação de tributos para a manutenção da teocracia de Jerusalém, que repassava uma parte da arrecadação ao Império Persa. Consolidava-se a sociedade teocrata em Yehud, com o controle da Pérsia (Esd 7,26). O texto de Dt 1-34, revisto e ampliado no período persa, reflete essa realidade.

- *O monoteísmo a serviço do governo teocrata.* Os teocratas descreveram Javé como o único Deus e o Deus criador (Dt 4,35-36). Javé era considerado o único Deus do universo! Por isso, qualquer representação cultural (estátuas de culto, ídolos, imagens) devia ser rejeitada (Dt 4,9-20).
- *Israel (dimensão ética) como povo eleito e separado de Javé.* Os teocratas insistiram na segregação (Dt 7,2-4; 23,4; Esd 9,1-10,44; Ne 13,23-31). A eleição do povo de Javé e a proibição dos casamentos mistos protegiam, consagravam e privilegiavam a comunidade da *golah* (teocratas), estabelecendo separação até mesmo do “povo da terra” (Dt 12,2-7).

- *“Circuncisão do coração.”* Os teocratas transformaram o ritual da circuncisão, junto com o sábado e as restrições alimentares, num sinal distintivo de segregação (Dt 10,15b-16; cf. Dt 30,1-14; Gn 17,10).
- *Lei do puro e do impuro.* Os teocratas proibiram alguns cultos, como o ritual de luto, para manter a pureza do povo eleito de Javé (Dt 14,1-2). A proibição se estendia também à alimentação (Dt 14,3-21; cf. Lv 11,1-47).
- *Lei e a teologia da retribuição.* Na realidade, a observância da lei do puro e do impuro foi justificada e fortalecida pela teologia da retribuição. Segundo essa teologia, Deus recompensa a pessoa justa (observante da lei do puro e do impuro) com riqueza, saúde, descendência e vida longa (Lv 26). Pobreza, doença e esterilidade são sinais da maldição de Deus (Dt 30,15-18).
- *A responsabilidade individual.* Cada um seria julgado e punido por Deus segundo seus “pecados” (Dt 24,16; 7,9-10; cf. Ez 18,1-32). A não observância das leis, que justificava até a condenação à morte em nome de Deus, era fator de fortalecimento do templo, dos seus rituais, da teologia da retribuição e da salvação individual.
- *Moisés como figura mítica e patrono da Lei* (Lv 12,1). Os teocratas narraram o surgimento de Israel, o povo eleito, com a figura mítica e épica de Moisés, consagrado como o patrono da Lei. Por isso, na redação final do Dt, a figura central do livro, em termos literários, é Moisés, como o único mediador entre Javé e o povo; o Dt contém os discursos de Moisés e suas últimas palavras, exortando o povo à fidelidade a Javé, e finalmente a sua morte (Dt 34).

Assim o conjunto do livro do Deuterônômio quer ser um apelo à conversão ao Deus oficial – Deus único e poderoso –, à sua lei do puro e do impuro e à unidade do povo eleito, Israel, na sociedade teocrática de Neemias e Esdras.

2. UMA PALAVRA FINAL

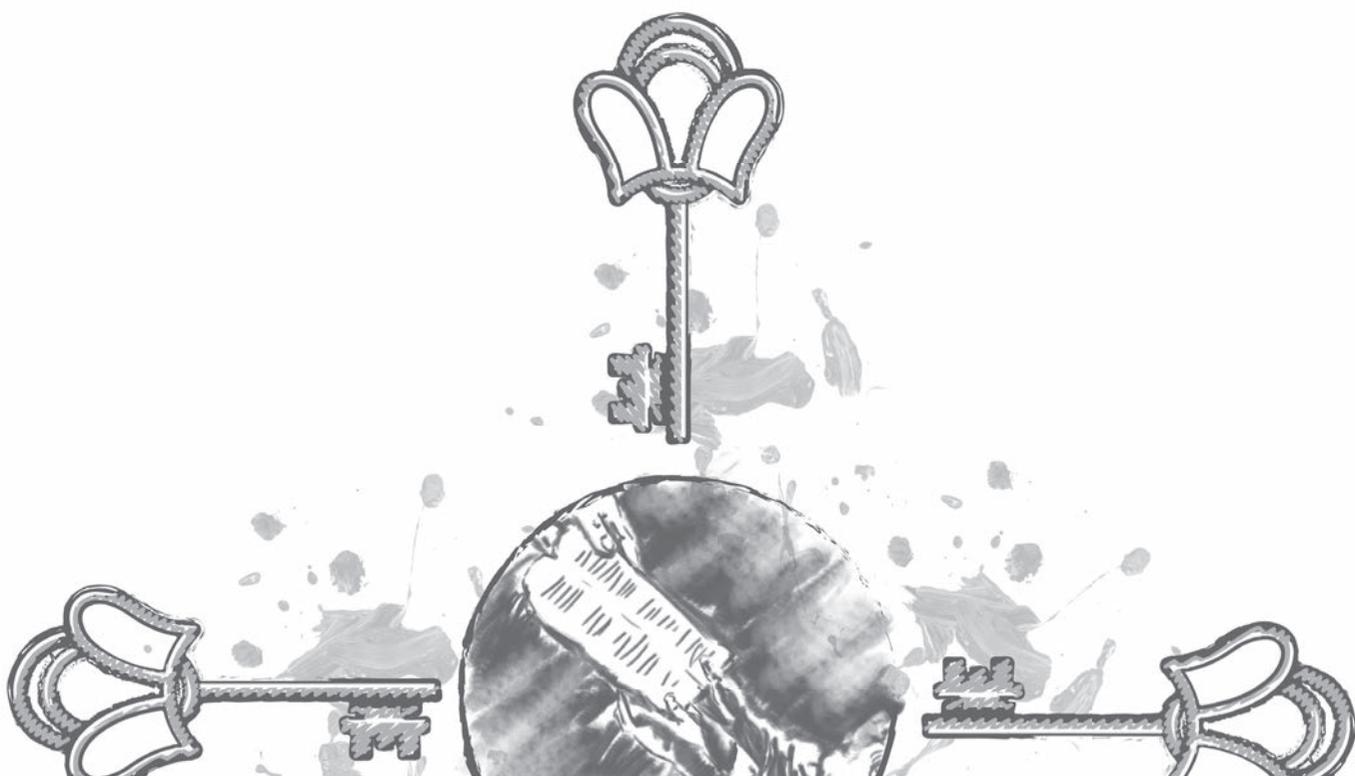
O livro do Deuterônômio exalta a fidelidade à Lei de Deus. Um livro escrito em épocas e contextos diferentes. Leis e ensinamentos em diversos períodos da

história do povo de Israel. Algumas leis são do período tribal, outras da monarquia, a serviço de diferentes reinados, e, por fim, a serviço do templo e da teocracia. Um livro instigante e um permanente convite para refletirmos sobre a importância da lei em nossa vida e, ao mesmo tempo, termos discernimento para entender se a lei está a serviço da vida dos pobres, sobretudo no Brasil, onde atualmente 13,5 milhões de miseráveis sobrevivem com 145 reais mensais.

VP

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CHRISTENSEN, Duane L. *Deuteronomy 1:1-21:9*. Nashville: Thomas Nelson Publishers, 2001. v. 6A. (World Biblical Commentary).
- _____. *Deuteronomy 21:10-34:12*. Grand Rapids, Michigan: Zondervan, 1997. v. 6B. (World Biblical Commentary).
- DEVER, William G. *Beyond the texts: an archaeological portrait of Ancient Israel and Judah*. Atlanta: SBL Press, 2017.
- EBELING, Jennie (Org.). *The Old Testament in archaeology and history*. Waco, Texas: Baylor University Press, 2017.
- FINKELSTEIN, Israel. *O reino esquecido: arqueologia e história de Israel Norte*. São Paulo: Paulus, 2015.
- GALVAGNO, Germano; GIUNTOLI, Federico. *Pentateuco*. Petrópolis: Vozes, 2020.
- GLANVILLE, M. R. *Adopting the stranger as kindred in Deuteronomy*. Atlanta: SBL Press, 2018.
- KAEFER, José Ademar. *A Bíblia, a arqueologia e a história de Israel e Judá*. São Paulo: Paulus, 2015.
- LIPINSKI, Edward. *A history of the Kingdom of Israel*. Leuven: Peeters, 2018.
- LUNDBOM, Jack R. *Deuteronomy: Law and covenant*. Eugene, OR: Cascade Books, 2017.
- OTTO, Eckart. *A Lei de Moisés*. São Paulo: Loyola, 2011.
- RÖMER, Thomas. *A chamada História Deuteronomista: introdução sociológica, histórica e literária*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- _____. *A origem de Javé: o Deus de Israel e seu nome*. São Paulo: Paulus, 2016.
- SKA, Jean-Louis. *O canteiro do Pentateuco*. São Paulo: Paulinas, 2016.
- VAN OORSCHOT, Jürgen (Org.). *The origins of Yahwism*. Berlin/Boston: De Gruyter, 2019.
- ZABATIERO, Júlio Paulo Tavares. *Uma história cultural de Israel*. São Paulo: Paulus, 2013.



Revelar o amor de Deus:

Uma chave para o livro do Deuteronômio

*Carlos Mesters é frade carmelita. Estudou Bíblia em Roma e Jerusalém. Trabalha com Bíblia, animando as comunidades de base.

É um dos fundadores do Centro de Estudos Bíblicos (Cebi). Mora em Unai-MG. *E-mail:* cmesters@ocarm.org

*Francisco Orofino é leigo católico. Estudou Bíblia na PUC-Rio. Trabalha com Bíblia, animando as comunidades de base.

É assessor do Cebi e do Iser Assessoria. Mora em Nilópolis-RJ. *E-mail:* forofino@uol.com.br

INTRODUÇÃO

O Deuteronomio é o quinto livro da Bíblia. Faz parte de um conjunto de cinco livros chamado Pentateuco, também conhecido como Torá ou Lei sagrada. A palavra Deuteronomio vem da língua grega. Significa “Segunda Lei”: *deutero* (segunda), *nomos* (lei). Trata-se da segunda apresentação da Lei de Deus ao povo, feita por Moisés, no fim dos 40 anos de travessia pelo deserto (Dt 1,1-5; 4,46). A primeira apresentação foi feita pelo próprio Deus no monte Sinai, logo após a saída do Egito (Ex 20,1-21). Esta segunda apresentação da Lei, o Deuteronomio, é uma atualização ou releitura da mesma Lei de Deus em vista dos fatos novos, acontecidos depois da primeira edição. Entre uma edição e outra, houve longa caminhada histórica.

Na Bíblia hebraica, o nome do livro do Deuteronomio é *Debarim*, que significa “Palavras”, por ser esta a primeira palavra do livro, que começa assim: “[Estas são as] *Palavras* que Moisés dirigiu a todo Israel no outro lado do Jordão” (Dt 1,1).

O nome Deuteronomio também tem a ver com a ordem de Deus para os reis de Israel. Ele disse:

Quando subir ao trono, ele [o rei] mandará escrever num livro, para seu próprio uso, uma cópia desta lei, ditada pelos sacerdotes levitas. Ela ficará sempre com ele, que a lerá todos os dias de sua vida, para que aprenda a temer a YHWH seu Deus, observando todas as palavras desta lei e colocando estes estatutos em prática (Dt 17,18-19).

Assim, todos os reis deviam ter em mãos esta *segunda* cópia da Lei de Deus (*Deuteronomio*) como norma para poderem governar bem o povo de Deus.

O Deuteronomio trata de temas fundamentais para a fé e a espiritualidade do povo de Deus. O tema central está bem expresso nesta frase do próprio livro:

Ouve, ó Israel: YHWH nosso Deus é o único YHWH! Portanto, amarás a YHWH teu Deus com todo o teu coração, com toda a tua alma e com toda a tua força. Que estas palavras que hoje te ordeno estejam em teu coração! Tu as inculcarás aos teus filhos, e delas falarás sentado em tua casa e andando em teu caminho, deitado e de pé. Tu as atarás também à tua mão como um sinal, e serão como um frontal entre os teus olhos; tu as escreverás nos umbrais da tua casa, e nas tuas portas (Dt 6,4-9).

1. O MOVIMENTO DEUTERONOMISTA

Antes de chegar a ser um livro, o Deuteronomio era todo um movimento de renovação que vinha de longe. Começou no Reino de Israel no Norte, na época do profeta Elias (século IX a.C.). Elias, junto com outros irmãos profetas, suscitou uma reação muito forte contra a política do rei Acab e da rainha Jezabel, os quais, com seus desmandos, levavam o povo a abandonar a fé em YHWH para seguir o deus Baal dos pagãos. Esse movimento de renovação, iniciado pelos profetas, continuou e cresceu com maior força depois da destruição do Reino de Israel por Sargon, o rei da Assíria, no ano de 721 a.C. (2Rs 17,3-6; 18,9-12).

A destruição do Reino de Israel no Norte foi um aviso muito sério para o povo do Reino de Judá no Sul. Era como se dissessem: “Se não observarmos a Lei de Deus, teremos o mesmo destino de Israel e em breve seremos totalmente destruídos!” Por isso, o povo de Judá no Sul, junto com os refugiados que tinham escapado do desastre do Reino de Israel no Norte, resolveu implantar uma grande reforma, cujo objetivo era observar com maior fidelidade a Lei de Deus. Era o assim chamado Movimento Deuteronomista.

Assumida pelo próprio rei Ezequias (716-687 a.C.) (2Rs 18,1-8), essa reforma

“O DEUTERONÔMIO TRATA DE TEMAS FUNDAMENTAIS PARA A FÉ E A ESPIRITUALIDADE DO POVO DE DEUS”

deuteronomista foi abandonada durante o longo e desastroso governo do rei Manassés (687-642 a.C.), filho de Ezequias (2Rs 21,1-4), e durante o breve governo de Amon, filho de Manassés (642-640 a.C.) (2Rs 21,19-23). Amon foi assassinado, vítima de uma conspiração (2Rs 21,23). Aí, o povo se revoltou, matou os assassinos de Amon e colocou no trono o pequeno Josias, filho do rei Amon, um menino de apenas 8 anos. Josias, quando assumiu o governo aos 18 anos de idade, retomou com vigor a reforma deuteronomista. Ele foi rei durante mais de 30 anos (640-609 a.C.).

2. O LIVRO DO DEUTERONÔMIO

2.1. A origem

Durante os dez anos da menoridade do rei Josias, o grupo de regentes, que assumiu o governo, retomou a reforma iniciada pelo rei Ezequias. Depois, aos 18 anos de idade, o próprio rei Josias deu continuidade à reforma, sobretudo a partir do ano 622, quando foi encontrado no templo o assim chamado “livro da Lei” (2Rs 22,8-10). Ocorreu que, nos trabalhos da restauração do prédio do templo, os sacerdotes encontraram o que eles chamaram de o “livro da Lei”. Provavelmente, era o rascunho do futuro livro do Deuteronomio.

Eles levaram o “livro da Lei” ao rei Josias e o leram diante dele. Diz a Bíblia:

Ao tomar conhecimento sobre o conteúdo do livro da Lei, o rei rasgou a roupa e deu esta ordem ao sacerdote Helcias, a Aicam, filho de Safã, a Acobor, filho de Micas, ao secretário Safã e ao ministro Asaías: “Vão consultar YHWH por mim e pelo povo, a respeito

do conteúdo deste livro que foi encontrado. A ira de YHWH deve ser grande contra nós, porque nossos antepassados não obedeceram às palavras deste livro e não praticaram tudo o que nele está escrito” (2Rs 22,11-13).

Eles então foram consultar a profetisa Hulda, que confirmou a veracidade do livro (2Rs 22,14-20).

O “livro da Lei” encontrado no templo era uma releitura atualizada da Lei de Deus, feita, provavelmente, pelos levitas em vista da situação difícil que o povo estava enfrentando naquele momento. Assim, na origem do livro do Deuteronomio, não existe uma pessoa determinada como autor ou escritor, mas existe todo esse movimento de reforma, iniciado pelos profetas, aprovado pelo rei Ezequias e levado à frente pelos levitas e pelo rei Josias.

2.2. A divisão

O Deuteronomio se apresenta como o testamento de Moisés. Ocorreu que, no fim dos 40 anos de peregrinação pelo deserto, pouco antes de morrer, Moisés fez três discursos, dando ao povo as instruções finais, alertando sobre os perigos, indicando os caminhos a seguir e pedindo fidelidade a Deus, que os tinha acompanhado ao longo da travessia pelo deserto. Por isso, o livro se divide em três partes desiguais, conforme o tamanho dos três discursos de Moisés:

- > Primeiro discurso - Dt 1,1 até 4,43:
- > discurso de introdução ao livro da Lei;
- > Segundo discurso - Dt 4,44 até 28,68:
- > a Lei propriamente dita;

> Terceiro discurso - Dt 28,69 até 30,20:
> o objetivo da Lei: escolher a vida (Dt 30,20);

> Apêndice - Dt 31,1 até 34,12:
> o final da vida de Moisés e alguns cânticos.

2.3. A mensagem

O Movimento Deuteronomista recolhe todo esse espírito de renovação iniciada pela pregação dos profetas do Reino do Norte, sobretudo dos profetas Elias, Eliseu, Amós e Oseias. Ele é o ponto de partida de toda uma releitura da história do povo de Deus, a qual agora está relatada nos livros de Josué, Juízes, 1 e 2 Samuel e 1 e 2 Reis. Esse conjunto de livros, às vezes, é chamado de História Deuteronomista. No espírito do Deuteronomio é que foi feita a redação final da história do povo de Deus, registrada no Antigo Testamento.

O Deuteronomio é o livro do Antigo Testamento mais citado nos escritos do Novo Testamento: mais de 200 vezes! Isso é sinal de sua importância para as comunidades cristãs. É com citações desse livro que Jesus vence as tentações do demônio no deserto:

- “Não só de pão vive o homem, mas de toda palavra que sai da boca de Deus” (Dt 8,3; Mt 4,4).
- “Não tentarás o Senhor teu Deus” (Dt 6,16; Mt 4,7).
- “Ao Senhor teu Deus adorarás e só a ele prestarás culto” (Dt 6,13; Mt 4,10).

3. OS SETE TEMAS CENTRAIS DO DEUTERONÔMIO

O objetivo da reforma era este: levar o povo a observar melhor a Lei de Deus.

Hoje tomo o céu e a terra como testemunhas contra vós: eu te propus a vida ou a morte, a bênção ou a maldição. Escolhe, pois, a vida, para que vivas tu e a tua descendência, amando a YHWH teu

Deus, obedecendo à sua voz e apegando-te a ele. Porque disto depende a tua vida e o prolongamento dos teus dias (Dt 30,19-20).

Ao redor desse objetivo central aparecem sete temas que concretizam o objetivo da Lei. São como sete janelas diferentes para olhar para dentro da mesma casa e descobrir a mensagem do livro do Deuteronomio. A seguir, os sete temas ou as sete janelas.

1º O perfume do amor. Ser a revelação do amor de Deus no meio dos povos.

O amor de Deus é a chave para interpretar os fatos da história. Foi por amor que Deus tirou o povo do Egito.

Se YHWH se afeioou a vós e vos escolheu, não é por serdes o mais numeroso de todos os povos – pelo contrário: sois o menor dentre os povos! – e sim por amor a vós e para manter a promessa que ele jurou aos vossos pais; por isso YHWH vos fez sair com mão forte e vos resgatou da casa da escravidão, da mão do faraó, rei do Egito (Dt 7,7-8).

2º Memória. Quem perde a memória perde o rumo na vida

Sem memória, o povo perde a sua identidade e o rumo da sua missão. Por isso, sem parar, do começo ao fim, o livro do Deuteronomio pede que o povo não esqueça nunca o seu passado: “Amanhã, quando o teu filho te perguntar: ‘Que são estes testemunhos e estatutos e normas que YHWH nosso Deus vos ordenou?’, dirás ao teu filho: ‘Nós éramos escravos do faraó no Egito, mas YHWH nos fez sair do Egito com mão forte’” (Dt 6,20-21). É quase um refrão que volta sempre: Dt 1,30; 4,20.34.37; 5,6.15; 6,12.21; 7,8.18; 8,14; 9,26; 11,3-4; 13,6.11; 15,15; 16,1.12; 20,1; 24,18.22; 26,8; 29,1; 34,11).

“O DEUTERONÔMIO É O LIVRO DO ANTIGO TESTAMENTO MAIS CITADO NOS ESCRITOS DO NOVO TESTAMENTO: MAIS DE 200 VEZES”

3º Serviço. Pelo seu jeito de servir, o povo revela o rosto de Deus

Libertado da escravidão no Egito, o povo recebeu a missão de ser a revelação do rosto desse Deus no meio dos outros povos: “YHWH vos tomou e vos fez sair do Egito, daquela fornalha de ferro, para que fôsseis o povo da sua herança, como hoje se vê” (Dt 4,20), ou como o próprio Deus falava ao povo por meio do profeta Isaías: “Eu, YHWH, te chamei para o serviço da justiça, tomei-te pela mão e te modelei, eu te pus como aliança do povo, como luz das nações” (Is 42,6). Por isso, os que têm a função de governar devem ser para o povo aquilo que o próprio povo deve ser para toda a humanidade: “Abre a mão em favor do teu irmão, do teu humilde e do teu pobre em tua terra” (Dt 15,11). Essa frase é o lema do mês da Bíblia deste ano de 2020. Ser o povo eleito de Deus não é privilégio, mas é serviço, é missão. Nosso privilégio é poder *servir* os outros.

4º Êxodo. Viver em estado permanente de êxodo, de “saída”

Constantemente, do começo ao fim, o livro do Deuteronômio manda lembrar o êxodo: “Recorda que foste escravo na terra do Egito, e que YHWH teu Deus de lá te resgatou. É por isso que eu te ordeno agir deste modo” (Dt 24,18). Sem parar, falando ao povo, Moisés lembra e evoca o êxodo. Para eles, o êxodo não era um fato só do passado. Era o *hoje* deles. Era a experiência que estavam vivendo. Do começo ao fim, repete-se: *Hoje* lhes ensino! *Hoje* ordeno! *Hoje* proclamo (cf. Dt 4,1.8.20.38.40; 5,1.3; 6,2.6.24; 7,11; 8,1.11.18; 10,13; 11,8.13.22.27.32; 13,19;

15,5.15; 19,9 etc.). O livro do Deuteronômio pede que o povo viva em estado permanente de êxodo, pois a libertação não termina nunca, continua até hoje. Por isso, como diz o papa Francisco, temos de “ser uma Igreja em saída”.

5º Comunidade. “Entre vocês não haverá nenhum pobre” (Dt 15,4)

A vida do povo deve ser um sinal da presença de Deus. Quando vê cacos de vidro no chão, você conclui: “Alguém quebrou um copo!” Naquele tempo, quando aparecia um pobre na comunidade, o profeta denunciava: “Alguém quebrou a Aliança!” Pois a Aliança era o compromisso solene de observar os Dez Mandamentos. Quando todos observam os Mandamentos de Deus, não surge pobre, nem poderia surgir. O povo responde à iniciativa de Deus vivendo em comunidade como irmãos e irmãs. Comunidade verdadeira é aquela que, na vivência da Palavra de Deus, revela igualdade, solidariedade e acolhida aos pobres:

Quando houver um pobre em teu meio, que seja um só dos teus irmãos numa só das tuas cidades, na terra que YHWH teu Deus te dará, não endurecerás teu coração nem fecharás a mão para com este teu irmão pobre; pelo contrário: abre-lhe a mão, emprestando o que lhe falta, na medida da sua necessidade (Dt 15,7-8).

6º Libertação. Deus nos libertou da escravidão no Egito

O Deuteronômio revela que o verdadeiro Deus é aquele que libertou o seu povo da escravidão do Egito e lhe garantiu a vida.

Por isso, ele pede que o povo se liberte do culto aos ídolos e adore só a *YHWH*, o Deus verdadeiro, que prefere a misericórdia e a justiça aos cultos nos lugares altos:

Eu sou *YHWH* teu Deus, aquele que te fez sair da terra do Egito, da casa da escravidão. Não terás outros deuses diante de mim. Não farás para ti imagem esculpida de nada que se assemelhe ao que existe lá em cima, no céu, ou cá embaixo, na terra, ou nas águas que estão debaixo da terra (Dt 5,6-8).

O motivo principal que os levava a transmitir a história do passado era o desejo de nunca esquecer a libertação que Deus havia realizado em favor do seu povo, tirando-o da escravidão do Egito. Parece até um refrão que sempre volta: “Não esqueça que Deus libertou você da escravidão do Egito” (Dt 1,30; 4,20.34.37.45; 5,6.15; 6,12.21-22; 7,8.18; 8,14; 9,7.12.26; 10,22; 13,6.11; 15,15; 16,1.3.12; 17,16; 20,1; 24,9.18.22; 26,5.8; 29,1.24; 34,11).

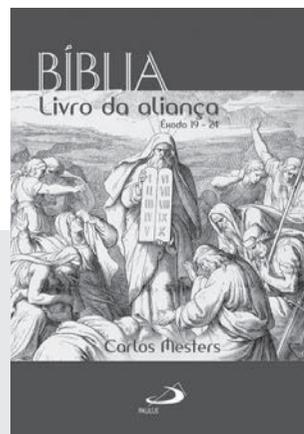
7º Aliança. Compromisso mútuo entre Deus e o povo

O livro do Deuterônomo é o livro da Aliança de Deus com Israel. Foi Deus quem tomou a iniciativa da Aliança. Escrito vários séculos depois do Êxodo, o livro do Deuterônomo afirma: “O Senhor nosso Deus fez aliança conosco em Horeb. Não foi com os nossos pais que o Senhor fez essa aliança, mas com nós que aqui estamos, todos vivos, hoje!” (Dt 5,2-3). Isso significa que, após mais de 600 anos, o êxodo continuava sendo o *hoje* deles! Na lembrança do povo, os tempos se misturam. O povo volta ao tempo do êxodo e traz o êxodo para o seu hoje. Nós fazemos o mesmo. Cantamos: “O povo de Deus no deserto andava” e acrescentamos: “Também sou teu povo, Senhor, e estou nesta estrada”.

Bíblia

Livro da Aliança

Carlos Mesters



80 págs.

Imagens meramente ilustrativas.

É um estudo dos capítulos 19 a 24 do Êxodo. Esses capítulos falam da Aliança que Deus fez com o seu povo, a qual deu origem a sua organização, sua lei e sua moral. A obra traz sete conselhos para ler bem o Livro da Aliança, uma introdução geral a ele, sete conselhos para ler a Sagrada Escritura como um todo e, a cada capítulo, também oferece vários exercícios e perguntas para aprofundar no tema.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011

paulus.com.br

“NENHUM TEXTO BÍBLICO PODE SER ABSOLUTIZADO. TEMOS SEMPRE DE SITUÁ-LOS EM SEU CONTEXTO DE ORIGEM”

4. CHAVES PARA ENTENDER ALGUNS TEXTOS VIOLENTOS DO DEUTERONÔMIO

Certas passagens do livro do Deuteronômio nos surpreendem. Elas parecem legitimar, em nome de Deus, a violência extrema. É como se houvesse na Bíblia uma garantia para as ações violentas por parte dos poderosos, não só do governo, mas também dentro das comunidades e das casas. Como se a Bíblia legitimasse e sacralizasse as ações violentas e punitivas contra pessoas que, segundo os textos do Deuteronômio, não teriam direito nem defesa.

Eis uma lista de alguns desses textos violentos que provocam medo e indignação entre nós:

- **Dt 13,2-19:** Punições aos que se deixam seduzir pela idolatria.
- **Dt 16,21 a 17,7:** Punições para os que promovem desvios no culto.
- **Dt 17,8-13:** Instruções para os juízes levitas.
- **Dt 19,16-21:** Instruções para testemunhas em juízo.
- **Dt 21,18-21:** Punição para filhos rebeldes.
- **Dt 22,22-29:** Punições para delitos sexuais.
- **Dt 24,7:** Punição para sequestradores.
- **Dt 25,11-12:** Punição para mulher que defende o marido.
- **Dt 28,15-68:** Violentas maldições contra a infidelidade do povo.

São textos tão fortes, que nos levam a questionar a razão da existência deles. Como estão dentro de um livro que consideramos sagrado, após a leitura desses textos temos de dizer: “Palavras do Senhor!” Mas como? Deus exigirá tantas punições e maldições para quem comete um delito ou transgressão? Como entender esses textos? Vamos dar algumas chaves.

1ª chave: situar esses textos no contexto da época.

Nenhum texto bíblico pode ser absolutizado. Temos sempre de situá-los em seu contexto de origem. Como já vimos, o Deuteronômio foi assumido como Lei pelo Reino de Judá após o trauma da destruição do Reino de Israel e da sua capital, Samaria, no ano 721 a.C. O povo do Reino do Norte foi disperso e exilado pelo rei da Assíria e nunca mais voltou para a sua terra. O aviso ameaçador desses fatos para o Reino de Judá foi este: “Ou mudamos de vida ou teremos o mesmo destino que Israel”. Surge o medo da quebra da Aliança e o conseqüente castigo do exílio. Dessa forma, tendo em vista a manutenção dos compromissos entre Deus e o povo, surgem as leis que punem exemplarmente os que poderiam provocar a ruptura da Aliança, a saber: os que promovem a idolatria; os que quebram as leis religiosas e as instruções para o culto; os que quebram a unidade familiar. É como quando surge a ameaça grave de uma epidemia mortal. Aí, todos se esforçam para observar rigorosamente as normas de defesa e condenam os que não observam as normas, pois eles, pela sua desobediência, colocariam em perigo a vida de todo o povo.

Para evitar o desastre do exílio, já vimos que o rei Ezequias (716-687 a.C.) iniciou uma reforma religiosa logo após a queda de Samaria. No entanto, essa reforma foi desfeita no longo e desastroso reinado de Manassés (687-642 a.C.). Reinado violento que durou 45 anos e “derramou sangue inocente a ponto de inundar Jerusalém toda” (2Rs 21,16). A idolatria estrangeira voltou a dominar o culto e os sacerdotes.

Tudo parecia caminhar para nova ruína. O reinado de Manassés, com suas transgressões e violências, é o pano de fundo da legislação rigorista presente no Deuteronômio. Uma legislação repressiva, violenta e punitiva é sinal de uma sociedade insegura e medrosa. A presença desses textos no Deuteronômio mostra que Judá e Jerusalém estavam traumatizados pela destruição horrível ocorrida em Israel e Samaria.

2ª chave: nossa chave de leitura deve ser Jesus.

Jesus é a grande chave que nos permite interpretar o texto bíblico. Nossa leitura de um texto deve ter como pano de fundo a prática libertadora de Jesus. Em seus ensinamentos, ele ressalta o amor, a gratuidade, o perdão e a misericórdia. Só assim venceremos uma sociedade fechada no medo e no castigo. Temos de saber ler os textos violentos com a seguinte pergunta: como será que o próprio Jesus os leu e interpretou? No sermão da montanha, por seis vezes, Jesus faz uma releitura de textos bíblicos de antigamente, fazendo a ressalva: “Eu, porém, vos digo...” (Mt 5,21-48). Ele também soube enfrentar a turba de linchadores que, em nome da legislação antiga, queriam apedrejar a mulher adúltera. Jesus simplesmente escreve algo na areia do chão e os violentos vão embora (Jo 8,1-11). Ele não veio para condenar, castigar e punir. Veio para nos ensinar a resistir ao mal por meio do amor e da reconciliação. Essa proposta de Jesus fica bem clara no momento de sua paixão e morte. Ele foi vítima dessa legislação violenta presente no Deuteronômio. Foi considerado maldito de Deus (Dt 21,22-23; cf. Gl 3,6-14). Mesmo sendo justo e inocente, foi condenado e crucificado. Na hora de sua maior angústia, perdoa a seus algozes: “Pai, perdoa-lhes! Eles não sabem o que estão fazendo!” (Lc 23,34).

3ª chave: a Bíblia traz, lado a lado, posições distintas e opostas.

Isso faz parte de sua proposta pedagógica. No Deuteronômio temos, lado a lado, as bênçãos e as maldições. Aproximando essas duas posições antagônicas, o autor não diz tudo o que tem para dizer, mas apenas sugere ao leitor tomar uma posição: “De que lado você está?” O autor deixa o sentido em aberto, por conta do leitor, que deve descobri-lo. Entendendo bem essa proposta, própria do pensamento hebraico, seremos capazes de superar a leitura fundamentalista, que absolutiza determinado texto. O livro do Deuteronômio segue essa pedagogia.

Assim, com base na proposta de amor e de gratuidade de Jesus, também podemos elencar textos do Deuteronômio que trazem a proposta do amor gratuito.

Eis uma lista desses textos que falam do amor de Deus pelo seu povo e mandam não ter medo nunca:

- **Dt 4,35-39:** O amor que Deus sempre mostrou pelos antepassados.
- **Dt 5,10:** O amor de Deus até a milésima geração.
- **Dt 6,4-9** O mandamento de amar a Deus sempre.
- **Dt 7,7-9:** Deus os escolheu não por eles serem perfeitos, mas porque ele os amava.
- **Dt 7,12-13:** Deus mantém o amor que jurou aos nossos pais.
- **Dt 10,12-15:** Deus só pede que o povo o sirva de todo o coração.
- **Dt 11,1:** Amar a Deus sempre e observar o que ele pede.
- **Dt 11,18-23:** Colocar as palavras no coração, como faixa ante os olhos, amando YHWH sempre.
- **Dt 32,10-12:** Deus tratou o povo como a menina dos seus olhos.

**“NOSSA LEITURA DE UM TEXTO DEVE TER COMO PANO DE FUNDO
A PRÁTICA LIBERTADORA DE JESUS. EM SEUS ENSINAMENTOS,
ELE RESSALTA O AMOR, A GRATUIDADE, O PERDÃO E A MISERICÓRDIA”**

Conclusão

Deus nos aceita do jeito que somos, com nossas qualidades e nossos defeitos. Estamos em um longo processo. O apóstolo Paulo diz que tudo foi escrito para nós (Rm 15,4), que tocamos o fim dos tempos, para que possamos aprender a não errar onde nossos antepassados erraram (1Cor 10,6;

2Tm). Como a mãe em casa, Deus nos vai educando e atraindo. Às vezes, a mãe puxa a orelha, mas o amor sempre prevalece e acolhe o filho, quando este mostra boa vontade e arrependimento. Diz o profeta Isaías que a paciência e o amor que Deus tem para conosco são até maiores que a paciência e o amor da nossa mãe (Is 49,15). **vp**

CENTRO BÍBLICO VERBO

Um centro de estudos que há mais de trinta anos está a serviço do povo de Deus, desenvolvendo uma leitura exegética, comunitária, ecumênica e popular da Bíblia. O Centro Bíblico Verbo oferece cursos regulares de formação bíblica, em diferentes modalidades.

Cursos intensivos

Especialização em Bíblia – Primeiro e Segundo Testamento
Estudos de temas específicos (seminários)
Línguas do mundo bíblico (hebraico e grego)

Cursos extensivos

Introdução ao Primeiro e Segundo Testamento (um sábado por mês)
Hebraico e Grego (semanal)
Especialização e Aperfeiçoamento (semanal)

Cursos nas paróquias e outras entidades

Além dos cursos realizados na sede do Centro Bíblico Verbo, a equipe presta assessoria às dioceses, paróquias, comunidades, grupos de reflexão, colégios, congregações religiosas e outras entidades, no Brasil e em outros países.

Curso a distância

Retiro bíblico

Maiores informações:

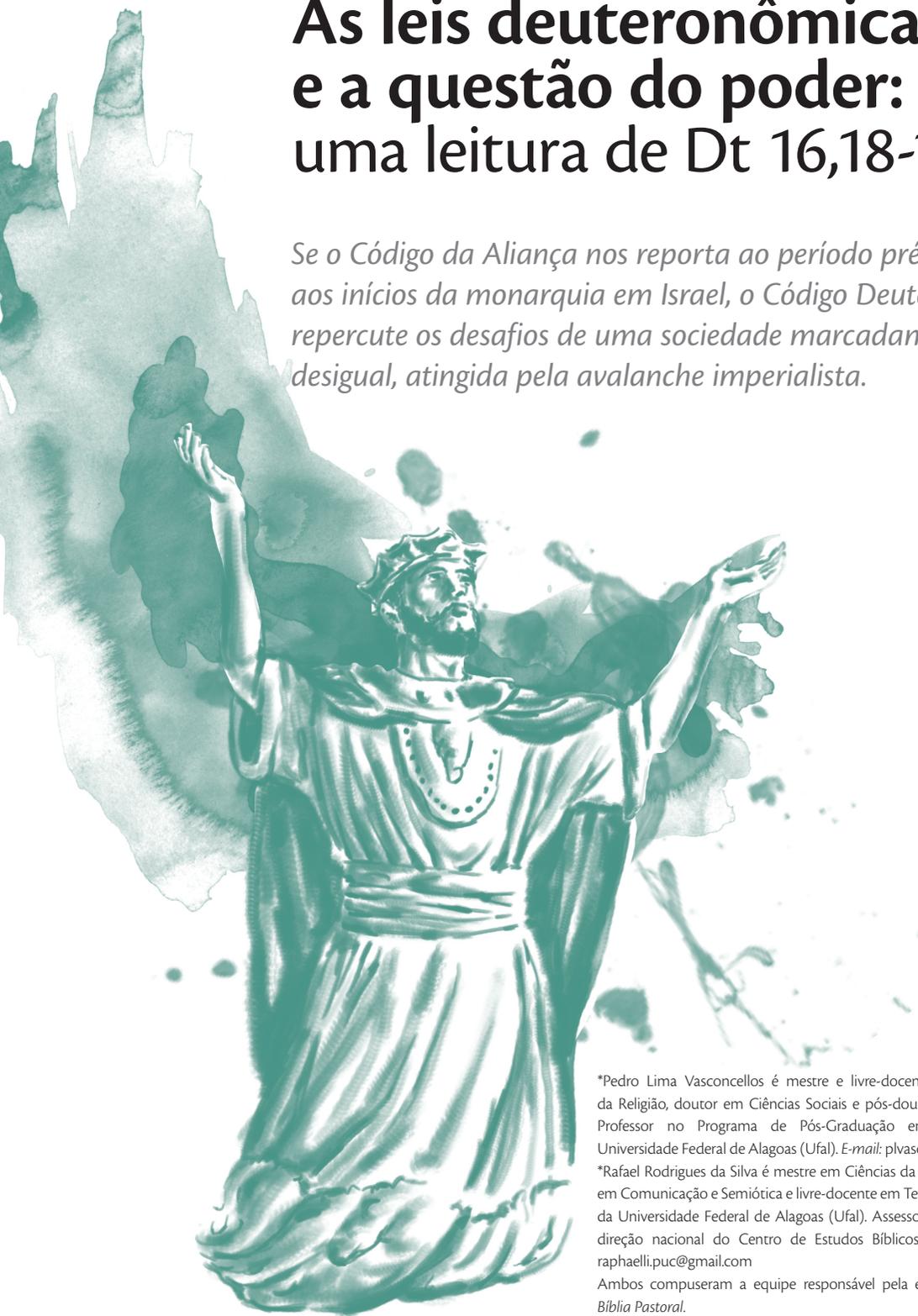
Tel.: (11) 5187.1008

E-mail: contato@cbiblicoverbo.com.br

www.cbiblicoverbo.com.br; facebook.com/cbiblicoverbo

As leis deuteronomicas e a questão do poder: uma leitura de Dt 16,18-18,22

Se o Código da Aliança nos reporta ao período pré-estatal e aos inícios da monarquia em Israel, o Código Deuteronomico repercute os desafios de uma sociedade marcadamente desigual, atingida pela avalanche imperialista.



*Pedro Lima Vasconcellos é mestre e livre-docente em Ciências da Religião, doutor em Ciências Sociais e pós-doutor em História. Professor no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas (Ufal). *E-mail:* pivascon@uol.com.br

*Rafael Rodrigues da Silva é mestre em Ciências da Religião, doutor em Comunicação e Semiótica e livre-docente em Teologia. Professor da Universidade Federal de Alagoas (Ufal). Assessor e membro da direção nacional do Centro de Estudos Bíblicos (Cebi). *E-mail:* raphaelli.puc@gmail.com

Ambos compuseram a equipe responsável pela edição da *Nova Bíblia Pastoral*.

“MUITOS ESTUDOS APRESENTAM O CÓDIGO DEUTERONÔMICO COMO UMA RELEITURA DE UM ANTERIOR, DENOMINADO CÓDIGO DA ALIANÇA”

INTRODUÇÃO

Um pilar básico tem sustentado a pesquisa sobre os textos que formam as Escrituras judaicas, ou seja, o Primeiro Testamento cristão, desde meados do século XIX: a identificação de conteúdos registrados no que hoje lemos em Dt 12,1-26,15 como inspiradores das reformas sociais, políticas e religiosas apresentadas em 2Rs 23 como obra de Josias, rei de Judá. Esse conjunto literário, conhecido hoje como “Código Deuteronomico”, teria sido o “livro” encontrado nas dependências do templo de Jerusalém (2Rs 22,8). Isso tudo teria ocorrido por volta de 622 a.C. Essa contextualização básica é fundamental e faz pensar que tais conteúdos inspiradores das reformas sejam expressões de tantos movimentos e situações importantes vividos nos tempos imediatamente anteriores. Esses textos parecem recolher e reelaborar memórias importantes dos tempos anteriores, turbulentos e tremendos, de sucessivas crises se abatendo sobre os grupos que faziam parte do Reino de Israel – destruído já fazia um século – e também do Reino de Judá.

Dessas memórias postas por escrito, escolhemos como objeto de reflexão os conteúdos registrados em Dt 16,18-18,22. Trata-se de um conjunto interessante e instigante, que exprime um modelo de sociedade no qual a organização descentralizada do poder – ou seja, a distribuição das responsabilidades pelo todo – é uma referência primordial, a despeito de impulsos fortes na direção contrária. A seu modo, e naquela conjuntura que tem, ao mesmo tempo, tantas diferenças e semelhanças em relação à nossa, o texto alerta

contra aventuras ditatoriais e autoritárias. Projeta um modelo cujas linhas gerais procuraremos destrinchar. Antes, porém, será preciso contextualizar, com um pouco mais de detalhes, a elaboração por escrito desse material.

1. AMBIENTAÇÃO

1.1. A conjuntura da época da escrita

Naqueles tempos de Judá com Josias no comando, já fazia mais de um século que uma força poderosíssima tinha começado a dar as cartas na região: o imperialismo assírio. Desde mais ou menos 740 a.C., os clãs e as tribos de Israel e Judá já haviam sofrido os impactos terríveis das sucessivas incursões militares que tinham como objetivo último alcançar e conquistar o Egito, o que ocorreu por volta de 670 a.C. O movimento popular formado em torno de Oseias, que já via serem desarticuladas muitas formas de organização do cotidiano popular, produzindo fome e miséria (como também denunciavam palavras atribuídas a Amós), foi atingido pelos movimentos consequentes à invasão assíria: imposição de novos tributos, ocupação militar, destituição do poder dos reis e, enfim, a destruição total da capital Samaria e devastação de todo o entorno (em 722 a.C.), com a deportação de muitos dos que conseguiram sobreviver e o assentamento de grupos que foram trazidos de outros lugares a fim de confundir a gente submetida à dominação, diluindo as tradições e marcas características da cultura local. No caso de Judá, foi por pouco que tudo deixou de se repetir: Jerusalém escapou da destruição por um triz, isso em 701 a.C. A ocupação imperial, porém, estabeleceu-se

da maneira mais radical (2Rs 15,17-19,37). Portanto, os tempos seguintes são marcados pelas trevas da presença da principal potência da época; o reinado de Manassés em Jerusalém (2Rs 21,1-16) foi o tempo da consolidação da dominação. Era a primeira metade do século VII a.C., o tempo provável da redação básica dos teores principais do “Código Deuteronomico”, embora não seja impossível pensar numa elaboração algum tempo depois, já bem perto dos dias de Josias.

1.2. Uma releitura do Código da Aliança

As leis no Código Deuteronomico percorrem longo caminho, desde os costumes e regras de sobrevivência que, durante séculos, circularam na oralidade e nas experiências tribais até normas redigidas sob a influência dos sacerdotes e escribas do palácio e outras, sob o olhar da profecia em Israel e Judá, que não deram tréguas para o Estado e suas instituições. Ao que parece, boa parte dessas leis teve origem em Israel e foi levada, oralmente ou por escrito, para Judá por gente que tratou de escapar da destruição brutal de Samaria. Houve, porém, a inclusão também de tradições de Judá, o que torna ainda maior o desafio de sua leitura.

Muitos estudos apresentam o Código Deuteronomico como uma releitura de um anterior, denominado “Código da Aliança”, que hoje pode ser lido em Ex 20,22-23,19. Ele coleta normas e práticas de diferentes origens e épocas e, no seu conjunto, trata de relações entre os membros dos clãs familiares, de conflitos variados, de determinações religiosas, além de procedimentos que protejam os setores mais vulneráveis (órfãos, viúvas, migrantes). A reunião dessas normas deve ter ocorrido em algum momento da trajetória do Reino de Israel (séculos IX-VIII a.C.).

A memória do êxodo perpassa a releitura do Código da Aliança, estando presente nos

refrões que evocam a servidão no Egito e acentuam que os estatutos, costumes e mandamentos têm como objetivo a liberdade do povo. E se o Código da Aliança se compõe de leis que pretendem explicitar o sentido do Decálogo (Ex 20,1-17), parece que o Código Deuteronomico faz de forma semelhante (Dt 5,6-21), ampliando-se em longas reflexões acerca de Javé como Deus único e da adoração num único lugar (Dt 12,6).

Um quadro paralelo permitiria perceber melhor os termos da relação entre esses dois códigos de leis. É perceptível que um tema específico está presente no Código da Aliança e não tem paralelo ou ampliação no Código Deuteronomico: trata-se das leis acerca do boi e das questões de roubo em Ex 21,2-22,14. Elas revelam que a sociedade que produziu o Código da Aliança vive os conflitos e desafios numa sociedade em crise e em transição – da dinâmica tribal para a sociedade monárquica e tributária. A utilização dos bois na produção agrícola modificou a sociedade tribal e impulsionou a escolha de outro modelo de organização política.

Nada disso está presente no Código Deuteronomico. Agora são as questões da fome, do empobrecimento dos camponeses e do poder totalitário que estarão no alcance social das leis deuteronomicas. Se o Código da Aliança nos reporta ao período pré-estatal e aos inícios da monarquia em Israel, o Código Deuteronomico repercute os desafios de uma sociedade marcadamente desigual, atingida pela avalanche imperialista.

Assim, cabe lê-lo na companhia da profecia israelita do século VIII a.C. A defesa dos empobrecidos na porta da cidade, em Amós, deve ter influenciado a crítica que encontramos em Deuteronomio sobre a prática dos juízes e administradores da justiça. A profecia de Oseias deve ter

“O TEXTO ESTABELECE A PRÁTICA DA JUSTIÇA COMO UM PRINCÍPIO FUNDAMENTAL PARA QUE SE POSSUA A TERRA QUE JAVÉ VAI DAR”

sido fundamental para a formulação de leis com convencimento na prática dos mandamentos, normas e costumes. A perspectiva da solidariedade, apontada pela profecia relacionada com a prática da justiça e do direito e com o conhecimento de Deus (Os 4,1; 6,6; 10,12; 12,7), deve ter influenciado as leis em favor dos pobres no Deuteronômio (15,7).

2. COMENTÁRIO

Embora o Código Deuteronômico aposte na centralização do culto – o que, nos tempos e pela ação de Josias, foi entendido como a afirmação de Jerusalém –, é fundamental notar que ele não projeta uma correspondente concentração de poderes numa única instituição ou pessoa, no caso, o rei (esta parte do código, convenhamos, não deve ter sido do agrado maior do soberano...). Pelo contrário, o eixo da articulação do texto coloca na figura autorizada de Moisés – situada no tempo mítico passado das fundações e relida em todos os momentos de projeção para o futuro – a garantia de equilíbrio entre as instituições básicas do Estado.

A elaboração fundamental a esse respeito se encontra em Dt 16,18-18,22, que não tem qualquer paralelo no Código da Aliança. Tal excerto representa, na verdade, a inovação mais importante do novo código em relação ao anterior, junto com as determinações sobre a centralização do culto. Isso nos desafia a ler suas perícopes fazendo perguntas sobre as instituições políticas em Israel e Judá, nesses tempos de desamparos e anseios produzidos pela truculência imperialista e de seus efeitos prolongados no cotidiano.

As instituições em questão são basicamente quatro: a) os juízes; b) os sacerdotes levitas; c) o rei; d) o profeta. Podem-se identificar dois dípticos: juízes e sacerdotes levitas, no plural, de um lado; rei e profeta, no singular, de outro. A dialética entre descentralização e centralização perpassa a articulação dos “encargos e ofícios”. Também se percebe uma progressão importante na tratativa dos quatro sujeitos em questão, tendo na exposição sobre o profeta o seu cume.

Vamos à reflexão sobre cada um desses tópicos.

2.1. Os juízes (Dt 16,18-17,7)

A prescrição inicialmente retoma e confirma algo que seguramente já era prática de muito tempo: a presença de juízes espalhados em cada cidade e vila, na porta de cada uma delas, espaço tradicional de enfrentamento e resoluções de conflitos (vv. 18-20). Os acentos são tão óbvios quanto atuais: o princípio da imparcialidade, o combate à corrupção, a qual, não poucas vezes, compromete o exercício da justiça. E ainda: estaria sendo previsto que os juízes e administradores a serem estabelecidos haveriam de substituir lideranças “judiciárias” tradicionais como os anciãos? É difícil dizer. Seja como for, há a exigência de que a justiça alcance aquelas práticas religiosas populares que justamente o Código Deuteronômico pretende extirpar. O texto estabelece a prática da justiça como um princípio fundamental para que se possua a terra que Javé vai dar. Se esses critérios têm ecos da profecia do século VIII a.C., terão também influenciado a profecia no período anterior à

reforma de Josias, que conclamava o povo a buscar a Javé, buscar a justiça e buscar a pobreza (Sf 2,3).

2.2. Sacerdotes levitas (Dt 17,8-13; 18,1-8)

Parece que, no Código Deuteronômico, “sacerdote” e “levita” são praticamente sinônimos; deles se fala em dois momentos distintos, antes e depois da peça sobre o rei. Em 17,8-13 se prevê a atuação deles junto a juízes, numa instância acima daquelas locais, para o encaminhamento de demandas que, de outra forma, seriam insolúveis. Tal instância se associava diretamente ao lugar central de culto a Javé, assumindo então uma aura sagrada. Da porta passava-se para o templo.

Já em 18,1-8 se estabelecem os direitos de sacerdotes e levitas advindos da condição de quem não usufrui da herança de Javé como as demais tribos, ou seja, da terra. É interessante notar que o ímpeto centralizador não deslegitima os levitas do interior (v. 6), embora reivindique que, a partir de então, sua atividade cultural se redefina em termos de local.

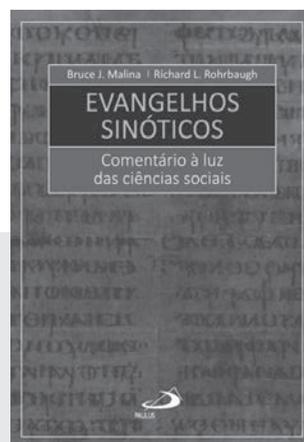
2.3. O rei (Dt 17,14-20)

Esses versículos se mostram surpreendentes. Uma legislação sobre o rei, estabelecendo limites e restrições à sua ação, não tem paralelo no mundo do antigo Oriente Médio e só pode, de alguma maneira, ser posta em comparação com os experimentos democráticos na Grécia, de dois séculos depois, ou então com as constituições modernas, que tratam de regulamentar as instituições do Estado. Talvez o ponto mais decisivo das determinações a respeito de “um rei que Javé, o seu Deus, tiver escolhido” (v. 15) esteja nos vv. 18s: ele deve escrever uma cópia da Lei – no caso, o próprio Código Deuteronômico – num livro para o ler todos os dias de sua vida; os sacerdotes levitas garantirão esse

Evangelhos Sinóticos

Comentário à luz das ciências sociais

Bruce J. Malina e Richard L. Rohrbaugh



504 págs.

Imagens meramente ilustrativas.

O objetivo do livro é transpor o texto bíblico do continente de cultura mediterrânea no qual foi escrito para o novo contexto das sociedades ocidentais, industrializadas, onde agora é lido. É improvável que leitores socializados no mundo industrial contemplem o texto do Novo Testamento segundo as formas que os autores antigos imaginaram, mas podem ser auxiliados na compreensão do que os autores bíblicos pretenderam dizer a seus contemporâneos.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011

paulus.com.br

“O TEXTO DEUTERONÔMICO RESTRINGE RADICALMENTE AS PRETENSÕES DOS MONARCAS EM RELAÇÃO A SEUS RESPECTIVOS POVOS”

procedimento. Do outro lado está o contraponto decisivo: a monarquia não é uma expressão da deliberação e da autoridade divinas, mas *uma concessão diante da vontade do povo*. E é o povo que deve estabelecê-lo: um escolhido por Javé entre os irmãos, não um estranho. Há uma dialética única entre Javé e Israel na constituição do rei (v. 15a).

Um reconhecimento de fundo: não é possível pensar, como no passado, uma renovação do povo e da sociedade sem pensar o Estado e, particularmente, a figura do rei. Mas o que vem a partir daí são só restrições e interditos, que fundamentalmente estabelecem limitação do poderio militar (não multiplicar cavalos), político (não estabelecer alianças e estratégias com outras forças, expressas em tantos casamentos) e econômico (não acumular ouro e prata para si). O rei precisa estar submetido à mesma lei que deve reger a vida do povo. Tudo isso com um horizonte: estar acima dos irmãos não comporta privilégios nem admite orgulho que permita fazê-lo descambar para o autoritarismo e para um caminho que contrarie as determinações de Javé e os anseios do povo. O exemplo negativo do Egito é sintomático: o povo não pode ser submetido aos excessos da exploração pelos tributos e dos trabalhos forçados. Se se faz a comparação com o texto de 1Sm 8,11-17 (um texto que, ao mesmo tempo, denuncia e detalha os poderes sem limites que constituíam, naqueles tempos, o “direito do rei”), a percepção é clara: o texto deuteronomico restringe radicalmente as pretensões dos monarcas em relação a seus respectivos povos: recrutamentos de filhos e filhas para toda sorte de trabalho compulsório e cobran-

ças de impostos sobre tudo que é produção agrícola e pecuária. Seguramente a redação do texto tem em mente, como contraponto, a figura de Salomão – com seu fausto, centenas de mulheres e obras feitas à custa de pesadíssimas imposições ao povo (1Rs 12,4) – e reflete séculos de resistência popular aos desmandos das monarquias de Israel e de Judá.

Expressão simbólica da redução das pretensões que o rei possa ter é a Lei: ela é absoluta, não o rei. Ela é a mediação fundamental entre Javé e o povo, não ele, como se costumava pensar da realeza nas diversas experiências de monarquia naqueles tempos e mundos, também em Israel e em Judá. Uma conversão radical do rei e da monarquia às necessidades da gente mais sofrida do povo: eis o que expressa, em forma de súplica, os vv. 12-14 do Sl 72 (que bem pode ter tido uma redação nessa época).

2.4. O profeta (Dt 18,9-22)

O lugar decisivo que a figura profética ocupa nessa articulação dos poderes concebida no Código Deuteronomico não permite ignorar que se está entrando num terreno desafiador; daí que a perícopes a ela consagrada se componha de forma complexa, associando proibições, promessas e reflexão. Pode-se entender o desenvolvimento do texto em três momentos principais: a) vv. 9-14 – proibição a um conjunto de práticas disseminadas, desde muito tempo, entre os clãs de Israel e Judá, em consonância com os movimentos em vista da centralização do culto; b) vv. 15-20 – o ponto alto da perícopes, em que se anuncia um perfil de profeta associado ao sempre

referencial Moisés; sua atividade fundamental está associada à palavra, aquela que Javé faz ecoar por meio da sua boca. Com isso se estabelece um contraste com as várias práticas tradicionais, de forte presença no meio da população, condenadas nos versículos precedentes; c) vv. 21–22 – critérios que autenticam a verdadeira profecia: o cumprimento das palavras veiculadas por meio dela (cf. o exemplo de Jr 28).

Vale a pena concentrar-se um pouco mais no momento central do texto. A relação estreita proposta entre o profeta e Moisés tem duas faces: a) Moisés é profeta; b) o profeta é alguém como Moisés. O vínculo com esta figura tão decisiva na maneira de Israel conceber a sua formação e as suas origens é parte fundamental de um processo que situa o profeta no mesmo nível das personagens tratadas anteriormente, de modo muito particular o rei. O profeta tem a autoridade advinda do fato de as palavras de Javé ecoarem por nenhum outro caminho que não a voz dele. De alguma forma, é pensado em termos de instituição: ele não faltará ao Israel que quer ouvir a palavra de seu Deus. Expõe-se aqui, ao que parece de forma muito consciente, uma dinâmica entre carisma e poder: se o profeta é um, em lugar de muitos, equiparado ao ancestral Moisés, deve-se reconhecer que sua atividade tem algo de aberto, não podendo ser cerceada por parâmetros que não sejam os insondáveis de Javé. Se há alguma instância que acabe por receber acento maior é esta, a do profeta: a força dos vv. 19–20 só reitera o seu lugar, ao final, de garantia de que o pacto entre Javé e seu povo se mantenha e se prolongue.

Nesse sentido, é preciso notar como o Código Deuteronomico retoma e relê situações que terão existido em Israel e Judá ao longo de muitos séculos: a existência e a ação de profetas atuantes em espaços

Bíblia de Veneza

Novo Testamento



416 págs.

Imagens meramente ilustrativas.

O texto é o mesmo da tradução da Nova Bíblia Pastoral. A diagramação é um exemplo vivo da união entre a arte e a fé. Nessa edição de luxo do Novo Testamento, a grandeza dos textos sagrados é ilustrada com imagens dos impressionantes mosaicos que revestem as paredes da basílica de São Marcos em Veneza, na Itália. Com acabamento especial, a Bíblia de Veneza enche os olhos e o coração por sua beleza e delicadeza.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011

paulus.com.br

“É PRECISO NOTAR COMO O CÓDIGO DEUTERONÔMICO RETOMA E RELÊ SITUAÇÕES QUE TERÃO EXISTIDO EM ISRAEL E JUDÁ AO LONGO DE MUITOS SÉCULOS”

e circunstâncias de alguma proximidade com instâncias como o templo ou mesmo a corte. Em relação a estes sujeitos é que figuras como Amós (7,14) negam serem profetas; outros, como Oseias (9,7), são ridicularizados; vale ainda recordar Miqueias (3,5) denunciando “os profetas que extraviam o meu povo” e afirmando o que é ser profeta de Javé (3,8; 6,8). Esses “não profetas” do século VIII a.C., críticos das instituições oficiais da monarquia e do templo, só passarão a ser reconhecidos como profetas sob o impacto decisivo do que o Código Deuterônômico diz a respeito desta figura, agora situada no quadro de poder compartilhado que ele está delineando.

3. ENTRE MEMÓRIAS E PROJEÇÕES

Recuperando memórias múltiplas de tempos passados de Israel e de Judá, os setores responsáveis pela redação deste conjunto representado por Dt 16,18-18,22 alcançaram um feito significativo; na verdade, decisivo. Se a escrita desse conjunto ocorreu em meados do século VII a.C., quando o imperialismo assírio alcançava seu auge, ao mesmo tempo que dava os primeiros sinais de veloz decadência, então os tempos de Josias terão sido irrigados por seu impacto. Não terão sido poucos os que pretenderam que aqueles tempos de ebulição reformista pudessem ver concretizados os ideais expressos nas determinações do Código Deuterônômico.

Isso não significa que, necessariamente, todas as prescrições ali reunidas e articuladas tenham sido do agrado daqueles setores que efetivaram as reformas preceituadas pelo rei. É certo, porém, que houve quem

tenha feito juízo favorável da atuação de Josias justamente por considerar critérios presentes no Código Deuterônômico: a atenção às carências das parcelas empobrecidas da população (Jr 22,15-16). Seja como for, não se pode dizer que as reformas realizadas a mando de Josias tenham conseguido, nem mesmo pretendido, efetivar esse modelo de repartição dos poderes. Nem por isso esse projeto deixou de ser revisitado e assumido; inscrito uma vez no interior do Código Deuterônômico, ganhou o horizonte da utopia, sempre desafiando e inspirando ao fazer história, como parte do Deuterônômio, da Escritura judaica e da Bíblia cristã.

CONCLUSÃO

“A redação principal deste trecho da lei deuterônômica teve em mira uma legislação global acerca dos poderes dirigentes em Israel” (LOHFINK, 1984, p. 78). Uma legislação que estabeleça a afirmação de instituições já conhecidas, mas agora radicalmente repensadas em vista de um equilíbrio entre elas e de um controle mútuo, num cenário de resistências e esperanças de libertação da avalanche imperialista. O pacto com Javé, em sua dimensão radical preconizada pelo Código Deuterônômico, com a centralização do culto e o combate a um sem-número de práticas religiosas populares, é o esteio a sustentar a insubordinação a qualquer jugo.

Os tempos e as circunstâncias vieram mudando de tantas formas e por tantos caminhos nestes mais de dois milênios e meio, que distanciam nossa realidade daquela que viu nascerem os textos aqui comentados. Se isso, por um lado, é indiscuti-

vel, por outro não deve esconder as coisas que se repetem como tais, resultantes de tantas transformações efetivadas. As carências de ordem social, as tentações e ensaios de autoritarismo no mundo da política, as guerras religiosas sustentadas naquilo que hoje denominamos fundamentalismo – algumas das quais ancoradas, em ambientes cristãos, justamente em textos deuteronômicos de cunho concentrador e exclusivista – desafiam a abordagem deste livro capital, na dialética entre o reconhecimento das formas concretas do projeto então delineado e a identificação de seus potenciais de inspiração. A certeza de que, a despeito das tendências centralizadoras, as contrapartidas e as instâncias mais locais de poder são indispensáveis é facho de luz que pode e deve iluminar as invenções que, hoje, as comunidades são desafiadas a fazer, levando em conta as demandas contemporâneas por igualdade, justiça e cuidado com a casa comum e com cada um de seus moradores, na abertura ao imponderável profético. **vp**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BÍBLIA. *Nova Bíblia Pastoral*. São Paulo: Paulus, 2016.
- CRÜSEMANN, Frank. *A Torá: teologia e história social da lei do Antigo Testamento*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- GARMUS, Ludovico. Imperialismo: estrutura de dominação. *Revista de Interpretação Bíblica Latino-americana*, Petrópolis, n. 3, p. 7-20, 1989.
- LOHFINK, Norbert. *Grandes manchetes de ontem e de hoje*. São Paulo: Paulinas, 1984.
- ZABATIERO, Júlio Paulo Tavares. *Uma história cultural de Israel*. São Paulo: Paulus, 2013.

Só Deus é bom! As memórias do jovem rico

Carlos Mesters



200 págs.

**CONFIRA
VERSÃO
E-BOOK**

Imagens meramente ilustrativas.

Levando em conta as informações da geografia da Palestina, da história bíblica e da ciência exegética a respeito do modo de pensar do povo daquela época, a obra tenta imaginar como o jovem rico, a quem é dado o nome de Tiago, se encontrou com Jesus na Galileia, como se sentiu interpelado por ele e como acabou aderindo à Boa-nova do Reino através de um longo processo de conversão.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011

paulus.com.br



A PALAVRA DE DEUS

está ao seu alcance,
ESTÁ EM SUA BOCA
e em seu coração!

(Dt 30,14)

CAMPANHA BÍBLICA PAULUS 2020



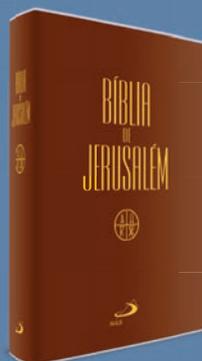
A **PAULUS** põe ao seu alcance as melhores traduções da Bíblia, com versões apropriadas para a animação bíblica da pastoral, para a catequese e para estudo, além de um vasto catálogo de livros para estudos bíblicos.



NOVA BÍBLIA PASTORAL

- Edição indicada para públicos diversos. Apresenta os avanços no campo da animação bíblica e a atualização dos estudos bíblicos das últimas décadas.

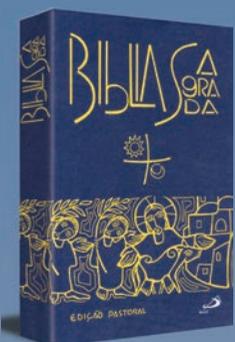
Disponível nas versões: encadernada tradicional (média e grande) ou com capa cristal; zíper.



BÍBLIA DE JERUSALÉM

- Apontada por teólogos e biblistas como a melhor edição da Sagrada Escritura para o estudo e aprofundamento bíblico.

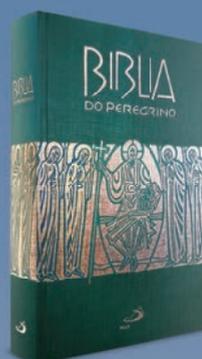
Disponível nas versões: encadernada tradicional (média e grande) ou com capa cristal; zíper.



BÍBLIA SAGRADA

- Primeira versão da edição Pastoral. Oferece um texto acessível às comunidades, aos círculos bíblicos, à catequese e às celebrações.

Disponível nas versões: encadernada tradicional (grande) ou com capa cristal (média); zíper; luxo; Evangelhos e Novo Testamento.



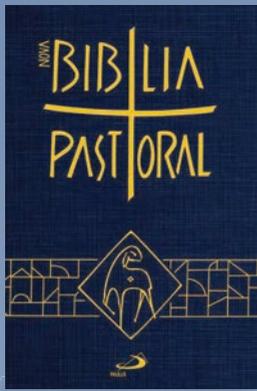
BÍBLIA DO PEREGRINO

- Destaca-se pela quantidade de notas e comentários e pela tradução idiomática, que reproduz o estilo poético em que a Bíblia foi escrita originalmente.

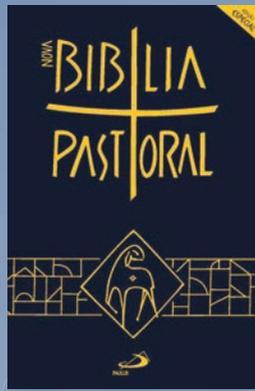
Disponível nas versões: encadernada tradicional ou com capa cristal; Novo Testamento (tradicional ou capa cristal).

NOVA BÍBLIA PASTORAL

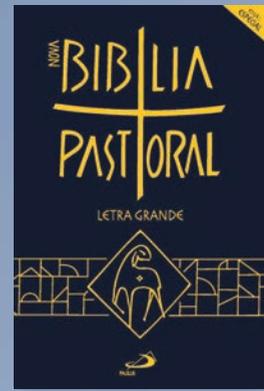
A MESMA QUALIDADE EM
DIVERSOS MODELOS



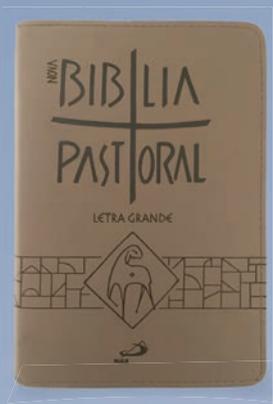
**Tradicional
(Capa Cristal)**
Média ou bolso



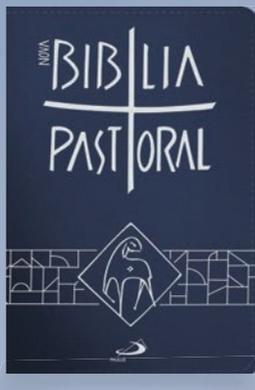
**Edição especial
(Capa Cristal)**
Média



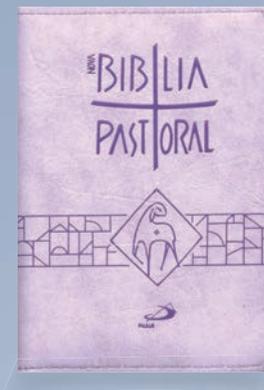
**Letra Grande
(Capa Cristal)**
Tradicional
Edição Especial



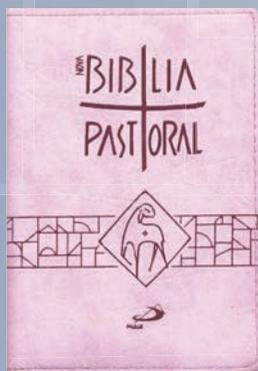
Letra Grande
Zíper



Azul
Zíper (Média ou Bolso)
Encadernada (Média ou Bolso)

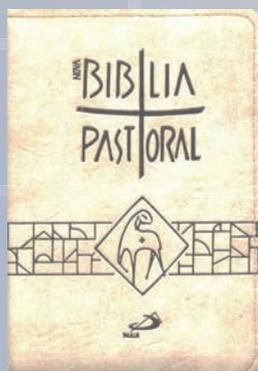


Lilás
Zíper
(Média ou Bolso)



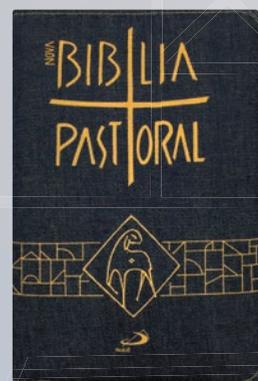
Rosa

Zíper
(Média ou Bolso)



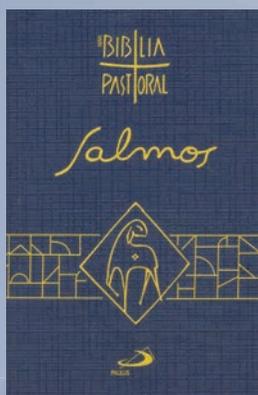
Creme

Zíper
(Média ou Bolso)

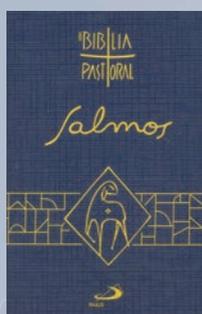


Jeans

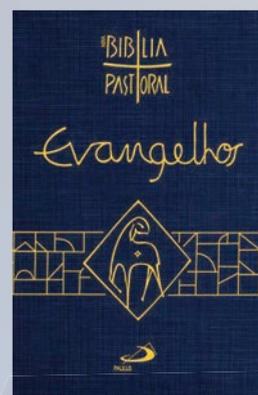
Zíper
(Média ou Bolso)



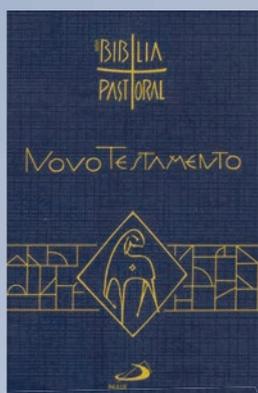
Salmos



Salmos Mini



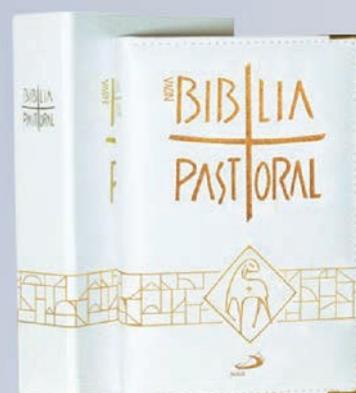
Evangelhos



Novo Testamento



**Novo Testamento
e Salmos**

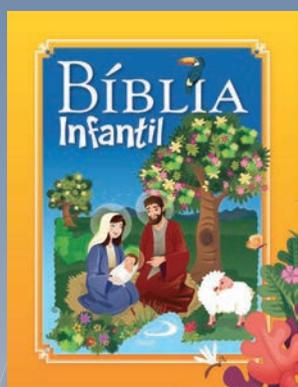


Estojo Branco

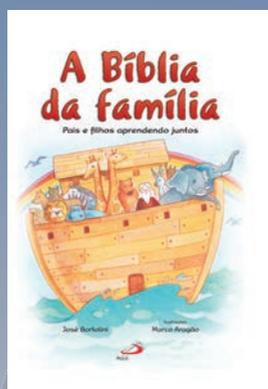
BÍBLIAS PARA CRIANÇAS E JOVENS

Diferentes edições para iniciar as crianças na leitura da Palavra de Deus, com ilustrações e textos fáceis.

Edição para os jovens, com frases dos santos, imagens, perguntas e outros atrativos.

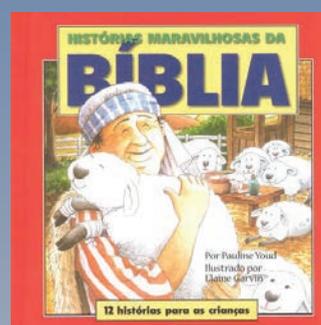


Bíblia infantil



A Bíblia da família

Pais e filhos aprendendo juntos



Histórias maravilhosas da Bíblia

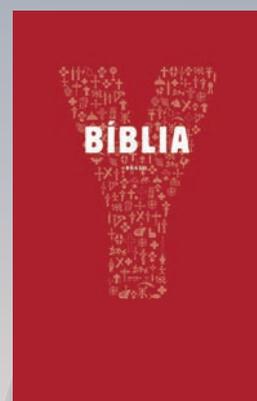
12 histórias para as crianças



Deus te conta: Histórias bíblicas para crianças



Minha Bíblia



**Bíblia Jovem – Youcat:
Seleção de textos**

Comunidade: casa da Palavra

Na perspectiva da animação bíblica da pastoral e da iniciação à vida cristã

A relação entre animação bíblica da pastoral e iniciação à vida cristã é abordada no artigo com foco na comunidade eclesial missionária, compreendida como casa da Palavra.

O texto, numa perspectiva pastoral, baseia-se nos documentos do magistério recente, da Conferência de Aparecida e dos documentos da CNBB, confrontados pelas experiências da Igreja no Brasil em seu empenho para formar discípulos missionários da Palavra de Deus. Destaca-se a leitura orante da Palavra como forma privilegiada da escuta, que leva ao encontro com Cristo e à conversão.

INTRODUÇÃO

A animação bíblica da pastoral e a iniciação à vida cristã são temáticas recorrentes na caminhada da Igreja nos últimos anos. A Palavra de Deus revela o desígnio salvífico de Deus e convida à santidade. A iniciação à vida cristã pretende educar “para a escuta da Palavra e para a oração pessoal, mediante a leitura orante, evidenciando uma estreita relação entre Bíblia, catequese e liturgia” (CNBB, Doc. 107, n. 66).

Desde os primórdios da Igreja, a pessoa era iniciada pela Palavra de Deus: “Aqueles, pois, que acolheram sua palavra fizeram-se batizar” (At 2,41). Os apóstolos anunciavam o querigma, e as pessoas que aderiam ao anúncio pediam para serem introduzidas no mistério da fé em Jesus Cristo. Não

havia separação entre a iniciação cristã, a Palavra de Deus e a liturgia. A iniciação pela Palavra de Deus era acompanhada do testemunho dos anunciadores, que suscitavam o encantamento por Jesus Cristo e por sua proposta de vida.

Do testemunho autêntico da Palavra depende o crescimento da comunidade cristã em número de pessoas e em qualidade discipular, como atesta o livro dos Atos dos apóstolos: “Cada dia, o Senhor acrescentava a seu número mais pessoas que eram salvas. E a Palavra de Deus crescia, e o número de discípulos se multiplicava” (At 2,47). Na relação entre a escuta da Palavra e a formação discipular é que se articula a animação bíblica da pastoral e a iniciação à vida cristã.

*Dom Leomar Antônio Brustolin é bispo auxiliar de Porto Alegre, doutor em Teologia, professor da PUC-RS e membro da Comissão de Doutrina da Fé da CNBB. E-mail: leomar.brustolin@puccrs.br

*Irmã Maria Aparecida Barboza é consagrada da Congregação do Imaculado Coração de Maria, mestra em Bíblia, especialista em Pedagogia Catequética, membro do Grebicat. E-mail: animacaoomissionaria@icm-sec.org.br

“DO TESTEMUNHO AUTÊNTICO DA PALAVRA DEPENDE O CRESCIMENTO DA COMUNIDADE CRISTÃ EM NÚMERO DE PESSOAS E EM QUALIDADE DISCIPULAR”

1. SAGRADA ESCRITURA: ALMA DO DISCIPULADO E DA MISSÃO

A partir do Concílio Vaticano II, multiplicaram-se iniciativas para facilitar aos fiéis o acesso às Sagradas Escrituras, no desejo de responder ao que a constituição *Dei Verbum* indica: “É preciso que os fiéis tenham amplo acesso à Sagrada Escritura” (DV 22). Como resultado dessa urgência, é crescente a consciência de que a Sagrada Escritura é a alma do discipulado e da missão. Por essa razão, propõe-se que todo cristão e todas as pastorais, movimentos e serviços eclesiais descubram na leitura da Bíblia a *privilegiada mediação* para o encontro com Jesus Cristo.

No Brasil, reconhece-se que a pastoral bíblica oriunda do movimento bíblico fez uma caminhada intensa e importante (CNBB, Doc. 97, n. 31). Entretanto, foi com a realização do Sínodo sobre a Palavra de Deus que se retomaram as intuições bíblicas, teológicas e pastorais da *Dei Verbum* e se deu um impulso inovador à centralidade da Palavra na vida cristã e, especificamente, na ação evangelizadora e na pastoral. O sínodo recomenda “que se implemente a pastoral bíblica, não em justaposição com outras formas da pastoral, mas como animação bíblica da pastoral inteira” (VD 73).

Com a publicação da *Verbum Domini*, fortaleceu-se o primado da Palavra de Deus em toda a vida eclesial. Os bispos do Brasil, cientes dessa compreensão, assumiram a animação bíblica da vida e da pastoral como uma urgência de sua ação evangelizadora, por ver nela o caminho indispensável para encontrar a pessoa e a mensagem de Jesus Cristo, o Bom Pastor e modelo de todo ser e agir pastoral (CNBB, Doc. 97, n. 34-35).

2. A PALAVRA DE DEUS NA INICIAÇÃO CRISTÃ

A *Verbum Domini* destaca que o “momento importante da animação pastoral da Igreja, onde se pode sapientemente descobrir a centralidade da Palavra de Deus, é a catequese, que, nas suas diversas formas e fases, sempre deve acompanhar o povo de Deus” (VD 74). A catequese precisa ser impregnada e embebida de pensamento, espírito e atitudes bíblicas e evangélicas, mediante um contato assíduo com os próprios textos sagrados, lidos com a inteligência e o coração da Igreja (VD 74).

A CNBB, ao publicar o *Diretório Nacional de Catequese*, destaca o *Ritual de Iniciação à Vida Cristã de Adultos* (RICA) e propõe que toda a catequese tenha inspiração catecumenal (CNBB, Doc. 84, n. 45-50). A indicação pressupõe novo paradigma: já não uma catequese de estilo escolar, centrada na transmissão de conhecimentos e na recepção dos sacramentos, mas fundamentada num itinerário iniciático, baseado na escuta da Palavra de Deus, que ilumina todo conhecimento da fé e a recepção dos sacramentos, configura o candidato a Cristo e insere-o na Igreja.

A Conferência de Aparecida, nesse sentido, alerta: “Ou educamos na fé, colocando as pessoas em contato com Jesus Cristo e convidando-as para segui-lo, ou não cumpriremos nossa missão evangelizadora” (DAp 287). Propõe-se novo projeto de evangelização que priorize a iniciação à vida cristã: “Que, além de marcar *o que*, dê também elementos para *o quem*, *o como* e *o onde* se realizam” (DAp 287).

Nessa direção, em 2011 a iniciação à vida cristã e a animação bíblica da pastoral

passaram a integrar as Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil (2011–2015) como urgências pastorais (CNBB, Doc. 94, n. 7). Os bispos do Brasil têm se empenhado para que a Igreja seja casa da iniciação à vida cristã e lugar da animação bíblica da pastoral. Há estreita relação entre ambas, pois estão interligadas e favorecem o encontro pessoal e comunitário com Jesus Cristo: “Vinculado à iniciação à vida cristã, o atual momento da ação evangelizadora convida o discípulo missionário a redescobrir o contato pessoal e comunitário com a Palavra de Deus como lugar privilegiado de encontro com Jesus Cristo” (CNBB, Doc. 94, n. 45).

A experiência revela que atualmente, em todo o Brasil, se multiplicam formações e projetos de iniciação à vida cristã, numa redescoberta fecunda da centralidade da Palavra de Deus na catequese de crianças, jovens e adultos. As novas gerações e os afastados se encantam quando a Palavra é anunciada sem fundamentalismos ou ideologias e quando a doutrina e a moral têm como fundamento a permanente referência à revelação bíblica.

A catequese centrada na Palavra, entretanto, demanda catequistas dedicados à leitura e ao testemunho cristão. Exige pastores que anunciem mais pela vida do que pelas palavras. Igualmente supõe rever os subsídios catequéticos de crianças, jovens e adultos. Os recursos didáticos precisam estar fundamentados na Palavra de Deus, que ilumina toda a doutrina e a moral católica. Nesse sentido, o Documento 97 da CNBB, sobre a iniciação à vida cristã, estabelece critérios para os subsídios da catequese na comunidade. Entre os critérios está a importância da leitura orante da Palavra de Deus como caminho privilegiado de aproximação do catequizando com a Palavra do Senhor (CNBB, Doc. 107, n. 167).

A loucura de Deus

O Cristo de João

Alberto Maggi



192 págs.

Imagens meramente ilustrativas.

**CONFIRA
VERSÃO
E-BOOK**

Trata-se da apresentação de Jesus por meio do Evangelho de João, levando a uma compreensão mais profunda de todo o Novo Testamento. Se os outros evangelistas apresentam Jesus como o “Filho de Deus”, João é o único que lhe atribui o termo “Deus”. Para João, Jesus não é igual a Deus, mas Deus é igual a Jesus. O evangelista nos convida a desfazer qualquer imagem ou concepção de Deus que não encontrem eco na figura de Jesus.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011

paulus.com.br

3. LEITURA ORANTE PARA INICIAR E ANIMAR

Bento XVI expressa na *Verbum Domini* seu “desejo de que floresça uma nova estação de maior amor pela Sagrada Escritura da parte de todos os membros do povo de Deus, de modo que, a partir da sua leitura orante e fiel no tempo, se aprofunde a ligação com a própria pessoa de Jesus” (VD 72).

Fomentar a leitura orante da Palavra, que converte, liberta e salva, ainda é um desafio na ação evangelizadora. Crescem, em todo o país, iniciativas de formação de pequenas comunidades por parte daqueles que, há vários anos, despertaram para essa necessidade. Contudo, muitos preferem ainda investir mais na piedade popular, multiplicando devoções. Uma postura coerente deve recordar que a piedade popular é espaço privilegiado para a evangelização e sustento religioso de grande parte do nosso povo. O desafio é conseguirmos, sem perder as devoções, suscitar nas paróquias, pastorais e movimentos a formação de comunidades eclesiais missionárias que se fundamentem na leitura orante da Palavra. Esta se constitui um “recurso muito importante para iniciar os novos cristãos e, ao mesmo tempo, manter toda a comunidade no caminho da escuta e obediência à Palavra” (CNBB, Doc. 107, n. 180).

Iniciar alguém na fé cristã e animar bíblicamente pessoas e comunidades depende da capacidade de escuta da Palavra. Isso implica um processo importante, exigente, que não pode ser dado como pressuposto. Sem a escuta da Palavra, facilmente se multiplicam atividades que não desencadeiam caminhos de seguimento, perde-se a alegria de seguir o Crucificado. Facilmente se desvia para

iniciativas pastorais que priorizam o “eu” sobre o “nós”, o adepto sobre o discípulo, o evento sobre o processo, a multidão sobre a pequena comunidade. “Uma pastoral sem escuta da Palavra pode ser expressão de quem, no fundo, só confia nas suas próprias forças e sente-se superior aos outros por cumprir determinadas normas ou por ser irredutivelmente fiel a um certo estilo católico” (EG 94).

O anúncio precede a escuta. O que-rigma, portanto, é urgente, não somente na iniciação à vida cristã, mas em toda a animação bíblica da pastoral. O anúncio capaz de atrair discípulos, contudo, depende do testemunho de quem se deixou converter pela Palavra de Deus, que é “inspirada por Deus e útil para ensinar, para repreender, para corrigir e para formar na justiça” (2Tm 3,16-17).

A postura da escuta é exigente, como escreveu o então cardeal Bergoglio aos catequistas de Buenos Aires: “Escutar é mais que ouvir. Este último está na linha da informação. O primeiro está na linha da comunicação, na capacidade do coração que possibilita a proximidade, sem a qual não é possível um verdadeiro encontro” (BERGOGLIO, 2013, p. 49). Somente a escuta gera proximidade e intimidade. O cristão, assim, torna-se mais realista e atento aos sinais dos tempos quando reconhece que o fundamento de tudo o que existe é o Verbo de Deus (CNBB, Doc. 97, n. 39).

No núcleo da fé do povo de Deus está o apelo “Escuta, Israel” (Dt 6,4). A escuta sobrepõe a receptividade à atividade e, portanto, estabelece a prioridade da Palavra sobre a imagem e da audição sobre a visão (CNBB, Doc. 97, n. 53-54). Nesse sentido,

o papa Francisco ensina que a devoção à Palavra de Deus pertence ao coração e à própria identidade da vida cristã. A Palavra tem em si mesma a força para transformar a vida (GE 156). A escuta da Palavra forma o discípulo e gera comunidades eclesiais.

4. COMUNIDADE DA PALAVRA E DA INICIAÇÃO CRISTÃ

Nas origens do cristianismo, a Igreja existia junto às casas particulares dos fiéis, dentro delas, no seu núcleo. Atos 18,8 registra como famílias inteiras se convertiam pela escuta do querigma e como a sua própria residência se convertia no lugar da celebração litúrgica. Uma família animava a outra, e assim a Igreja se apresentava como uma grande família.

Nas comunidades paulinas, onde a Igreja se reunia em casas, quando se liam os Evangelhos ou se proclamava a Palavra, tinha-se a consciência de estar diante da Palavra revelada, diante de uma revelação fundante e direta que transmitia a própria vida de Deus e sua salvação. De casa em casa se levava a Palavra de Deus e o testemunho apostólico, até chegar a Roma, onde Paulo, em uma casa, tinha o seu centro de atividades e reuniões (At 28,30-31) (BRAVO, 2010, p. 26).

As comunidades que se reúnem nas casas, assim como as primeiras comunidades, têm necessidade dessa revelação fundante, ou seja, precisam receber os ensinamentos diretamente da Palavra. Dessa forma, descobre-se na pequena comunidade eclesial a necessidade contínua de discernir, interpretar e anunciar a experiência da vida de Deus, a qual se recebe por meio da Palavra. Essa Igreja que se reúne nas casas suscita nas famílias a experiência do encontro com o Cristo Palavra, para que possam “deixar-se moldar interiormente e formar os membros da igreja doméstica, através da leitura orante e eclesial da Sagrada Escritura” (AL 227).

A origem da Bíblia

Um guia para os perplexos

Lee Martin McDonald



264 págs.

**CONFIRA
VERSÃO
E-BOOK**

Imagens meramente ilustrativas.

Um grandioso trabalho que oferece respostas e explica os caminhos percorridos pela Bíblia, desde a versão hebraica, passando pela literatura patrística, e chegando aos dias atuais. Em estilo acessível, o autor descreve como a Bíblia cristã teve seu início, desenvolveu-se e, por fim, se fixou. Há também inúmeros excertos de fontes primárias, escolhidos pelo autor ao analisar textos possíveis de se reunir, dispersos em inúmeras fontes antigas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011

paulus.com.br

“OS RECURSOS DIDÁTICOS PRECISAM ESTAR FUNDAMENTADOS NA PALAVRA DE DEUS, QUE ILUMINA TODA A DOCTRINA E A MORAL CATÓLICA”

A Conferência de Aparecida destaca que a animação bíblica da pastoral e a iniciação à vida cristã acontecem no seio da comunidade eclesial, pois é na comunidade que se formam os discípulos missionários de Jesus Cristo. Também reconhece que as pequenas comunidades eclesiais “são um ambiente propício para escutar a Palavra de Deus, para viver a fraternidade, para animar a oração, para aprofundar processos de formação à fé e para fortalecer o firme compromisso de ser apóstolos na sociedade de hoje” (Dap 308).

A *Verbum Domini*, nesse sentido, insiste que, na atividade pastoral, se favoreça a difusão de *pequenas comunidades*, formadas por famílias ou radicadas nas paróquias ou, ainda, ligadas aos diversos movimentos eclesiais e novas comunidades, nas quais se promova a formação, a oração e o conhecimento da Bíblia segundo a fé da Igreja (VD 73). A comunidade, ao partilhar a Palavra e celebrar a Eucaristia, faz que seus membros, pouco a pouco, vivam numa comunidade santa e missionária (GE 142).

Quando uma comunidade é convertida pela Boa-nova, é capaz de acolher e atrair sempre novos membros para a família de Deus. Partindo da experiência das comunidades eclesiais missionárias e da iniciação cristã sustentada pela leitura orante da Palavra de Deus, concretiza-se uma das formas privilegiadas para garantir a animação bíblica de toda pastoral (CNBB, Doc.100, n. 270).

Nesse direcionamento, as Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil (2019-2023) resgatam a imagem da casa, lugar privilegiado onde ocorre a animação bíblica e a iniciação à vida cristã. Destaca-se que a Igreja, enquanto *comunida-*

de eclesial missionária, é como que uma casa sustentada por quatro pilares: a Palavra, o Pão, a Caridade e a Ação Missionária.

As comunidades-casa já existentes e as que estão se formando em todo o Brasil, especialmente após as Diretrizes 2019-2023, não têm um modelo ou estilo padronizado. Dependem de cada lugar onde se estabelecem, respeitando a cultura, os ritmos e a história de cada Igreja local. São formadas por poucas pessoas para viverem uma vida comunitária no sentido evangélico, valorizando a gratuidade e a espontaneidade, a igualdade de propósitos e a comunhão de sentimentos. Elas mantêm vínculo com a paróquia no sentido organizativo e sacramental. Contudo, para serem comunidades eclesiais missionárias, todas se constituem a partir da Palavra de Deus, especialmente por meio da leitura orante da Bíblia, e com base nela as pessoas verificam sua vida e comportamentos e alimentam sua espiritualidade.

A Exortação Apostólica *Querida Amazônia* também alerta para a necessidade de “promover o encontro com a Palavra e o amadurecimento na santidade por meio de vários serviços laicais, que supõem um processo de maturação – bíblica, doutrinal, espiritual e prática – e distintos percursos de formação permanente” (QA 93).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Concílio Vaticano II destacou a pastoral e a ação evangelizadora da Igreja para que esta seja sinal de Cristo no mundo. Tal posicionamento supõe que a Igreja se revitalize continuamente no Espírito pela escuta atenta da Palavra de Deus, a qual se revela nos sinais dos tempos. Para tanto, é preciso considerar que as mudanças na Igreja, especialmente na

sua forma de evangelizar, constituem a sua identidade, marcada pelo acolhimento do que o Espírito Santo revela nos diferentes momentos históricos por meio da Palavra de Jesus.

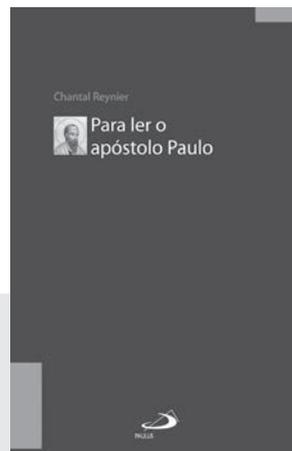
Essa mudança se entende como conversão. Emprega-se o termo “conversão” para indicar a mudança que se faz necessária. Há muitos batizados, e até agentes de pastoral, que não fizeram um encontro pessoal com Jesus Cristo, capaz de mudar-lhes a vida para se conformarem cada vez mais ao Senhor. Alguns vivem o cristianismo de forma sacramentalista, sem deixar que o Evangelho renove sua vida.

A mudança não é apenas prática, pois implica nova mentalidade. Não se trata de mudar os princípios, regras e normas da tradição cristã. Reivindica-se desenvolver uma postura menos burocrática, menos fria, menos julgadora, mais mística e misericordiosa na ação pastoral. Nosso tempo é carente de espiritualidade, e a fé cristã tem o que oferecer para saciar essa sede. A essência da espiritualidade cristã depende fundamentalmente do encontro com o Senhor, algo impossível sem uma conversão a Jesus Cristo, a qual requer a escuta do Evangelho; e esta, por sua vez, implica o testemunho, como resultado da proximidade com Jesus Cristo, a qual afeta diretamente o “ser” do cristão e da comunidade. Somente essa intimidade com o Cristo impedirá os cristãos de se isolarem em guetos e se tornarem reféns de ideologias ateias ou de idolatrias, como a do dinheiro.

Trata-se de formar discípulos da Palavra – afinal, o contato intensivo, vivencial e orante com a Palavra de Deus confere à reunião da comunidade um caráter de formação discipular. A experiência das comunidades eclesiais missionárias e da iniciação cristã sustentada pela leitura orante da Palavra de Deus concretiza uma das formas privilegiadas de garantir a animação bíblica de toda pastoral (CNBB, 2014, n. 270). **vp**

Para ler o apóstolo Paulo

Chantal Reynier



276 págs.

Imagens meramente ilustrativas.

As cartas de Paulo, escritas há dois mil anos, não são de fácil compreensão para leitores cujo contexto social, literário, teológico e religioso é tão diferente daquele dos destinatários do século I. Portanto, esse guia pretende fornecer os esclarecimentos necessários para que todos os interessados na temática paulina tenham acesso à profundidade de sua mensagem. Um estudo de altíssima qualidade feito por uma experiente e renomada biblista.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011

paulus.com.br

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENTO XVI, Papa. *Exortação Apostólica Pós-Sinodal Verbum Domini*: sobre a Palavra de Deus na vida e na missão da Igreja (VD). São Paulo: Paulinas, 2010.
- BERGOGLIO, Jorge Mario. *Queridos catequistas*: cartas, homilias y discursos. Madrid: PPC Cono Sur, 2013.
- BOROBIO, Dionisio. *La iniciación cristiana*. Salamanca: Sígueme, 2001.
- BRAVO, Benjamín et al. *Para comprender la Iglesia de casa*: de la conservación a la misión. Navarra: Verbo Divino, 2010.
- CNBB. *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil: 2011–2015*. Brasília: Ed. CNBB, 2011. (Documento 94).
- _____. *Discípulos e Servidores da Palavra de Deus na Missão da Igreja*. Brasília: Ed. CNBB, 2012. (Documento 97).
- _____. *Comunidade de Comunidades*: uma nova paróquia. Brasília: Ed. CNBB, 2014. (Documento 100).
- _____. *Iniciação à Vida Cristã*: itinerário para formar discípulos missionários. Brasília: Ed. CNBB, 2017. (Documento 107).
- _____. *Orientações para a Animação Bíblica da Pastoral na América Latina e no Caribe*. Brasília: Ed. CNBB, 2018.
- _____. *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil: 2019–2023*. Brasília: Ed. CNBB, 2019. (Documento 109).
- CONCÍLIO VATICANO II. *Constituição Dogmática Dei Verbum*: sobre a revelação divina (DV). Petrópolis: Vozes, 1966.
- CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO. *Documento de Aparecida*: texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-americano e do Caribe (DAp). São Paulo: Paulinas, 2007.
- FRANCISCO, Papa. *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium*: sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual (EG). São Paulo: Paulinas, 2013.
- _____. *Exortação Apostólica Pós-sinodal Amoris Laetitia*: sobre o amor na família (AL). São Paulo: Paulinas, 2016.
- _____. *Exortação Apostólica Gaudete et Exsultate*: sobre o chamado à santidade no mundo atual (GE). São Paulo: Paulinas, 2018.
- _____. *Exortação Apostólica Pós-sinodal Querida Amazônia*: sobre o chamado à santidade no mundo ao povo de Deus e a todas as pessoas de boa vontade (QA). São Paulo: Paulinas, 2020.



ROTEIROS HOMILÉTICOS

Francisco Cornélio Freire Rodrigues*

23º DOMINGO DO TEMPO COMUM
6 de setembro

Correção no amor e oração,
alimentos da vida fraterna

I. INTRODUÇÃO GERAL

A liturgia deste domingo nos convida a refletir sobre a importância da correção fraterna na vida da comunidade cristã, recordando que somos todos responsáveis uns pelos outros. A principal motivação para isso é o amor, plenitude da Lei e elemento essencial da vida cristã, o qual deve ser vivido reciprocamente. Embora delicado, esse tema é fundamental para a comunidade, pois é, ao mesmo tempo, uma denúncia à omissão e à indiferença diante do pecado, que prejudica a vida e ameaça a unidade.

É inegável que a fé em Deus exige responsabilidade para com os outros, o que comporta vigilância, solidariedade e correção. É isso o que une especialmente a primeira leitura e o Evangelho e o que Paulo completa na segunda, apontando o amor mútuo como um dever de todos os cristãos e cristãs. De fato, sem o amor, o exercício da correção fraterna poderia ser usado como pretexto para atitudes autoritárias e abusivas, algo inadmissível numa comunidade que vive a fraternidade e a traduz em oração, como

indica o Evangelho. Por sinal, fraternidade e oração são dimensões inseparáveis na vida da comunidade cristã.

II. COMENTÁRIOS DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. I leitura: Ez 33,7-9

A primeira leitura é tirada do grande livro atribuído a Ezequiel, um profeta que sentiu na pele o drama do exílio babilônico. Ele foi levado à Babilônia ainda na primeira deportação, em 597 a.C., e lá recebeu o chamado à missão profética. Todo o seu ministério foi exercido junto ao povo exilado, por isso ficou conhecido como “o profeta da esperança”, pois esperança era uma das principais necessidades do povo, no momento mais dramático da sua história.

Ezequiel foi um dos profetas mais criativos de Israel, fazendo uso intenso de imagens e gestos simbólicos para transmitir sua mensagem. No pequeno trecho lido neste dia, temos breve descrição da sua missão profética. Ele tem consciência de ter sido constituído por Deus como um vigia para o povo de Israel (v. 7a). Algumas traduções optam por sentinela, em vez de vigia. É imagem que evoca vigilância e advertência; enquanto outros descansam, o vigia permanece acordado, atento aos perigos externos e ao comportamento do próprio povo. Nas cidades antigas, o vigia permanecia em pontos

*Pe. Francisco Cornélio Freire Rodrigues é presbítero da Diocese de Mossoró-RN. Possui mestrado em Teologia Bíblica pela Pontifícia Università San Tommaso D'Aquino – Angelicum (Roma). É licenciado em Filosofia pelo Instituto Salesiano de Filosofia – Insaf (Recife) e bacharel em Teologia pelo Ateneo Pontifício Regina Apostolorum (Roma). É professor de Antigo e Novo Testamentos na Faculdade Católica do Rio Grande do Norte (Mossoró-RN). E-mail: francornelio@gmail.com



altos, preferencialmente em torres, para ter uma visão privilegiada; quando percebia uma ameaça, mesmo que ainda longe, tocava a trombeta como sinal de alerta, dando ao povo a oportunidade de proteger-se a tempo. Essa imagem sintetiza a missão do profeta como porta-voz de Deus e responsável pelo bem do povo.

Acima de tudo, o profeta deve ser vigilante consigo mesmo, evitando o perigo da omissão (v. 7b): deve comunicar a palavra de Deus, com as exigências que ela contém, em qualquer circunstância, sem medo algum, para não se tornar cúmplice do pecado. Ele não transmite a própria opinião, mas faz conhecer o pensamento de Deus, mesmo que seja, às vezes, desagradável ao povo (v. 8). Não pode ser omissivo nem conivente quando o povo não age conforme o projeto de Deus, mas deve respeitar a liberdade do outro (v. 9): quem recebe a mensagem é livre para acolhê-la ou não. Ao profeta é importante a consciência da responsabilidade e a fidelidade à missão recebida de Deus. O mesmo se aplica à vida cristã, como ensina o Evangelho deste domingo: na comunidade, todos são responsáveis uns pelos outros.

2. II leitura: Rm 13,8-10

A segunda leitura continua sendo tirada da carta de Paulo aos Romanos, como já vem sendo feito há alguns domingos. Após ter tratado das relações e dos deveres dos cristãos para com as autoridades civis (Rm 13,1-7), Paulo fala do dever primordial dos cristãos entre si e para com o próximo, de uma maneira geral, recordando o primado do amor em qualquer relação interpessoal. É disso que trata o trecho em pauta, considerado por alguns estudiosos como o segundo hino de Paulo ao amor, comparável a 1Cor 13, embora bem mais breve e menos solene.

Continuando o ensinamento do próprio Jesus (Mt 19,18; Mc 12,31; Lc 10,27; Jo 13,34), Paulo ensina que, na vida cristã, o

amor recíproco não é opção, mas dever (v. 8) do qual ninguém pode sentir-se isento. Para ele, os cristãos devem estar em dia com as obrigações civis e não devem contrair débitos com o próximo, até para a tranquilidade da consciência. Já em relação ao amor, este implica uma dívida constante, embora seja um dom gratuito, e nisso não há contradição alguma. Somos todos devedores de amor ao próximo, porque fomos criados para amar. O amor ao próximo é, portanto, o cumprimento da Lei (v. 10), pois é a síntese de todos os mandamentos (v. 9).

O resultado do amor é a prática do bem para com o próximo. De fato, quem ama não apenas não pratica o mal (v. 10), mas só pode fazer o bem, o que envolve não se omitir nem ser cúmplice do erro do outro. E assim encontramos convergência também entre a segunda leitura e o Evangelho: a correção fraterna só é válida se for motivada pelo amor; do contrário, deixa de ser fraterna e não passa de punição ou vingança.

3. Evangelho: Mt 18,15-20

O Evangelho deste e do próximo domingo é tirado do quarto dos cinco discursos atribuídos a Jesus no Evangelho segundo Mateus. É um discurso que trata especialmente das relações entre os membros da comunidade, por isso é chamado de “discurso comunitário”, ocupando todo o capítulo 18 do Evangelho. Os temas abordados nesse discurso são os seguintes: a necessidade de ser humilde (vv. 1-4), o perigo do escândalo (vv. 5-10), a correção fraterna (vv. 15-18), a oração comunitária (vv. 19-20) e a necessidade do perdão (vv. 21-22). Há ainda duas parábolas que funcionam como aprofundamento dos temas citados: a da ovelha desgarrada (vv. 12-14) e a do servo impiedoso (vv. 23-35).

Certamente, por trás do discurso, está a comunidade de Mateus, com problemas internos de convivência; para ajudar a resolvê-los, o evangelista recorda os principais



ensinamentos de Jesus sobre a vida fraterna. O texto lido neste dia compreende dois dos temas mencionados acima: a correção fraterna e a oração comunitária. Ambos estão intrinsecamente relacionados e são verdadeiros alimentos para a vida comunitária; por isso, são indispensáveis.

Na comunidade cristã, as pessoas são todas irmãs umas das outras, o que implica responsabilidade e cuidados recíprocos. Por isso, Jesus ensina que, quando há ofensas e conflitos pessoais, a primeira iniciativa deve ser o diálogo franco e sincero, tendo em vista a reconciliação (v. 15). Essa proposta é uma alternativa às reações extremistas mais comuns: a indiferença e a vingança, práticas inaceitáveis numa comunidade fraterna. A correção em particular é um gesto de amor; por isso, deve ser feita com discrição, sem exposição nem acusação pública. Caso essa iniciativa não surta efeito, Jesus propõe um segundo passo, que consiste na repetição da correção diante de um número mínimo de testemunhas (v. 16), aplicando, assim, importante costume judaico (Dt 19,15). Se também esta não funcionar, Jesus ainda propõe uma terceira, desta vez levando a questão para a Igreja (v. 17a). Igreja, aqui, não significa instituição hierárquica ou jurídica, mas a comunidade reunida. Se nem mesmo esta última medida for eficaz, isso significa que o irmão já não está disposto a viver a fraternidade. Por conseguinte, deve ser tratado pela comunidade como um pagão ou um publicano (v. 17b), o que não significa excomunhão, mas a necessidade de conversão, pois, para Jesus, os pagãos e os publicanos não são pessoas rejeitadas, mas destinatárias da Boa-nova. Em suma, quando um irmão fere a unidade da comunidade e resiste a todas as tentativas de reconciliação, deve ser afastado, mas as portas devem ficar abertas para voltar quando quiser. Para tanto, deverá refazer o caminho de conversão, como fazem os pagãos e os publicanos.

Jesus e a espiral da violência

Resistência judaica popular na Palestina Romana

Richard A. Horsley



304 págs.

Imagens meramente ilustrativas.

Um fascinante retrato da Palestina do primeiro século, em que Jesus emerge como o catalisador da revolução social não violenta que antecipa a renovação de Israel. A obra abre uma nova perspectiva sobre a Palestina judaica do tempo de Jesus, dominada pelos romanos, encarando-a como uma situação imperial em que os atos individuais de violência foram respostas à repressão e à injustiça institucionalizada.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011

paulus.com.br



A vivência coerente do amor e o esforço pela reconciliação dos irmãos fazem da comunidade um reflexo do céu (v. 18). É essa coerência que garante a eficácia da oração (v. 19) e confirma a presença constante de Jesus na comunidade (v. 20). Aqui, Mateus reforça um dos temas mais caros da sua teologia: a presença de Deus na humanidade. Anunciado como “Deus conosco” ainda no contexto do nascimento (Mt 1,23), Jesus indica que a comunidade reunida em seu nome é o espaço privilegiado para experimentar essa presença.

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

Mostrar a coerência temática entre as leituras e o Evangelho. Recordar que a comunidade deve esforçar-se ao máximo para que ninguém se afaste, mesmo sabendo que as pessoas são livres para escolher. É importante que a pregação não assuma cunho moralista. Deve-se insistir na importância do amor recíproco e na responsabilidade que os membros da comunidade têm uns com os outros. Incentivar a oração comunitária e a leitura da Bíblia em pequenos grupos. Como estamos no primeiro domingo de setembro, é importante recordar a importância do mês da Bíblia, motivando a leitura e o estudo da Palavra de Deus.

24º DOMINGO DO TEMPO COMUM

13 de setembro

É preciso perdoar
de modo ilimitado

I. INTRODUÇÃO GERAL

A liturgia da Palavra deste domingo propõe o perdão como tema central, apresentando clara continuidade com a do domingo passado, que tratou da correção fraterna, atitude que exige a capacidade de perdoar reciprocamente. Junto com o amor, o perdão constitui o núcleo central do ensinamento

de Jesus, por isso é elemento essencial para a vida da comunidade cristã e de cada pessoa em particular. Esse tema é tratado, de modo mais explícito, na primeira leitura e no Evangelho.

O texto do Eclesiástico repudia o rancor e a vingança e ensina que o pedido de perdão a Deus só é credível se estiver acompanhado pela disposição e pela prática concreta do perdão ao próximo. Com isso, o autor praticamente antecipa o Evangelho – não apenas o trecho lido neste dia, mas também outras passagens de Mateus, como o discurso da montanha (Mt 5-7), especialmente o trecho correspondente à oração do pai-nosso (Mt 6,9-13). A segunda leitura também se alinha a esse tema, ao recordar que ninguém vive para si mesmo, mas para o Senhor. Logo, são indispensáveis a tolerância, o respeito e a aceitação das diferenças entre os membros da comunidade, para que a fraternidade seja vivida. E isso só é possível com disposição para amar e perdoar sem limites, na certeza de que todos pertencem ao Senhor.

II. COMENTÁRIOS DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. 1ª leitura: Eclo 27,33-28,9

O livro do Eclesiástico, também chamado de Sirácida, do qual é tirada a primeira leitura, foi escrito em hebraico por volta do ano 185 a.C., em Jerusalém, por um sábio judeu chamado Jesus Ben Sirac, com o objetivo de preservar as tradições culturais de Israel, ameaçadas na época pela dominação grega e pela imposição da respectiva cultura. Quase 50 anos depois, foi traduzido para o grego por um neto do autor, em Alexandria do Egito, para torná-lo acessível também às novas gerações. Composto de 51 capítulos, pertence à categoria dos livros sapienciais da Bíblia. Como é típico da literatura sapiencial, traz reflexões de caráter prático sobre a vida e sobre a Lei, incluindo as relações do ser humano consigo mesmo, com Deus e com o próximo.



O trecho lido neste domingo constitui verdadeira evolução na maneira de conceber o perdão no Antigo Testamento, mostrando a estreita relação existente entre o perdão humano e o perdão de Deus. O autor começa fazendo um alerta: rancor, raiva e desejo de vingança são pecados graves e, por isso, são sentimentos incompatíveis com uma pessoa que crê (27,33-28,1). Em seguida, mostra ser completamente incoerente pedir perdão a Deus sem que haja disposição para perdoar as ofensas do próximo (28,2-4). É claro que o perdão de Deus não está condicionado ao perdão humano, e o autor sabe disso. No entanto, é necessário haver coerência entre o que se pede e o que se pratica. Na Lei, já havia uma doutrina sobre o perdão ao próximo (Lv 19,17-18; Ex 23,4-5), e certamente o autor se inspira nela, dando, porém, enorme salto qualitativo e aproximando-se do ensinamento de Jesus: “perdoai-nos as nossas ofensas como perdoamos a quem nos ofendeu” (Mt 6,12), o que está muito relacionado ao Evangelho do dia.

Além das implicações na relação com Deus, o autor vê a condição humana com seus limites, sobretudo no que diz respeito à morte, como uma das razões para não cultivar rancor ou ódio contra o próximo (28,5-7). E esse dado também é muito significativo. Ora, o fato de sermos todos iguais e destinados a um mesmo fim é motivo para procurarmos viver em harmonia com Deus e com o próximo. É para isso que apontam os Mandamentos, toda a Lei (28,8-9) e, sobretudo, o ensinamento de Jesus, ao propor a prática ilimitada do perdão.

2. II leitura: Rm 14,7-9

Desde a retomada do Tempo Comum, após a conclusão do tempo pascal, a segunda leitura vem sendo tirada da carta de Paulo aos Romanos. O texto lido neste dia, que marca a conclusão dessa sequência, faz parte da seção exortativa da carta (Rm 12,1-15,13),

A arrogância das nações

A Carta aos Romanos à sombra do Império

Neil Elliott



216 págs.

Imagens meramente ilustrativas.

O autor mostra como a carta de Paulo teria sido lida, nos anos 50 d.C., a partir do contexto e da ideologia do Estado romano, resgatando, assim, a carta como um voo para a espiritualidade não corpórea.

Elliott fornece uma nova e dramática leitura da carta paulina como um confronto de Paulo com a arrogância do Império e com um cristianismo emergente, já atingido pela sedutora ideologia do poder imperial.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011

paulus.com.br



que trata de questões relacionadas à vida cotidiana da comunidade e ao comportamento dos cristãos. No capítulo 14, ao qual pertence a leitura deste domingo, Paulo trata especificamente das relações dos cristãos entre si, recomendando o respeito e a tolerância diante das diferenças de comportamento e mentalidade.

Formada por cristãos oriundos de tradições culturais diferentes, a comunidade de Roma vivia tensões que ameaçavam sua unidade, em razão da falta de tolerância e compreensão recíprocas. Diante disso, Paulo chama-lhes a atenção, mostrando que ninguém vive para si mesmo (v. 7) e, por isso, não deve haver isolamento ou fechamento egoísta na comunidade. Não obstante as diferenças individuais e culturais, todos na comunidade devem convergir para o Senhor (v. 8), e é isso o que importa. Quem tem essa convicção não se deixa levar por questões secundárias; as diferentes maneiras de expressar e viver a fé na mesma comunidade devem ser respeitadas e toleradas, pois o que une a todos é a pertença comum ao Senhor. Quem vive para o Senhor não guarda rancor nem julga o próximo; respeita as diferenças, perdoa e ama de maneira ilimitada, porque sabe que Cristo morreu e ressuscitou por todos e, por isso, é o Senhor dos vivos e dos mortos (v. 9).

3. Evangelho: Mt 18,21-35

O Evangelho do dia é a continuação e conclusão do “discurso comunitário” do Evangelho de Mateus, cuja introdução e contextualização fizemos, embora brevemente, no comentário do domingo passado. Naquela ocasião, lemos o trecho que trata da correção fraterna e da oração. O trecho agora lido traz importante catequese sobre o perdão, elemento central na mensagem de Jesus e, por conseguinte, essencial para a vida da comunidade cristã; não à toa, é o tema conclusivo do discurso que trata espe-

cificamente das relações entre os membros da comunidade. O texto é composto de um pequeno diálogo entre Jesus e Pedro (vv. 21-22) e de uma parábola explicativa (vv. 23-35).

O perdão não é um tema novo na Bíblia, como atesta a primeira leitura. A novidade do Evangelho consiste na intensidade da proposta de Jesus. Com efeito, nos círculos rabínicos da época, recomendava-se que o perdão deveria ser dado até três vezes a uma mesma pessoa. A pergunta de Pedro (v. 21) já reflete uma superação dessa mentalidade pelos discípulos de Jesus: o número sete evoca perfeição e plenitude, além de ser mais do que o dobro daquilo que os rabinos recomendavam. Talvez Pedro esperasse até um elogio de Jesus por isso. Mesmo dando um passo a mais em relação ao que vigorava na época, a mentalidade de Pedro continuava limitada quantitativamente. A resposta de Jesus ensina a romper com todos os limites imagináveis: setenta vezes sete (v. 22). Embora contável ($70 \times 7 = 490$), esse número indica infinitude, pois as relações na comunidade cristã não podem ser condicionadas a cálculos. Significa que não há limites para o perdão. Com a resposta de Jesus, Mateus faz também uma denúncia contra possíveis práticas de vingança, contrapondo o ensinamento de Jesus à postura de Lamec, um dos descendentes de Caim, o qual jurou vingar-se até 77 vezes (Gn 4,24). Assim, o perdão é também o meio mais eficaz de combate à violência. Por isso, sua prática ilimitada é indispensável na comunidade cristã.

Para concluir, Jesus conta uma parábola explicativa, a do “servo malvado” (vv. 21-35), com dois objetivos: o primeiro é mostrar a abundância do perdão ilimitado de Deus; o segundo é mostrar quão incoerente é pedir o perdão do Pai quando não há disposição de perdoar ao próximo também de modo ilimitado. A enorme fortuna perdoada pelo patrão (vv. 24-27) ilustra a infinita misericórdia de Deus. A maldade do servo, ao não



perdoar uma dívida pequena a um companheiro (vv. 28-31), denuncia a hipocrisia humana. A parte conclusiva (vv. 32-35), longe de comparar Deus a um patrão vingativo, quer apenas enfatizar que a falta de perdão entre os membros da comunidade traz consequências irreparáveis. Essa parábola explica e reforça não apenas o diálogo precedente entre Jesus e Pedro, mas também outras passagens evangélicas, especialmente a do discurso da montanha (Mt 6,12.14-15). Deus perdoa sempre, e o seu perdão independe de méritos humanos, mas é necessário haver esforço entre os seres humanos para refletir, o máximo possível, o comportamento de Deus em seu agir.

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

Trata-se de celebração propícia para ampla catequese sobre perdão, tolerância e respeito às diferenças. É oportuno preparar bem o ato penitencial, assim como a homilia. Convém enfatizar a relação entre as leituras e mostrar a centralidade que o perdão ocupa no ensinamento de Jesus. A prática do perdão, junto com o amor, é a principal característica da pertença de uma comunidade ao Senhor; recordar que só vive para ele quem é capaz de perdoar, como ensina Paulo na segunda leitura. Estimular a prática do perdão em todas as instâncias, começando pelas famílias, e incentivar a continuar a celebrar o mês da Bíblia.

25º DOMINGO DO TEMPO COMUM
20 de setembro

Converter-se para aceitar
os pensamentos de Deus
e viver para Cristo

I. INTRODUÇÃO GERAL

O tema da liturgia é dado explicitamente pela primeira leitura: “Meus pensamentos não são como os vossos pensamentos, e

vossos caminhos não são como os meus caminhos, diz o Senhor” (Is 55,8). É convite para conhecer e aceitar um Deus que não age conforme os critérios humanos, o que exige conversão, ou seja, mudança de mentalidade. O texto de Isaías funciona como introdução ao que é desenvolvido no Evangelho em forma de parábola, cuja conclusão é desconcertante: “Os últimos serão os primeiros, e os primeiros serão os últimos” (Mt 20,16). Está claro, portanto, que esta liturgia nos motiva a assumir nova lógica para vivermos de acordo com os valores de Deus, incompatíveis com as práticas humanas convencionais. A segunda leitura apresenta o testemunho de um cristão que assimilou a lógica de Deus em sua vida: Paulo, que abandonou todos os interesses pessoais para viver somente em função de Cristo e do seu Evangelho.

II. COMENTÁRIOS DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. 1ª leitura: Is 55,6-9

A primeira leitura é tirada da segunda parte do livro de Isaías (Is 40-55), obra de um profeta anônimo que exerceu seu ministério no exílio babilônico. Convencionou-se chamar esse profeta de “Segundo Isaías” e a sua obra de “livro da consolação”, em virtude da mensagem de consolo e esperança que transmite, elementos essenciais para um povo que vivia o momento mais difícil da sua história. Os versículos lidos neste domingo pertencem à parte conclusiva da obra e refletem o final do exílio, quando a libertação do povo já estava próxima.

Ao retornar, os exilados encontrariam a terra arrasada e o templo de Jerusalém destruído. Por conseguinte, o profeta convidava-os a buscar e invocar o Senhor (v. 6) independentemente do lugar e das circunstâncias, pois sua presença transcende as limitações de tempo e espaço. Para fazer isso, o povo precisava mudar a imagem que tinha de Deus, o que requeria também



abandonar as injustiças e iniquidades e voltar para o Senhor (v. 7). Na linguagem do Antigo Testamento, voltar para o Senhor significa conversão. E conversão, por sua vez, implica mudança radical de mentalidade. Aqui, o profeta indica que aquilo que mais deve ser mudado é o próprio conceito de Deus. Como os pensamentos de Deus são diferentes dos pensamentos humanos (v. 8), cabe ao povo assimilar sua maneira de pensar e de agir, abandonando concepções distorcidas que, muitas vezes, refletem mais um Deus criado à imagem e semelhança humana do que o contrário.

Sendo rico em misericórdia, Deus permite que o ser humano percorra seus caminhos, mesmo havendo uma distância abissal entre os caminhos de um e de outro (v. 9). Essa distância é quebrada quando o povo atende ao seu chamado à conversão e aceita a ideia de um Deus que pensa e age com bondade e misericórdia, de forma contrária à lógica humana da justiça retributiva, como será aprofundado no Evangelho desta liturgia.

2. II leitura: Fl 1,20c-24.27a

A segunda leitura deste e dos próximos três domingos é tirada da carta aos Filipenses, conhecida como o “testamento espiritual de Paulo”. Essa carta faz parte do grupo das “cartas do cativo”, pois foi escrita quando o apóstolo se encontrava preso, provavelmente em Éfeso, entre os anos 56 e 57. A comunidade de Filipos é muito significativa para a missão de Paulo, pois foi a primeira cidade europeia evangelizada por ele, durante sua segunda viagem missionária (At 16,11-15), de modo que havia uma relação muito íntima entre ambos. Localizado após a saudação inicial e a ação de graças (Fl 1,1-11), o trecho lido neste dia pertence à primeira parte da carta (Fl 1,12-30), na qual Paulo dá notícias da sua situação pessoal de prisioneiro e faz algumas exortações.

Ele tinha consciência de estar preso por causa do Evangelho e imaginava até que a morte já estivesse muito próxima. Mesmo assim, mantém-se seguro, alegre e confiante, pois tem consciência de glorificar a Cristo, seja com a vida ou com a morte (v. 20c). Por um lado, o viver para ele é Cristo, pois lhe permite continuar anunciando o Evangelho; por outro, o morrer é lucro, pois o leva à comunhão plena e definitiva com Cristo (v. 21). Ele vive verdadeiro dilema, embora pareça mais atraído pelo encontro com Cristo que a morte proporciona (vv. 22-23). No entanto, por causa dos irmãos e por fidelidade ao Evangelho, está disposto a adiar o encontro definitivo com Cristo, aceitando continuar a vida presente (v. 24).

Na conclusão, Paulo faz uma exortação, convidando os cristãos a viver à altura do Evangelho de Cristo (v. 27), como ele mesmo viveu. E isso consiste em assimilar a maneira de pensar de Deus, aceitando o ensinamento de Jesus, especialmente como é proposto no Evangelho deste dia.

3. Evangelho: Mt 20,1-16a

O Evangelho de Mateus contém três parábolas que empregam a imagem da vinha. Duas delas são exclusividade sua: a dos trabalhadores da vinha (Mt 20,1-16) e a dos dois filhos (Mt 21,28-32), enquanto a terceira, a dos vinhateiros homicidas (21,33-46), consta também nos outros sinóticos (Mc 12,1-12; Lc 21,33-46). Todas elas são lidas na liturgia, numa série de três domingos consecutivos, começando neste com a leitura da primeira.

Essa parábola está inserida na reta final do caminho de Jesus com os discípulos para Jerusalém. Ela sucede ao episódio do jovem rico (Mt 19,16-26) e – fazendo parte da resposta de Jesus à pergunta de Pedro sobre a recompensa que teriam aqueles que deixaram tudo para segui-lo (Mt 19,27-30) –, antecede o terceiro e último anúncio da paixão (Mt 20,17-19). Os três anúncios da paixão



situam-se após ensinamentos de grande relevância para a comunidade, os quais não foram bem-aceitos nem compreendidos pelos discípulos. Isso significa que essa parábola, particularmente, contém uma mensagem indispensável para a comunidade, embora difícil de ser assimilada. Na verdade, quanto mais se aproximavam de Jerusalém, mais os discípulos alimentavam os ideais messiânicos de glória, prestígio e poder, imaginando a restauração do reino davídico. Como resposta, Jesus propõe o Reino dos céus, apresentando suas características e a necessidade de conversão para fazer parte dele.

Desde o Antigo Testamento, Deus é apresentado como o dono de uma vinha (Is 5,1-7); logo a vinha é imagem clássica de Israel, o povo que Deus escolheu como propriedade sua. Em Mateus, Jesus aplica essa imagem à comunidade cristã, embrião do Reino dos céus. A parábola mostra um proprietário zeloso: é ele mesmo quem sai para contratar os trabalhadores em diversas horas do dia (vv. 1.3.5-6). A propósito, o texto na língua original não traz o termo “patrão”, como está na versão litúrgica, e sim a expressão “dono de casa”, o que corresponde melhor à ideia de um Deus que é Pai, como Jesus quer revelar. Trata-se de um Deus que se relaciona pessoalmente com a humanidade, já não condicionado à mediação das lideranças religiosas.

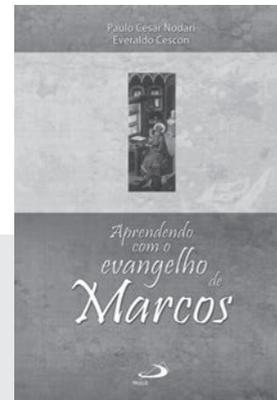
Os diversos momentos em que o proprietário sai em busca de trabalhadores para a vinha demonstram que o Reino é inclusivo: todas as pessoas são chamadas a fazer parte dele. Ao contrário das religiões que segregam e excluem, classificando as pessoas entre justas e pecadoras, Jesus propõe um Reino acessível a todos, sem espírito de competição ou meritocracia. É claro que essa proposta encontra resistência, pois nem todos conseguem assimilar essa mentalidade nova que marca a passagem da religião do mérito para a gratuidade do amor. A parábola mostra isso com a resistência dos primeiros trabalhadores contratados na hora do

Aprendendo com o Evangelho de Marcos

Quem é o Mestre?

Quem é o discípulo?

Paulo César Nodari e Everaldo Cescon



120 págs.

Imagens meramente ilustrativas.

O livro não tem a ambição de apresentar novidades exegéticas na interpretação do Evangelho.

Quer auxiliar a compreender a centralidade da pergunta “quem é Jesus para os discípulos, para a comunidade e para a Igreja?”.

Quer auxiliar cada pessoa a sentir-se pessoalmente convidada a seguir os passos progressivos de Jesus na fidelidade ao serviço do Reino.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011

paulus.com.br



pagamento (vv. 11-12). Aqui, Jesus denuncia o espírito de competição predominante nas sociedades e adverte os discípulos para não reproduzirem tais práticas. A parábola funciona também como denúncia de Mateus à situação da sua comunidade, composta predominantemente de cristãos oriundos do judaísmo, que reivindicavam privilégios em relação aos cristãos convertidos do paganismo.

O pagamento igual para todos os trabalhadores é demonstração de que, de fato, os pensamentos de Deus não são como nossos pensamentos, como ensina a primeira leitura. Deus tem o direito de fazer o que quiser com seu amor e sua misericórdia; e ele é bom para todos, indistintamente. A frase proverbial conclusiva (v. 16a) mostra a reviravolta na história que o advento do Reino propõe. Longe de ser uma exclusão dos primeiros, é uma forma enfática de afirmar que os últimos são acolhidos sem nenhuma discriminação. Só é possível acolher essa novidade por meio da conversão.

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

Mostrar a relação entre as três leituras, convidando a comunidade à conversão contínua para viver conforme os pensamentos de Deus. Com base no exemplo de Paulo, questionar se Cristo é mesmo o centro da vida da comunidade e de cada cristão. Recordar que o tempo de pertença à comunidade não é sinal de privilégio, mas de compromisso. É necessário que haja igualdade e harmonia entre todos os membros da comunidade.

26º DOMINGO DO TEMPO COMUM

27 de setembro

Sentir como Jesus
para fazer a vontade do Pai

I. INTRODUÇÃO GERAL

Esta liturgia nos convida a refletir sobre o compromisso de realizar a vontade

de Deus em nossa vida, e isso consiste no empenho pela construção de um mundo justo e fraterno, o que corresponde ao Reino dos céus proposto por Jesus. Para tanto, é necessário abrir-se à conversão e adotar os mesmos sentimentos de Jesus, ou seja, viver à sua maneira, fazendo as mesmas opções que ele fez com humildade, espírito de obediência ao Pai e sensibilidade pelas necessidades do próximo. Todas as pessoas, em todas as épocas, são convidadas a abraçar esse projeto de vida, embora sejam livres para responder positiva ou negativamente. É importante que as escolhas sejam feitas com liberdade e consciência, para que cada pessoa possa assumir com responsabilidade as respectivas consequências. O Reino dos céus possui uma dinâmica própria que independe de nossas convicções pessoais. Para fazer parte dele e ajudar a construí-lo, é necessário assimilar bem essa dinâmica. Por isso, conversão e responsabilidade são palavras-chave nesta liturgia.

II. COMENTÁRIOS DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. I leitura: Ez 18,25-28

A primeira leitura é tirada do livro atribuído a Ezequiel, conhecido como o “profeta da esperança”. Ele foi levado à Babilônia logo na primeira deportação, em 597 a.C., pelo exército de Nabucodonosor. Recebeu a vocação durante o exílio e cumpriu toda a sua missão profética junto ao povo exilado. Por isso, sua mensagem é predominantemente marcada pela esperança, mesmo empregando palavras duras conforme a necessidade. O trecho lido neste domingo, inserido na primeira parte do livro (Ez 1-24), corresponde à fase inicial da pregação do profeta e foi dirigido especialmente ao primeiro grupo de deportados, do qual ele mesmo fazia parte.

Tudo o que acontecia em Israel era atribuído a Deus: as coisas boas eram sinal de bênção, enquanto as ruins eram vistas



como castigo pelos pecados do povo. Dessa forma, os primeiros deportados para a Babilônia imaginavam que o exílio fosse um castigo passageiro por alguma culpa coletiva do passado – pois, na época, se imaginava que o mal praticado pelos antepassados repercutisse em seus descendentes –, mas em breve retornariam à terra. Mesmo assim, queixavam-se de Deus, julgando-o injusto. O profeta, no entanto, pensa diferente e adverte o povo, denunciando a mentalidade equivocada: não era a conduta de Deus que estava errada, mas o próprio povo, com suas escolhas e infidelidades (v. 25). O exílio era de fato consequência dos erros e escolhas equivocadas, mas cada pessoa, particularmente, era responsável pela situação; não tinha sentido pôr a culpa nos outros. Além disso, a situação dramática experimentada era oportunidade para o arrependimento e mudança de comportamento: se a injustiça e o mal praticado geram morte, a prática da justiça gera vida (vv. 26–27).

A conclusão do texto é um alento à esperança e um convite à conversão (v. 28): quem faz a passagem da injustiça para a justiça recebe o perdão de Deus e sentido para a vida. Aqui, o profeta não está propondo uma teologia retributiva, mas convidando o povo à consciência sobre a responsabilidade individual. Deus oferece a oportunidade para essa passagem, e cada ser humano é livre para escolher. E a vontade de Deus é que todos escolham e vivam a justiça.

2. II leitura: Fl 2,1-11

Continuamos a leitura da carta aos Filipenses, iniciada no domingo passado. Essa é uma das cartas mais pessoais de Paulo, graças à intimidade existente entre ele e a comunidade. Embora lá não houvesse sérios problemas doutrinários, a comunidade de Filipos não era perfeita. A cidade era uma colônia romana e a maior parte

Tire suas dúvidas sobre Bíblia

159 respostas esclarecedoras

Padre José Bortolini



228 págs.

Imagens meramente ilustrativas.

A obra contém respostas a 159 perguntas que o povo faz em torno da Bíblia. Trata-se daquelas questões mais comuns, aquilo que se ouve dizer no portão de casa, nos encontros comunitários, nas pregações dos fundamentalistas que ganham adeptos à custa da crítica destrutiva, com o consentimento mudo de quem desconhece respostas alternativas.

O texto evita qualquer tipo de erudição livresca, mantendo a reflexão acessível ao leitor comum.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011

paulus.com.br



da sua população era composta de militares romanos aposentados que viviam com as respectivas famílias, muitas das quais convertidas ao cristianismo. Com o passar do tempo, uma mentalidade hierárquica e autoritária foi introduzida na comunidade cristã, comprometendo sua unidade. O trecho lido neste domingo denuncia essa situação.

Com muita delicadeza, certamente para não prejudicar a relação afetiva que mantinha com a comunidade, Paulo exorta os filipenses a cultivar sentimentos e relações de ternura, concórdia e amor, para manter a harmonia e a unidade (vv. 1-2). Em vista disso, recomenda também que sejam humildes e abandonem as rivalidades, a prepotência e o egoísmo (vv. 3-4). Enfim, Paulo pede que os cristãos da comunidade de Filipos tenham os mesmos sentimentos de Cristo (v. 5).

Para ilustrar sua exortação, o apóstolo insere na carta um hino que sintetiza a vida de Jesus, como exemplo a ser seguido pelos filipenses e pelos cristãos de todos os tempos (vv. 6-11). Esse hino, um dos mais ricos de todo o Novo Testamento, é verdadeiro compêndio de cristologia e é o coração de toda a carta. Provavelmente, era um cântico já utilizado na liturgia de algumas comunidades, especialmente nas celebrações de batismo. A primeira parte do hino recorda o despojamento e a humilde obediência de Jesus: embora fosse possuidor da condição divina, assumiu a condição de escravo e aceitou até mesmo a morte de cruz (vv. 6-8); a segunda enfatiza a exaltação aos céus como resposta de Deus Pai à sua obediência e humilhação (vv. 9-11). Jesus Cristo, portanto, é o exemplo perfeito de quem faz a vontade de Deus Pai. Como cristãos, somos convidados a ter a mesma disposição; por isso, cabe-nos cultivar e alimentar os mesmos sentimentos dele.

3. Evangelho: Mt 21,28-32

Lemos, neste domingo, a segunda parábola exclusiva do Evangelho segundo Mateus que utiliza a imagem da vinha: a parábola dos dois filhos. Segundo o evangelista, quando Jesus conta essa parábola, já se encontra em Jerusalém, vivendo a última etapa do seu ministério. Após uma entrada triunfante na grande cidade (Mt 21,1-11), logo começaram os conflitos com as autoridades religiosas que não aceitaram sua proposta de Reino dos céus, uma vez que a instauração desse Reino implicava verdadeira transformação da ordem vigente. É nesse contexto que se insere a parábola em pauta. Jesus estava ensinando no templo, e os chefes dos sacerdotes e os anciãos do povo questionaram com que autoridade ele fazia aquilo (Mt 21,23). A parábola, portanto, faz parte da resposta de Jesus a esse questionamento.

Embora, no contexto narrativo do Evangelho, os interlocutores de Jesus sejam as autoridades religiosas de Jerusalém, os principais destinatários da mensagem são, na verdade, seus discípulos e discípulas de todos os tempos. Como afirmamos no domingo passado, a vinha é uma imagem clássica, na tradição bíblica, para representar Israel, o povo de Deus (Is 5,1-7; Jr 2,21; 12,10; Os 10,1). Jesus aplica essa imagem ao Reino dos céus e, conseqüentemente, à comunidade cristã. A parábola envolve três personagens: um pai e dois filhos (v. 28). O pai representa Deus, e os filhos a humanidade – até então dividida entre o povo eleito, Israel, e os pagãos, que compreendiam todas as categorias de pessoas marginalizadas. O pai lança a ambos os filhos a mesma proposta de ir trabalhar na vinha hoje (vv. 28b.30a); o indicativo temporal é importante, porque mostra a urgência de abraçar o projeto do Reino. As respostas dos filhos são diferentes, bem como as respectivas atitudes (vv. 29-30b). Um dos filhos diz “não” ao pai,



mas muda de opinião e termina fazendo sua vontade; o outro diz “sim”, mas não cumpre o que prometera. A mudança de opinião do primeiro significa a conversão. A contradição do segundo representa a hipocrisia religiosa dos interlocutores de Jesus e serve de alerta para a comunidade cristã não repetir tal comportamento.

Após concluir a parábola, Jesus volta a interagir com seus interlocutores, denunciando os erros e contradições deles (vv. 31-32) e apresentando nova realidade: a precedência, no Reino dos céus, dos marginalizados pela religião, representados aqui pelos cobradores de impostos e prostitutas. Temos, portanto, séria advertência a quem se sente seguro de si e de suas práticas religiosas; uma denúncia contra quem vive uma religiosidade fundada em discursos e com pouco empenho na edificação do Reino. Por isso, é necessário abrir-se constantemente à conversão para acolher a novidade de Jesus.

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

A liturgia da Palavra deste domingo possui uma riqueza extraordinária, que não pode ser negligenciada na homilia. Todas as leituras convidam à conversão e à responsabilidade para viver uma vida religiosa autêntica, sem hipocrisia. Deus nos criou para fazermos sua vontade, o que não consiste em palavras e discursos bonitos, mas em gestos concretos de solidariedade e amor ao próximo. Recordar a comunidade de que ela só é cristã se nela são cultivados os mesmos sentimentos e atitudes de Jesus, sobretudo a humildade e o amor solidário que se traduz em serviço. Sendo o último domingo do mês da Bíblia, é importante convidar a assembleia a continuar o estudo e a leitura da Palavra de Deus durante todo o ano, pois, como luz para o nosso caminho, ela ajuda a conhecer e fazer a vontade do Pai.

27º DOMINGO DO TEMPO COMUM

4 de outubro

Trabalhar na vinha do Senhor e produzir bons frutos

I. INTRODUÇÃO GERAL

A imagem da vinha, já utilizada pela liturgia nos dois últimos domingos, ganha neste uma evidência maior, pois aparece na primeira leitura e no Evangelho. Na Bíblia, a vinha é símbolo clássico de Israel, especialmente na literatura profética (Is 3,14; 27,2-5; Jr 2,21; 12,10; Ez 17,6; Os 10,1). É imagem privilegiada para descrever o amor e o cuidado de Deus para com seu povo e para denunciar as infidelidades e incoerências do povo em sua relação com Deus. A primeira leitura é boa demonstração disso. Por meio de belo poema, o profeta Isaías compara a relação de Deus com seu povo à história de um proprietário que plantou uma vinha e dela cuidou com esmero, porém não foi correspondido, pois, ao invés de uvas doces, colheu uvas azedas. No Evangelho, Jesus retoma o texto de Isaías e constrói uma parábola maior, direcionando a denúncia de infidelidade e incoerência às lideranças religiosas de Jerusalém, e não a todo o povo; também amplia o sentido da vinha: o que era privilégio de um único povo, Israel, se estende a toda a humanidade, chamada por Deus a compor a sua vinha e produzir bons frutos nela. Na segunda leitura, Paulo dá alguns conselhos práticos que correspondem ao trabalho na vinha do Senhor.

II. COMENTÁRIOS DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. I leitura: Is 5,1-7

Os primeiros 39 capítulos do grande livro de Isaías, chamado convencionalmente pelos estudiosos de “Primeiro Isaías” (Is 1-39), é obra do clássico profeta Isaías, que exerceu seu ministério em Jerusalém num período anterior ao exílio, provavelmente entre os



anos 740–700 a.C. A primeira leitura é retirada dessa obra. Trata-se do famoso “cântico da vinha” – uma parábola em forma de poesia, composta pelo profeta, ainda no começo do seu ministério, para denunciar a falta de correspondência de Israel ao amor cuidadoso de Deus.

Inicialmente, o profeta “canta” a história, com muita criatividade, sem levantar nenhuma suspeita de que está falando da relação entre Deus e seu povo, talvez gerando suspense entre seus interlocutores. Ele se faz de amigo de um proprietário muito zeloso, apaixonado pela sua vinha, que faz todo o esforço possível para que ela tenha boa produção: prepara bem o terreno, planta videiras selecionadas, constrói uma torre para vigiar e um lagar para produzir o bom vinho ali mesmo (v. 2). O resultado, no entanto, é decepcionante: a vinha produziu somente uvas azedas ou selvagens, como está na versão litúrgica do texto. O proprietário faz um desabafo, expressando toda a sua decepção (vv. 3–4), e em seguida anuncia o destino da vinha: ela será devastada, já não receberá nenhum cuidado especial, pois não vale a pena; o muro de proteção será derrubado e ela será invadida por espinhos; até a água será tirada (vv. 5–6).

Na conclusão (v. 7), o profeta explica o significado do cântico: a vinha é Israel e Judá, as duas porções do único povo de Deus, e o proprietário é o Senhor dos exércitos. As uvas boas esperadas são justiça e obras de bondade em favor do próximo; as uvas azedas colhidas são as injustiças e iniquidades praticadas pelo seu povo. O suposto abandono da vinha pelo proprietário é apenas um apelo à conversão; a ameaça faz parte da pedagogia divina, sobretudo na literatura profética. A resposta de Deus ao seu povo, porém, será sempre o amor, mesmo que este não seja correspondido. Não obstante, Deus espera sempre uvas boas; e estas são produzidas quando a justiça e o amor ao próximo são praticados.

2. II leitura: Fl 4,6-9

Mais uma vez, a segunda leitura é tirada da carta aos Filipenses, considerada o mais afetuoso dos escritos de Paulo, parecendo uma correspondência entre bons amigos. O trecho lido neste dia está localizado na parte conclusiva da carta (Fl 4,2–23), marcada por exortações, agradecimentos e despedida. Faz parte da seção exortativa (vv. 2–9) e traz alguns conselhos práticos, importantes para a vida pessoal e comunitária.

Na primeira parte (vv. 6–7), os conselhos visam ao equilíbrio pessoal e à boa relação com Deus. Nesse sentido, o apóstolo recomenda que os cristãos não se deixem inquietar com as preocupações do cotidiano; ao contrário, devem rezar com súplicas e gratidão, pois a oração gera serenidade e alegria, mesmo em meio a angústias (v. 6). Quem segue esse percurso encontra a paz de Deus em sua vida e, assim, se mantém em comunhão com Cristo Jesus (v. 7). Na segunda parte (vv. 8–9), os conselhos têm uma perspectiva mais social e comunitária, culminando também com a comunhão com Deus. Paulo recomenda que os filipenses assimilem os principais valores éticos e morais da cultura greco-romana (v. 8) e os integrem ao que dele receberam, ou seja, ao Evangelho de Jesus Cristo (v. 9a). Essa passagem é extremamente iluminadora para o cristianismo de todos os tempos: aonde o Evangelho chegar, encontrará valores a serem considerados e integrados à fé em Jesus Cristo. Isso também revela a abertura de mentalidade de Paulo, o que nem sempre é reconhecido.

Na conclusão, Paulo mostra a consciência que tinha do seu próprio testemunho, ao exortar que os cristãos pratiquem tudo o que receberam dele: não apenas o que ouviram de sua pregação, mas também o que viram, ou seja, seu exemplo de vida (v. 9). Só pode fazer isso quem tem convicção de que testemunhou plenamente o Evan-



gelho, ou seja, quem produziu bons frutos para Deus, como ele fez, transformando aquela comunidade em verdadeira porção da vinha do Senhor.

3. Evangelho: Mt 21,33-43

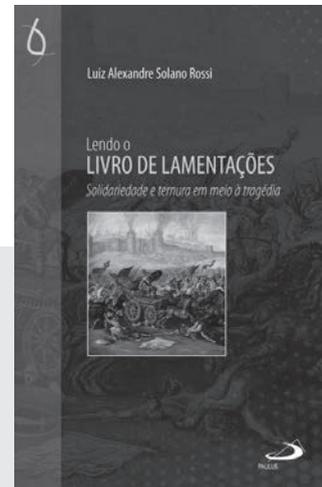
O Evangelho deste domingo corresponde à última das três parábolas que empregam a imagem da vinha no Evangelho de Mateus: a parábola dos vinhateiros homicidas. Ao contrário das duas primeiras, lidas nos dois últimos domingos, que são exclusivas de Mateus, a parábola desta liturgia consta também nos outros sinóticos (Mc 12,1-12; Lc 21,33-46). O contexto é o mesmo daquela do domingo passado, a dos dois filhos chamados pelo pai a trabalhar na sua vinha (Mt 21,28-32), e os interlocutores também são os mesmos, os sacerdotes e anciãos. Jesus já se encontra em Jerusalém, vivendo a última etapa do seu ministério, marcada pelo confronto direto com as lideranças religiosas. Certo dia, enquanto ensinava no templo, os sacerdotes e anciãos do povo lhe questionaram por que estava fazendo aquilo (Mt 21,23); Jesus respondeu-lhes com uma série de parábolas, das quais a deste domingo é a segunda.

A composição dessa parábola foi inspirada no “cântico da vinha” de Isaías, lido na primeira leitura, embora tenha sofrido radical modificação, ganhando um sentido mais amplo. Enquanto, no texto de Isaías, é o próprio dono quem cuida da vinha, na parábola de Jesus a vinha é arrendada a vinhateiros (v. 33). É aí que começa a novidade. Não há queixas do dono quanto à qualidade dos frutos; o problema está na administração. Os vinhateiros são maus e não devolvem ao dono sua porção dos frutos. Espancam, apedrejam e matam os empregados enviados pelo proprietário para receber os frutos e terminam fazendo o mesmo com o filho do dono (vv. 34-39). Em vez de apenas trabalhar e administrar a

Lendo o livro de Lamentações

Solidariedade e ternura em meio à tragédia

Luiz Alexandre Solano Rossi



72 págs.

Imagens meramente ilustrativas.

A obra orienta o leitor a realizar a leitura do livro das Lamentações fazendo o exercício de se colocar no lugar do outro e extraindo a sua principal mensagem: em meio à tragédia que pode nos atingir, a ternura de Deus é imperecível e transborda. Para isso, o autor traz uma breve introdução à história do período em que o livro bíblico foi escrito, ao estilo literário e à estrutura, além de explicar cada capítulo da obra do Antigo Testamento.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011

paulus.com.br



vinha, aqueles vinhateiros tinham se oposto do que não lhes pertencia e ainda praticaram atos abomináveis de violência.

Concluída a parábola, Jesus questiona seus interlocutores a respeito da atitude que o dono da vinha irá tomar quando retornar (v. 40). Pela resposta, os sacerdotes e anciãos parecem ainda não entender a quem Jesus está se referindo com a parábola; imaginam que o dono da vinha irá castigar os vinhateiros com violência, externando o tipo de religião que praticavam (v. 41). Em momento algum Jesus fala de vingança do dono da vinha, pois esta não é uma característica do seu Deus, que é Pai; antes evidencia, com base na Escritura, que rejeitar a si é rejeitar ao próprio Deus (v. 42) e que a atitude do dono da vinha será destituir de poder os vinhateiros homicidas, entregando a administração da vinha a um novo povo (v. 43) que não apenas produza frutos, mas também devolva ao dono o que lhe pertence.

Os vinhateiros, portanto, eram os próprios interlocutores de Jesus, os sacerdotes e anciãos do povo, que não tinham escutado os profetas do Antigo Testamento e estavam rejeitando também a ele mesmo, o Filho de Deus e dono da vinha. A crítica, que no texto de Isaías era direcionada a todo o povo, no Evangelho é dirigida somente às lideranças religiosas, que tiveram participação decisiva na morte de Jesus. Mateus utiliza a parábola para advertir a comunidade: ela só faz parte da vinha do Senhor se produzir frutos.

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

A liturgia favorece profunda reflexão sobre a missão de cada cristão neste mundo; é recomendável explorar essa perspectiva, aproveitando o ensejo do início do mês missionário. A missão cristã consiste, essencialmente, em produzir frutos agradáveis para Deus: a justiça e o amor ao próximo. Relacionar as três leituras e recordar o testemunho de Paulo como exemplo de trabalhador da vinha do Senhor.

28º DOMINGO DO TEMPO COMUM
11 de outubro

Um banquete preparado para todos

I. INTRODUÇÃO GERAL

Da imagem da vinha, presente nos últimos três domingos, a liturgia passa à imagem do banquete, como símbolo bíblico privilegiado para expressar o projeto de felicidade e vida plena que Deus tem para toda a humanidade. É imagem que evoca comunhão, diálogo, intimidade, alegria, amor e abundância; enfim, é, acima de tudo, sinal de festa. Deus nos criou para viver tudo isso, como mostra a liturgia deste dia, especialmente a primeira leitura e o Evangelho. O texto de Isaías anuncia um farto banquete preparado por Deus e oferecido a todos os povos da terra. O efeito da participação nesse banquete é a vida em abundância. A parábola do Evangelho reforça o anúncio profético e alerta para as consequências de não levar a sério o convite para o banquete, seja dizendo não, seja o aceitando sem comprometer-se totalmente. O testemunho de Paulo, na segunda leitura, é exemplo de quem aceitou plenamente o convite de Deus e ainda se tornou mensageiro desse convite, levando muitas outras pessoas à participação no banquete do Senhor, como fez com os filipenses.

II. COMENTÁRIOS DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. I leitura: Is 25,6-10a

A primeira leitura pertence a uma seção do livro de Isaías conhecida como o “grande apocalipse de Isaías” (Is 24-27). É surpreendente a localização desses capítulos no Primeiro Isaías (Is 1-39), uma obra pré-exílica do século VIII a.C., uma vez que a linguagem e a mensagem se alinham mais ao Terceiro Isaías (Is 56-66), escrito provavelmente entre os anos 537 e 510 a.C., já no contexto do pós-exílio. Questões cronológicas à parte,



o mais importante é a mensagem da leitura e sua relação direta com o Evangelho. A imagem do banquete na Bíblia é muito rica de significados, como já acenamos na introdução. Nesta leitura, especialmente, recorda a fraternidade universal desejada por Deus e anuncia que a salvação é destinada a toda a humanidade, e não apenas ao povo de Israel.

Em tom festivo, o profeta anuncia um banquete preparado pelo Senhor, ao qual todos os povos são convidados, sentando-se à mesma mesa para saborear ricas iguarias e bom vinho, símbolos da abundância dos dons de Deus, como o amor, a paz e a alegria (v. 6). O cenário do banquete é o “monte”, ou seja, a cidade de Jerusalém, e isso significa que a morada de Deus pertence também a toda a humanidade. Além do direito de saborear as ricas iguarias, a participação no banquete garante o conhecimento de Deus, com a remoção do véu que encobria seu rosto para os outros povos (v. 7). Finalmente, o maior dos dons é anunciado: a vida em plenitude, com a eliminação definitiva da morte e suas consequências, como a dor e a vergonha (v. 8). Não se trata da morte física natural, mas de tudo o que impede o triunfo da vida: as injustiças, a ganância, a violência e o pecado como um todo.

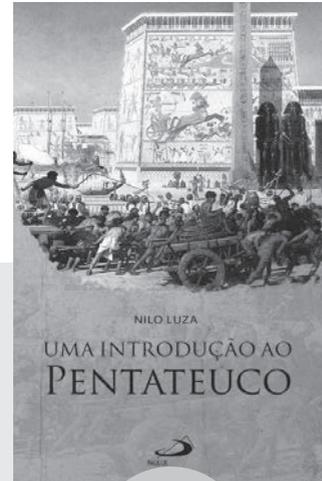
A participação no banquete suscita um solene hino de ação de graças ao Senhor pela salvação ofertada abundantemente a todos os povos, o que confirma seu reinado sobre a humanidade inteira (vv. 9-10b). É a instauração de um novo mundo, marcado pela felicidade e pela abundância de vida, correspondente ao Reino dos céus anunciado por Jesus.

2. II leitura: Fl 4,12-14.19-20

Neste domingo concluímos a leitura sequenciada de textos da carta de Paulo aos Filipenses. O trecho deste dia pertence à seção de ação de graças (vv. 10-20), localizada na última parte da carta (Fl 4,2-23).

Uma introdução ao Pentateuco

Pe. Nilo Luza



56 págs.

Ilustrações: Ingergens

**CONFIRA
VERSÃO
E-BOOK**

Na obra, o leitor encontra um estudo detalhado sobre os cinco primeiros livros da Bíblia, com explicações sobre sua origem, quando e por quem foram escritos.

Além disso, o autor apresenta as teorias sobre a diversidade de textos e gêneros, entre elas a teoria documental de Wellhausen, segundo a qual o Pentateuco seria resultado de quatro principais fontes ou tradições: javista, eloísta, sacerdotal e deuteronomista.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011

paulus.com.br



Uma das regras adotadas por Paulo, em sua atividade missionária, era não receber ajuda material das comunidades por onde passava, embora reconhecesse ter direito de recebê-la (1Cor 9,4-18; 1Ts 2,5-6). Ele vivia da própria profissão de artesão, fabricante de tendas (At 18,3), para não se tornar um peso para as comunidades (2Cor 12,13-18) e para explicitar a gratuidade do Evangelho, ainda que tivesse passado por sérias necessidades em algumas ocasiões. Sensível às necessidades dos outros, ele organizou uma coleta para os pobres de Jerusalém, nas comunidades por onde passou (1Cor 16,1-3; 2Cor 8-9), mas nunca pediu algo para si. No entanto, houve uma exceção: aceitou a ajuda dos filipenses, o que prova quão estreitos eram os laços que os unia. A leitura contém os agradecimentos por essa ajuda, em forma de confissão.

Paulo agradece aos filipenses com muito afeto, embora ainda pareça constrangido por ter recebido a ajuda. Confessa que a vida entregue à causa do Evangelho o ensinou a viver bem em qualquer circunstância, tanto na abundância quanto na miséria (v. 12). Essa consciência não é fruto de capacidades pessoais, mas consequência de quem reconhece a força de Cristo em sua vida (v. 14). De fato, quem é fortalecido por Cristo tudo pode, mesmo quando nada tem. A partilha generosa de dons, tanto materiais quanto espirituais, gera comunhão; por isso, foi oportuna a ajuda dos filipenses, pois fortaleceu ainda mais os laços de afeto que já uniam o apóstolo e a comunidade (v. 14). O gesto generoso dos filipenses beneficiaria também a eles, pois veriam aumentar a providência de Deus (v. 19). Longe de estimular uma teologia da retribuição, o apóstolo está ensinando que generosidade gera generosidade. Por tudo isso, Deus Pai é glorificado (v. 20).

Paulo é exemplo concreto de quem atendeu ao convite para participar do banquete do Senhor. Graças ao seu testemunho, muitos cristãos ao longo da história, à semelhança

dos filipenses, também atenderam ao convite, aprendendo que a exigência primordial é o amor generoso ao próximo como manifestação do amor a Deus.

3. Evangelho: Mt 22,1-14

No Evangelho, lemos a última das três parábolas contadas por Jesus em resposta ao questionamento dos sumos sacerdotes e anciãos do povo sobre sua autoridade de ensinar no templo (Mt 21,23). As outras duas foram lidas nos domingos anteriores e empregavam a imagem da vinha: a dos dois filhos (Mt 21,28-32) e a dos vinhateiros homicidas (Mt 21,33-43). A desta liturgia emprega a imagem do banquete: trata-se da parábola dos convidados para a festa de casamento, a qual consta também no Evangelho de Lucas (Lc 14,14-24), com a diferença de que a versão de Mateus contém uma cena a mais: o convidado sem o traje adequado. Jesus já se encontra em Jerusalém, vivendo a fase mais tensa do seu ministério, marcada pelo confronto direto com as autoridades religiosas que não o aceitam como Messias e rechaçam sua mensagem.

A imagem de um banquete, para a mentalidade da Bíblia, já é rica por si só, quanto mais a de um banquete de casamento, pois recorda a Aliança entre Deus e Israel. Sendo uma festa preparada por um rei, imagina-se a abundância de comida, bebida e alegria. É com essa imagem que Jesus compara o Reino dos céus (v. 2) e, ao mesmo tempo, denuncia seus interlocutores, os sacerdotes e anciãos. O rei é Deus, obviamente. Os empregados enviados para fazer o convite são os profetas do Antigo Testamento, os apóstolos e os discípulos de todos os tempos. Os convidados são a humanidade inteira, começando por Israel, o povo escolhido primeiro. A rejeição dos convidados ao convite é semelhante ao repúdio das autoridades de Jerusalém a Jesus e seu Evangelho (vv. 3-6). A rejeição ao convite e o desprezo aos



mensageiros geram consequências muito sérias; não se trata de castigo, mas de um alerta: fora do Reino, a vida não tem sentido. É esse o significado do fogo, choro e ranger de dentes (vv. 7.13).

Os últimos convidados, encontrados ao longo das estradas, representam todas as nações da terra (vv. 9-10), o que significa que o Reino é universal; o convite é feito a todos, sem distinção, incluindo maus e bons. A resposta de cada pessoa é decisiva. O traje de festa é a responsabilidade e o compromisso com a causa do Reino; é a vivência das bem-aventuranças (Mt 5,1-12), a regra de vida dos discípulos de Jesus. Sem esse traje, é impossível permanecer na festa (vv. 11-13). Por isso, aceitar o convite e não assumir a responsabilidade implicada nele traz consequências tão danosas quanto a rejeição ao convite, ou seja, impede de viver a vida em plenitude, privando-a de sentido (vv. 7.13).

Jesus encerra a parábola com uma máxima proverbial que reforça a necessidade de comprometer-se com a causa do Reino (v. 14): não basta ser convidado, até porque todos são, indistintamente. É preciso trajar a veste das bem-aventuranças para participar do banquete e ser também mensageiro do convite, com o anúncio e o testemunho.

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

Destacar a unidade entre as leituras. Enfatizar o aspecto festivo do banquete, motivando a comunidade a viver a fé de maneira comprometida e alegre. Recordar a gratuidade e a generosidade da relação de Paulo com os filipenses como um estímulo para a construção de relações sinceras e generosas na comunidade. O convite à festa dirigido a todos, sem distinção, deve motivar os cristãos a se tornarem mais tolerantes, compreensivos e abertos, respeitando as diferenças individuais e culturais; também deve iluminar a comunidade, tornando-a mais acolhedora e servidora.

29º DOMINGO DO TEMPO COMUM
18 de outubro

É Deus o Senhor da história
e de todo ser humano

I. INTRODUÇÃO GERAL

O tema central desta liturgia é a afirmação de Deus como único Senhor da história e da vida de cada pessoa. A profecia de Isaías lê os acontecimentos do final do exílio à luz da fé, mostrando como Deus se interessa pelos eventos da história, promovendo a libertação do seu povo e conduzindo-o à felicidade e ao bem. Para fazer isso, serve-se até dos mais inesperados instrumentos, como Ciro, um rei pagão. No Evangelho, Jesus ensina que o ser humano, imagem de Deus, pertence somente a ele, a quem deve ser plenamente restituído. Por isso o ser humano deve exercer sua cidadania no mundo sem permitir que nenhuma outra pessoa, bem material ou sistema ocupem o lugar de Deus. A segunda leitura mostra como os cristãos de Tessalônica aceitaram a soberania de Deus na própria vida, vivendo com intensidade a fé, a esperança e a caridade.

II. COMENTÁRIOS DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. I leitura: Is 45,1.4-6

A primeira leitura pertence à segunda parte do livro de Isaías (Is 40-55), obra de um profeta anônimo que exerceu seu ministério na fase final do exílio na Babilônia, entre os anos 550 e 539 a.C. Convencionou-se chamar esse profeta de “Segundo Isaías” e a sua obra de “livro da consolação”, por causa da mensagem de consolo e esperança que transmite. No ano 539 a.C., o império opressor babilônico é derrotado pelo Império Persa, sob o comando do rei Ciro, que logo promulga um decreto, o famoso “édito de Ciro”, concedendo a liberdade para os judeus exilados retornarem à pátria. O trecho lido nesta liturgia está diretamente relacionado



a esse fato. Apesar da alegria causada inicialmente, surgiu um grande dilema, pois, para os judeus, a figura do libertador só poderia ser um membro do próprio povo, um descendente de Davi. Não era fácil aceitar um libertador estrangeiro.

O “Segundo Isaías” exerceu um papel muito importante nesse contexto, esclarecendo a questão e encorajando o povo a aceitar a proposta de libertação oferecida por Ciro. Deus, o único Senhor da história, escolhe seus instrumentos conforme seus próprios critérios; foi ele quem escolheu Ciro para derrubar a prepotência da Babilônia e permitir o retorno dos judeus à sua pátria. Por isso, o profeta descreve a missão de Ciro com as mesmas características esperadas de um descendente de Davi, acentuando as funções político-militares (vv. 1.5) e até lhe atribuindo o título de ungido (v. 1). Isso significa que ele recebeu a unção do Espírito de Deus e foi investido para essa missão. Essa é a primeira vez que um rei estrangeiro recebe tal título na Bíblia. O termo “ungido” é equivalente a “messias” e “cristo”. No Antigo Testamento, somente três categorias de pessoas recebem a unção de Deus: reis, sacerdotes e profetas. A mensagem do profeta termina revertendo o clima de desconfiança: a escolha de um libertador estrangeiro é uma demonstração da soberania de Deus sobre toda a terra (v. 6), e não apenas sobre um pequeno povo. É também uma denúncia aos nacionalismos exclusivistas. Para realizar seus projetos, o Senhor utiliza como instrumentos pessoas que nem sabem que estão sob seu domínio, como Ciro não sabia (vv. 4-5).

O retorno do povo à terra é sinônimo de felicidade e vida plena. Assim, o profeta recorda que Deus quer somente o bem para seu povo e para toda a humanidade. Por isso, ele intervém na história, empregando sua força e seu amor e utilizando até os mais inesperados instrumentos, quando necessário.

2. II leitura: 1Ts 1,1-5b

Por cinco domingos consecutivos, começando neste, a segunda leitura será tirada da primeira carta aos Tessalonicenses, o escrito mais antigo do Novo Testamento. A comunidade cristã de Tessalônica foi fundada por Paulo em sua segunda viagem missionária (At 17,1-9), por volta do ano 50; a carta foi escrita no ano seguinte, quando Paulo já estava em Corinto, ainda na mesma viagem. A permanência de Paulo em Tessalônica foi muito curta, em virtude da perseguição dos judeus. Por isso, não teve tempo suficiente para instruir adequadamente a comunidade. Pouco tempo depois, porém, recebeu notícias animadoras de lá: apesar de perseguida e pouco instruída nos fundamentos da fé, a comunidade permanecia fervorosa, fiel ao Evangelho e em contínuo crescimento. A primeira carta foi escrita como resposta de Paulo a essa realidade tão animadora.

A leitura contém a introdução da carta, com a saudação inicial (v. 1) e solene ação de graças (vv. 3-5), que praticamente descreve a comunidade, pois os motivos da ação de graças são as próprias qualidades da comunidade: a atuação da fé, o esforço da caridade e a firmeza da esperança (vv. 2-3). As três virtudes fundamentais da vida cristã, as quais mais tarde a Igreja definiu como “teologais”, estavam sendo vivenciadas intensamente pelos tessalonicenses; com efeito, as expressões que acompanham cada uma delas revelam o quanto eles responderam ao Evangelho de maneira dinâmica e concreta. Isso tudo é motivo de ação de graças a Deus e confirmação de que eles foram admitidos entre seus escolhidos (v. 4).

Os tessalonicenses, portanto, não assimilaram o Evangelho anunciado por Paulo e companheiros como mero discurso, mas como força transformadora de Deus no mundo. Ao reconhecer o protagonismo do Espírito Santo na evangelização (v. 5), Paulo proclama a soberania de Deus sobre a história



e se reconhece como mero instrumento da ação divina. A resposta positiva dos tessalonicenses ao anúncio do Evangelho prova que aceitaram a soberania de Deus.

3. Evangelho: Mt 22,15-21

O Evangelho continua situado no contexto do ministério de Jesus em Jerusalém. Essa foi a etapa mais tensa de toda a sua vida pública, marcada pelo confronto direto com as autoridades religiosas e políticas, cujo desfecho foi a morte de cruz. Diferentemente dos últimos domingos, nos quais os interlocutores de Jesus eram os sacerdotes e anciãos, neste seus interlocutores são os discípulos dos fariseus e alguns adeptos do partido de Herodes. Mudam-se os personagens, mas a intenção é a mesma: provocar em Jesus sua autocondenação, armando-lhe ciladas para deixá-lo em situação constrangedora e acusá-lo publicamente (v. 15).

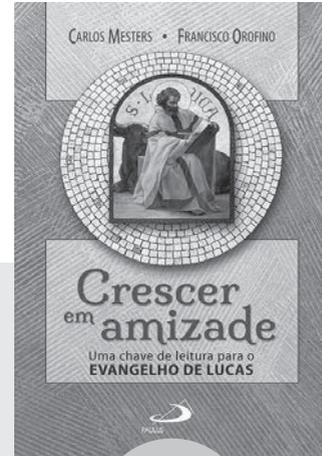
Temos já um prelúdio da paixão: a formação do complô político-religioso em vista da eliminação de Jesus. Não havia nenhuma afinidade ideológica entre os fariseus e os herodianos. Os fariseus constituíam a ala do judaísmo mais genuína e fiel à Lei; toleravam a dominação romana por conveniência, mas não eram adeptos do sistema. Os herodianos, contrariamente, formavam o partido de apoio público à dominação romana. Ambos os grupos se unem por conveniência e se dirigem a Jesus com falsos elogios, fingindo reconhecer sua autoridade (v. 16). Fazem uma pergunta maliciosa, imaginando colocar Jesus num beco sem saída: “É lícito ou não pagar o imposto a César?” (v. 17b). Uma resposta na lógica do “sim” ou “não” era o que eles queriam, pois daria razões para um ou outro grupo acusá-lo, seja de apoiador da dominação estrangeira, seja de subversivo.

Jesus reverte a situação a seu favor e desmascara a hipocrisia dos seus interlocutores, colocando-os em desconforto (vv. 18-21). Ora, se eles usavam a moeda romana, que

Crescer em amizade

Uma chave de leitura para o Evangelho de Lucas

Carlos Mesters e Francisco Orofino



96 págs.

**CONFIRA
VERSÃO
E-BOOK**

Ilustrações: Ingerens

A obra tem como objetivo apresentar o terceiro Evangelho, cujo autor também escreveu os Atos dos Apóstolos. Nela, encontramos a contextualização do Evangelho de Lucas, com informações sobre o autor, sua mensagem e a divisão da obra; dados sobre os personagens que só aparecem em Lucas, como Zacarias, Isabel, o velho Simeão e a profetisa Ana; as parábolas e os acontecimentos também exclusivos desse evangelista; e uma reflexão sobre o evento de Emaús.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011

paulus.com.br



trazia a figura e o título do imperador, não tinham motivos para opor-se ao imposto. Logo, a legitimidade do pagamento era uma questão secundária. Em vista disso, Jesus propõe uma reflexão muito mais profunda: “Dai, pois, a César o que é de César e a Deus o que é de Deus” (v. 21b). Aqui, Jesus não está estabelecendo duas esferas de poder, a temporal e a espiritual, como às vezes se interpreta essa afirmação. O verbo usado pelo evangelista não é exatamente dar, mas devolver, restituir. Além da moeda com a imagem de César, deve ser-lhe devolvida a mentalidade imperial que estava sendo imposta e assimilada pelas pessoas, tornando-as escravas.

Na sua resposta, Jesus acrescenta um elemento muito importante que não tinha sido perguntado: a relação com Deus e a necessidade de devolver o que lhe pertence. A “moeda” de Deus é o ser humano; é este que tem a imagem de Deus gravada em seu rosto. Logo, devolver a Deus o que é dele é restituir ao ser humano a sua dignidade original e inalienável. Inserido no mundo, o ser humano precisa ter consciência da sua pertença a Deus e não compactuar com nenhum sistema injusto que escravize e roube sua dignidade.

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

Relacionar as três leituras, identificando nelas o tema da soberania de Deus. Enfatizar que Jesus não está propondo a divisão do mundo em dois reinos, o de César e o de Deus; o Estado não pode ser considerado uma realidade paralela ao domínio de Deus com atribuições diversas, mas é um componente do único mundo, cuja soberania pertence somente a Deus. Os cristãos devem ser vigilantes para que o bem mais precioso de Deus, o ser humano com sua dignidade, não se torne posse de nenhum sistema, seja religioso, político ou econômico. Recordar o Dia Mundial das Missões.

30º DOMINGO DO TEMPO COMUM
25 de outubro

O maior mandamento é o amor

I. INTRODUÇÃO GERAL

No centro desta liturgia está o tema do amor a Deus e ao próximo, definido por Jesus como o maior mandamento da Lei e coração de toda a Escritura. É isso o que afirma o Evangelho, no qual Jesus responde a um questionamento dos fariseus, mostrando não apenas o primado do amor sobre todos os demais mandamentos, mas também afirmando que o amor a Deus é inseparável do amor ao próximo. Sem dúvida, essa é uma das novidades da mensagem de Jesus, constituindo o centro da experiência de vida cristã. A conclusão de Jesus, no entanto, foi preparada pela Escritura, e a primeira leitura é uma demonstração disso: os cuidados especiais com as pessoas mais vulneráveis, como o estrangeiro, a viúva, o órfão e o pobre, são expressões do único amor que o ser humano deve a Deus; da mesma forma, quando alguém pratica qualquer injustiça contra essas pessoas, ofende também a Deus. A perseverança e o fervor dos tessalonicenses, não obstante os desafios, demonstram quanto o amor estava enraizado entre eles, graças ao testemunho de Paulo, como ensina a segunda leitura.

II. COMENTÁRIOS DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. I leitura: Ex 22,20-26

A primeira leitura é tirada do livro do Êxodo, especificamente de uma seção denominada “Código da Aliança” (Ex 20,22-23,33). Esse código é uma coleção de normas para regular a vida do povo em seu cotidiano, incluindo o culto e as relações sociais. Localizado logo após o Decálogo (Ex 20,1-21), o Código da Aliança funciona como uma explicação pormenorizada



e prática dos Dez Mandamentos. O texto lido na liturgia contém algumas exigências ético-sociais para a proteção e o cuidado das três categorias de pessoas mais vulneráveis de Israel: 1) o estrangeiro; 2) a viúva e o órfão; 3) o pobre. Nesse texto, viúva e órfão compõem uma mesma categoria, como explicaremos a seguir.

Nas culturas do antigo Oriente, as pessoas se sentiam muito vinculadas à terra de origem e ao clã. Longe de suas raízes, o estrangeiro se tornava bastante desprotegido e vulnerável; geralmente, era maltratado e escravizado (v. 20), pois essas culturas eram muito fechadas. A hospitalidade era um valor caro àquelas culturas, mas ficava reservada aos membros do próprio povo. Nesse sentido, Israel mostrou-se bastante evoluído, não apenas propondo a proteção do estrangeiro em suas leis, mas incluindo-o entre as pessoas protegidas de Deus. A motivação para isso era a própria história: Israel viveu como estrangeiro no Egito, onde foi oprimido e escravizado; logo, não podia ser conivente com essa prática.

Nesse texto, viúva e órfão compõem uma mesma categoria (vv. 21-23), pois estão expostos ao mesmo tipo de vulnerabilidade: a falta de um homem adulto para os proteger. Nas sociedades patriarcais, a tutela de um homem era imprescindível para a proteção da família. Mulher sem marido e filho(s) sem pai(s) eram sinônimos de pessoas desprotegidas. Quando a viúva não tinha um filho adulto para cuidar da herança, era comum os grandes proprietários e até familiares próximos confiscarem seus bens, deixando-a na miséria. O mesmo acontecia com os órfãos, quando não tinham um irmão adulto para protegê-los. A figura do pobre ou indigente (vv. 24-26) é o protótipo da pessoa historicamente necessitada e explorada. Para sobreviver, os pobres eram obrigados a contrair dívidas, sendo explorados pela cobrança de juros e tendo de empenhar os bens mais

básicos, como o manto. Além de necessário para proteger do frio, o manto era um sinal da dignidade da pessoa. A recomendação para a devolução do manto antes que venha a noite é detalhe que enfatiza a totalidade dos cuidados de Deus: ele se preocupa até com o frio que os pobres sentem. Tal advertência também ensina que a dignidade humana é inviolável e inalienável.

A proibição de opressão ao estrangeiro, à viúva e ao órfão e ao pobre transforma o cuidado com eles em mandamento. É Deus mesmo quem os protege e se revela intolérante com quem os oprime. A ação contra essas pessoas ou a omissão diante do sofrimento delas são ofensas ao próprio Deus. A inseparabilidade entre o amor a Deus e ao próximo já se delineia aqui.

2. II leitura: 1Ts 1,5c-10

Continuamos a leitura da primeira carta aos Tessalonicenses, iniciada no domingo passado. O texto lido hoje ainda faz parte da ação de graças da carta (1Ts 1,2-10). As notícias recebidas sobre a situação da comunidade de Tessalônica deixaram Paulo bastante entusiasmado. Como resposta, enviou uma carta, expressando muita gratidão a Deus e ao próprios tessalonicenses pela perseverança e pela fidelidade ao Evangelho e estimulando-os a continuar firmes e fervorosos na fé. Ao mencionar as qualidades da comunidade, motivo da sua gratidão, Paulo fornece verdadeiro retrato dela.

A resposta generosa e alegre dos tessalonicenses ao Evangelho, apesar das tribulações, fez deles modelo de fé para os cristãos da Acaia e da Macedônia, as duas províncias romanas da Grécia (vv. 7-8); tal menção significa que a fama deles se espalhou por toda a região. Com isso, os tessalonicenses estavam imitando o exemplo de vida de Paulo, que também sofria tribulações ao viver e anunciar o Evangelho, e principalmente de Cristo, que sofreu a morte de cruz por fidelidade ao Pai



(v. 6). Quando a escuta da Palavra de Deus se transforma em testemunho, inevitavelmente essa Palavra se espalha e se torna ainda mais fecunda (vv. 8-9).

A fé viva dos tessalonicenses é prova de adesão ao amor de Deus; a relação deles entre si e de Paulo com eles é extensão desse amor. É esta a dinâmica da vida cristã: amor a Deus e ao próximo, inseparáveis.

3. Evangelho: Mt 22,34-40

O Evangelho apresenta mais um episódio do ministério de Jesus em Jerusalém. Como sabemos, essa foi a fase mais tensa de toda a sua vida. Após uma entrada triunfante na cidade, sendo aclamado como Filho de Davi e profeta (Mt 21,1-11), logo surgiram conflitos com as classes dirigentes, que não aceitavam sua proposta de Reino dos céus e, conseqüentemente, não o reconheciam como Messias. Enquanto ensinava no templo, Jesus desmascarava o poder dos sacerdotes e anciãos (Mt 21,23-22,14) e denunciava a hipocrisia e o fundamentalismo dos fariseus e escribas na interpretação da Lei (Mt 22,15-23,36). Em uma série de controvérsias, os fariseus armavam ciladas contra Jesus com perguntas difíceis, esperando respostas que lhes dessem motivos para acusá-lo de desvio de doutrina.

O texto deste domingo mostra mais uma controvérsia, desta vez relativa à Lei. Na questão relativa ao imposto (cf. o comentário do domingo passado), Jesus deixou os fariseus sem palavras (Mt 22,22); conseguiu também calar os saduceus em uma questão sobre a ressurreição (Mt 22,23-33). Depois disso, os fariseus se reuniram em grupo e elaboraram nova questão para Jesus, certamente com maior cuidado (v. 34); escolheram um deles para fazer a pergunta com o objetivo de experimentá-lo (v. 35), o que significa tentar. Eis a pergunta: “Qual é o maior mandamento da Lei?” (v. 36). Embora pareça simples, essa questão era muito complexa na época. Entre os fariseus, predominava a opinião de que o maior mandamento era

o preceito do sábado, pois alegavam que até mesmo Deus guardava esse mandamento na criação (Gn 2,2-3; Ex 20,8-11; Dt 5,12-15). Recorde-se que, durante o ministério na Galileia, Jesus tinha sido acusado de relativizar o sábado, ao pôr o bem do ser humano acima de qualquer preceito (Mt 12,1-14). De fato, ao longo de toda a sua vida, Jesus interpretava a Lei com muita liberdade, sem preocupação alguma com a ortodoxia vigente na época; logo, os fariseus imaginavam que, após essa pergunta, teriam argumentos mais sólidos para acusá-lo.

Como sempre, a resposta de Jesus transcende a pergunta. Ele recorre a duas passagens do Antigo Testamento (Dt 6,5; Lv 19,18), sem classificar hierarquicamente os Mandamentos, mas apresentando, com sua resposta, um modelo de vida. Assim, propõe o amor a Deus com toda a intensidade do ser da pessoa (vv. 37-38) em paralelo com o amor ao próximo como a si mesmo (v. 39), como se fossem as duas faces de uma mesma moeda. O mandamento por excelência é o amor; e este só é concreto quando é destinado simultaneamente a Deus e ao próximo. A novidade do seu ensinamento está nisso. A propósito, é do equilíbrio dessas duas dimensões do amor que depende o sentido global das Escrituras, ou seja, a Lei e os Profetas (v. 40). O amor não é apenas a síntese ou o resumo das Escrituras, mas sua própria interpretação.

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

Partindo da relação entre a primeira leitura e o Evangelho, alertar para o perigo de uma religiosidade desprovida de compromissos concretos com o próximo, especialmente com os mais necessitados. Enfatizar bastante a inseparabilidade entre o amor a Deus e o amor ao próximo. Recordar o exemplo dos tessalonicenses como modelo para as comunidades de hoje e incentivar a partilha de experiências e iniciativas entre as comunidades, de modo que os bons exemplos possam ser imitados reciprocamente.

CENTRO BÍBLICO PAULUS

“A PALAVRA DE DEUS NÃO ESTÁ ALGEMADA!”

(Paulo Apóstolo em 2Tm 2,9).

O Centro Bíblico PAULUS é um organismo da PAULUS para a coordenação de todas as iniciativas bíblicas promovidas pelos Paulinos.

Seu objetivo é tornar sempre mais dinâmico e atual o encontro de todos com a Bíblia, favorecendo a leitura, o aprofundamento, o estudo e a difusão da Sagrada Escritura.

O Centro Bíblico PAULUS atua em cinco níveis:

1. **Editorial**, com traduções da Bíblia e subsídios de estudo.
2. **Formativo**, com cursos bíblicos oferecidos sobretudo nas livrarias PAULUS.
3. **Pastoral**, com organização e suporte a eventos e iniciativas bíblicas.
4. **Espiritual**, com proposta de métodos de leitura orante da Bíblia.
5. **Eclesial**, com a oferta de serviços às igrejas locais para a animação bíblica da pastoral.

Como destinatários, tem todas as pessoas, no espírito do apóstolo Paulo, com atenção especial a quem tem menos oportunidade de ler e aprofundar a Bíblia. A metodologia é fazer a Palavra de Deus dialogar com todas as dimensões do ser humano (mente, vontade, coração), valorizando toda forma de comunicação: relações, imagens, artes, música, redes sociais etc.

Além dos cursos de extensão presenciais na FAPCOM (Faculdade PAULUS de Comunicação) em São Paulo e nas livrarias PAULUS espalhadas pelo Brasil, em 2020 o Centro Bíblico PAULUS passou a oferecer o programa "PALAVRA VIVA", breves vídeos com o comentário ao evangelho da liturgia dos domingos e solenidades ao longo do ano.

“A Bíblia é tudo para o nosso apostolado:
luz, caminho ou método e vitalidade.

Nós somos a voz de Deus, nós somos os seus repetidores,
nós somos os seus tipógrafos, nós somos os seus mensageiros,
os seus carteiros, que levam a sua carta às pessoas.”

(Bem-Aventurado Tiago Alberione, 1933)

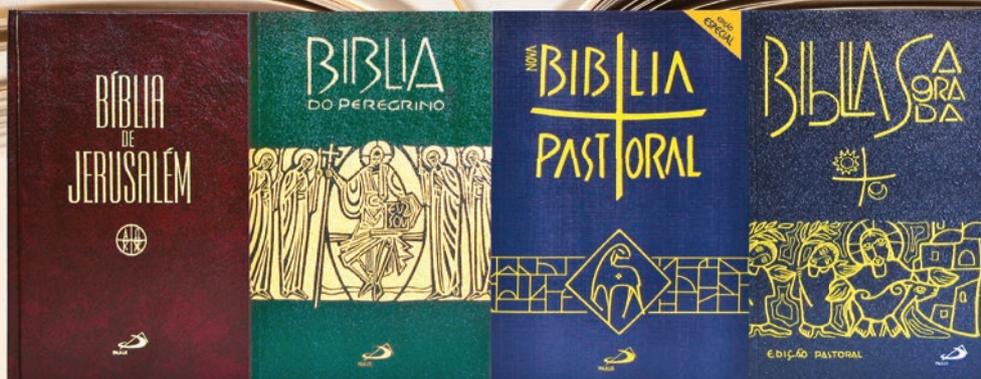


PAULUS

A PALAVRA DE DEUS

está ao seu alcance,
ESTÁ EM SUA BOCA
e em seu coração!

(Dt 30,14)



CAMPANHA BÍBLICA PAULUS 2020

Atenta à sua missão e em sintonia com a Igreja, a **PAULUS** põe ao alcance dos fiéis as melhores traduções da Bíblia, com versões apropriadas para diferentes finalidades: animação bíblica da pastoral, catequese, estudo, meditação e aprofundamento pessoal ou comunitário.

Consulte os descontos e as condições especiais da campanha.

Vigência: de agosto a setembro de 2020.

paulus.com.br/loja
11 3789-4000 | 0800-164011
vendas@paulus.com.br



**CENTRO
BÍBLICO
PAULUS**

